

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

RÉGIS DA CUNHA BELEM

**A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL:
UM ESTUDO A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Porto Alegre

2019

RÉGIS DA CUNHA BELEM

**A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL:
UM ESTUDO A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Francisco
Waterloo Radomsky

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Belem, Régis da Cunha

A construção da categoria agricultura familiar no Mercosul: um estudo a partir dos casos do Brasil e da Argentina / Régis da Cunha Belem. -- 2019.

163 f.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agricultura familiar. 2. Movimentos sociais rurais. 3. Mercosul. I. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient. II. Título.

RÉGIS DA CUNHA BELEM

**A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL:
UM ESTUDO A PARTIR DOS CASOS DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Javier Cowan Ros
CONICET (Argentina)

Prof^a Dr^a Leonilde Servolo de Medeiros
UFRRJ

Prof. Dr. Paulo André Niederle
UFRGS

Às mulheres da minha vida: Renata, Nadir e Lenira.

AGRADECIMENTOS

O curso de doutorado que se conclui com esta tese só foi possível pela contribuição de diversas pessoas que, pela dedicação e empenho pessoal, ou em representação a instituições, cooperaram em seu processo. Correndo o risco de omissões, agradeço:

À minha instituição de origem e vínculo profissional, enquanto docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, pela viabilização do afastamento para qualificação docente.

Aos colegas docentes do curso de bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, pelo incentivo e apoio.

Aos professores e professoras das disciplinas cursadas no pós-graduação da UFRGS (PGDR, PPGS e PPGPP), pela preocupação e empenho em nos oferecer seus esforços de elaboração e acúmulo teórico.

Aos colegas do curso de doutorado do PGDR, turma 2014, pelo compartilhar de experiências e descobertas teóricas (e de inseguranças). Aos demais colegas de disciplinas cursadas no pós-graduação, alunos de mestrado e doutorado.

Em nome das servidoras do PGDR, Elaine, Macarena e Danielle, o meu agradecimento ao conjunto dos técnicos administrativos em educação lotados no PGDR, pela presteza no atendimento às nossas demandas discentes.

Ao orientador de tese, Prof. Guilherme Radomsky, pela confiança, apoio e disponibilidade.

Ao Prof. Carlos Mielitz, pela aceitação de minha proposta inicial de pesquisa e pelas discussões sobre a REAF.

Aos professores Catia Grisa, Carlos Cowan Ros, Leonilde Medeiros, Marcelo Kunrath Silva e Paulo Niederle, pela participação nas bancas de qualificação do projeto e de defesa da tese, pelas contribuições apresentadas.

À disposição daqueles que se dispuseram às entrevistas: Guilherme Cassel, Miguel Rossetto, Laudemir Muller, Milton Rondó, Mari Carmen, Celso Carvalho, Alberto Broch, Luis Facco, Caio França, Andrea Butto.

À Capes, que concedeu um período de doutorado-sanduiche de quatro meses, viabilizando a condução de pesquisas de campo na Argentina e no Uruguai.

Nas pesquisas conduzidas na Argentina, ao inestimável apoio do Carlos Cowan, pelas nossas conversas e discussões, juntamente com Florencia; a disponibilidade de Carlos Carballo, de Matías Berger. Os esclarecimentos e percepções de Lautaro Viscay e de Cristina

Biaggi.

Nas pesquisas conduzidas no Uruguai, o apoio recebido pela secretaria técnica da REAF, pela confiança de Lautaro e disponibilidade de Viviana Silva, Fernando Rodriguez, Carolina (FIDA). Agradeço as entrevistas concedidas por Diego Piñeiro, Álvaro Ramos e Antonio Vadell. Ao encontro com Alberto Riella, que ofereceu pistas para a conformação da pesquisa. Às prazerosas conversas – para além de (longas) entrevistas – com Sílvia Marzaroli.

Aos integrantes do Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA) – especialmente à Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Paulo Niederle –, pela troca de informações, impressões e percepções no acompanhamento à REAF e ao processo de constituição de políticas públicas no âmbito dos países do cone sul da América do Sul.

Agradeço a compreensão e o apoio recebido de familiares, amigos e amigas ao longo do período de doutorado. À Renata, amiga e companheira, pelo compartilhamento de um engajamento e do esforço pela melhor compreensão de nosso mundo visando sua transformação, pela paciência de escutar ideias e formulações ainda embrionárias, por todas suas contribuições ao trabalho. À Nadir e Lenira, mãe e irmã, por acreditarem e reconhecerem a importância da empreitada. Ao Maurício, Vicente e Magda; à Marene e Jaime; ao Leonardo, Osmar. Muitas vezes, esse apoio convergiu em subsídios a própria pesquisa desenvolvida.

A todas e todos, agradeço.

RESUMO

O início do novo século tem sido palco da generalização da referência ao termo agricultura familiar no conjunto do continente latino-americano. Partindo do cone sul da América do Sul, a criação (em 2004) e consolidação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul – REAF tem cumprido papel decisivo nesse movimento. O protagonismo do Brasil em tal iniciativa, operado nos governos de Lula e Dilma (2003-2016), é reconhecido por agentes sociais e governamentais dos demais países parceiros na construção do Mercosul. A pesquisa realizada buscou, a partir dos casos do Brasil e da Argentina, apreender este processo socio-histórico, procurando evidenciar os principais elementos, eventos, agentes sociais e iniciativas constitutivos dessa dinâmica social e confluentes ao termo agricultura familiar como expressão de um projeto de futuro –uma utopia –, envolvendo desde lideranças de agricultores e camponeses até agentes de governo, de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa a militantes sociais. Para tanto, foi conduzida pesquisa de caráter qualitativo, sustentada em revisão de bibliografia brasileira e argentina sobre o tema; pesquisa documental junto a organismos governamentais nacionais e internacionais, movimentos sociais e organizações não governamentais, bem como matérias de imprensa; entrevistas junto a agentes políticos de governo e de instâncias/organismos regionais, dirigentes nacionais de organizações rurais e assessores, militantes sociais e integrantes de universidades; observação a partir da participação em eventos regionais e nacionais da REAF. A conclusão deste trabalho atribui relevância fundamental à atuação das organizações e movimentos sociais rurais na *construção* da categoria agricultura familiar no âmbito do Mercosul, expressando crenças e valores comuns engendrados no âmbito do movimento social e religioso aqui denominado *cristianismo da libertação*, portador de uma crítica ao desenvolvimento, mas, ainda assim, de ideologia modernista. O diálogo instituído, durante os anos 1990, em processos de lutas e relações estabelecidas no além-fronteiras, entre esses movimentos e organizações, serviu para definir campos de possibilidades, unificar compreensões, estabelecer eixos e bandeiras para atuação junto a estruturas governamentais nacionais e regional. Tomamos como expressão desse mesmo movimento a proposição brasileira de criação de uma estrutura específica do Mercosul – a REAF –, objetivando a conformação de um espaço de diálogo para a constituição de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar em âmbito regional.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Movimentos sociais rurais. Mercosul.

ABSTRACT

The beginning of the new century has served as the stage of the mainstreaming of the expression family farming in Latin America as a whole. Starting from the Southern Cone of South America, the creation (in 2004) and consolidation of the Mercosur Specialized Meeting on Family Farming– REAF, which has been performing a key role in this movement. The guiding role of Brazil in such initiative, during the Lula and Dilma administrations (2003-2016), is acknowledged by social and government actors from other partner countries in the construction of the Mercosur. The research sought to seize, from the Brazilian and Argentinian cases, this social and historic process, highlighting the key elements, events, social actors and initiatives founding this social dynamics, which accommodates the expression family farming as a way of expressing a project to the future – a utopia –, involving from leaderships of farmers and peasants to government officials, from academic researches and research institutions to social activists. For this purpose, a qualitative research was carried out, supported by a review of both the Brazilian and Argentinian bibliography on the subject; documentary research with national and international government bodies, social movements and non-governmental organizations, as well as press articles; interviews with political players and from regional bodies, national leaders of rural organizations and advisors, social activist and scholars; observation from the participation in regional and national events held by REAF. The conclusion of this work attaches great importance to the performance of rural social movements and organizations in the construction of the family farming category within Mercosur, expressing beliefs and common values framed within the social and religious movement referred as *Liberation Christianity*, which carries a criticism of development, but still has a modernist ideology. The dialogue established, during the 90's, in process of struggles and cross-border relationships, between these movements and organizations, served to define fields of possibilities, unify understandings, establish axes and flagships for activities along with national and regional government structures. We understand that the Brazilian proposition to create a specific structure within Mercosur (REAF) is a branch of this movement, which aims at establishing a sphere of dialogue for policy making within the scope of regional family farming.

Keywords: Family farming. Rural social movements. Mercosur.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CCSCS	Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul
CMC	Conselho Mercado Comum
Coninagro	<i>Confederación Intercooperativa Agropecuaria</i>
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coprofam	Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul
CRA	<i>Confederaciones Rurales Argentinas</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAA	Federação Agrária Argentina/ <i>Federación Agraria Argentina</i>
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Fonaf	<i>Foro Nacional de Agricultura Familiar</i>
Fonaf	<i>Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar</i>
FPH	<i>Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme/</i> Fundação para o Progresso do Homem
GMC	Grupo Mercado Comum
IAF	<i>Inter-American Foundation/</i> Fundação Interamericana
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIJARC	Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica / <i>Mouvement International de la Jeunesse Agricole et Rurale Catholique</i>
Mocafor	<i>Movimiento Campesino de Formosa</i>
Mocase	<i>Movimiento Campesino de Santiago del Estero</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PPT	Presidência Pro Tempore
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Provape	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul
SRA	<i>Sociedad Rural Argentina</i>
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	COMO ORGANIZAR A MESA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REAF	23
3	<i>HACER NUESTRA LA INTEGRACIÓN: INICIATIVAS MOVIMENTISTAS DE INCIDÊNCIA SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL</i>	33
3.1	A REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD.....	42
3.2	A COORDENADORA DAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS PRODUTORES FAMILIARES NO ÂMBITO DO MERCOSUL – COPROFAM	46
4	A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	53
4.1	ANTECEDENTES: MOVIMENTOS SOCIAIS NOS 1980.....	55
4.1.1	As Lutas de 1987	56
4.1.2	Precisões e abordagens	60
4.1.3	Antecedentes e bastidores das Lutas de 87	63
4.1.4	Pistas para uma interpretação	66
4.2	DÉCADA DE 1990: O RECONHECIMENTO ESTATAL DA CATEGORIA E POLÍTICAS DIFERENCIADAS.....	70
4.2.1	A constituição da categoria agricultura familiar no Brasil à luz da perspectiva da legibilidade	71
4.2.2	Movimentos sociais rurais produzindo Estado a partir de suas margens	75
5	A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA	82
5.1	UM POUCO DE HISTÓRIA DA ARGENTINA.....	84
5.2	O INÍCIO DO DEBATE SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA..	90
5.3	A MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES...	98
5.4	PRINCIPAIS PROPOSTAS DA MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES	108
5.5	A MESA NACIONAL, A FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES RURAIS	112

6	A IGREJA CATÓLICA E O DESENVOLVIMENTO.....	117
6.1	A AÇÃO CATÓLICA E A IGREJA DO SÉCULO XX.....	120
6.2	O CONTEXTO DA IGREJA NOS ANOS 1960: O CONCÍLIO VATICANO II.....	123
6.3	DESENVOLVIMENTO E A CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: O PADRE LEBRET E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	135
6.4	O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR: AFINIDADES ELETIVAS?.....	142
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

“Los procesos yo los veo como los ríos: se van alimentando de varios arroyos o de varios ríos más pequeños. Nunca nada empieza por una sola cosa. Una semilla no brota si no está en contacto con la tierra. Y, si no hay humedad, no crece.”

Silvio Marzaroli, agricultor familiar uruguaio, dirigente nacional e internacional de movimientos camponeses entre 1960 e 2003

Aqueles que tiveram a oportunidade de viver a década de 1990 em proximidade às questões rurais e a organizações e movimentos de agricultores assistiram ao surgimento e à grande adesão à utilização dos termos *agricultura familiar* e *agricultores familiares* para se referir a esse modo de vida e a esses agentes sociais. Outros, que naquela década ou nas seguintes se aproximaram à temática e a esse público/setor social, são testemunhas da força que a expressão possui, sendo quase impossível abordar o assunto com algum fôlego sem recorrer à utilização do termo. Mesmo que com alguma reserva, essas expressões adquiriram uma enorme abrangência em sua utilização nas várias regiões do Brasil, *deslocando* outras categorias de uso mais regional ou com elas compartilhando a força de referir-se a um modo específico do viver.

O termo agricultura familiar tem sido utilizado com múltiplas significações, como categoria política, analítica ou normativa; na ação política do sindicalismo dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais do campo, na academia ou na atuação do Estado. Levantamentos sobre a produção bibliográfica relativa à produção familiar e à estrutura agrária brasileira, realizados nos anos 1980 e abarcando as duas décadas precedentes, não identificaram a presença dessa terminologia naquele escopo temporal¹.

No Brasil, desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, o processo de lutas por preços de produtos, política agrícola, reforma agrária e política previdenciária, conduzido pelos sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais, demandou políticas agrícolas diferenciadas para os “pequenos agricultores”. O reconhecimento da demanda desses movimentos rurais levou à institucionalização de políticas públicas dirigidas a esse público específico. O termo agricultura familiar foi incorporado no discurso dos agentes de governo, e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano

¹ Neves (2007, p. 219-221) resenha os levantamentos realizados à época.

de 1995, pode ser interpretada como expressão do reconhecimento pelo Estado brasileiro da pertinência dessa diferenciação.

O início do novo século foi palco da generalização da referência ao termo agricultura familiar pelo conjunto do continente latino-americano, processo que ainda se encontra em curso. Partindo do cone sul da América do Sul, a criação e consolidação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul – REAF, atuando desde o ano de 2004, cumpriu papel decisivo neste movimento. O protagonismo do governo brasileiro nessa iniciativa, desenvolvido nos governos petistas de Lula e Dilma (2003-2010; 2011-2016), é de reconhecimento por parte dos agentes sociais e governamentais dos países parceiros do Mercosul.

Porém, a potência da adesão ao uso do termo agricultura familiar não configurava ser apenas o resultado de um “caso de sucesso” da atuação internacional do governo brasileiro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em particular. O mérito da iniciativa é evidente, mas ela não parecia ocorrer sobre um vazio de relações. O conhecimento da existência de iniciativas em andamento há alguns anos, a exemplo daquela experienciada pela *Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul – Coprofam*, indicava a complexidade do processo de construção da categoria agricultura familiar no Mercosul.

Assim, a pesquisa conduzida e que deu origem a esta tese buscou se interrogar sobre a caracterização deste processo. Objetivou-se constatar quais teriam sido os principais elementos, eventos, agentes sociais e iniciativas, que compuseram essa dinâmica social e que confluíram para o termo agricultura familiar como expressão de um projeto de futuro – de uma utopia –, que envolveu desde lideranças de agricultores e camponeses até agentes de governo, de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa a militantes sociais.

A busca pela compreensão dos elementos que caracterizam – ou caracterizaram – o processo de instituição do termo agricultura familiar foi o mote para a aproximação aos sentidos atribuídos e mobilizados pelos diferentes agentes sociais envolvidos – movimentos sociais rurais, governos e academia – como expressão de projetos compartilhados, em um campo de disputas instituído nesta região.

O propósito era, fundamentalmente, recompor o processo socio-histórico recente que permitisse oferecer uma visão mais ampla de onde se inseriam as experiências integracionista em curso – no caso, o processo de criação e consolidação da REAF.

Efetuada um recorte para concentrar o estudo nos casos do Brasil e da Argentina – dado o prazo para a conclusão da pesquisa e do doutorado –, não foi a intenção desta tese

realizar um *estudo comparativo* entre os dois países. Buscaram-se evidências que demonstrassem a relação que foi construída e estabelecida entre os processos brasileiro e o argentino, tendo aqui os casos nacionais como referência, considerando que têm uma dinâmica própria.

Inspirados pela perspectiva da abordagem francesa da *Análise Cognitiva de Políticas Públicas*, tal como elaborada pelos seus principais formuladores, Bruno Jobert e Pierre Muller², buscamos em algumas de suas proposições a indagação que pudesse nos levar à compreensão da conformação da categoria agricultura familiar no âmbito do Mercosul.

Para os autores, nesta abordagem assumem um importante papel as noções de *referencial global* e *referencial setorial*. Pierre Muller (1990) caracteriza o *referencial* de uma política pública como uma visão do mundo construída pelos atores envolvidos na política que concebe o lugar e o papel de um setor específico – objeto da política – no conjunto da sociedade. Para o autor, o referencial se constitui, então, no conjunto de prescrições que dão sentido a uma política; permite compreender o real ao limitar sua complexidade e prescrever uma ação sobre este real (MULLER, 1990, p. 62).

O *referencial global* é constituído pelo conjunto dos valores fundamentais de uma sociedade, que conformam suas possibilidades de escolha de condutas. O referencial global exprime a representação que uma sociedade faz de sua relação com o mundo em um dado momento, não necessariamente tendo perfeita coerência, nem representando um consenso. Em torno dessa representação irão “se ordenar e hierarquizar as diferentes representações setoriais”³. (MULLER, 1990, p. 65)

O *referencial setorial* é o balizador das fronteiras do setor e é dependente da representação que dele faz o conjunto da sociedade. Tal como no referencial global, é um constructo social que não prima pela coerência e cujas fronteiras estão em conflito permanente, coexistindo internamente diversas concepções quanto a sua natureza e extensão. Normalmente, é possível identificar uma concepção dominante compatível com a hierarquia das normas do referencial global. Na medida em que ela demonstre articulação entre o global e o setorial, esta representação se impõe como imagem de referência para a política pública correspondente. (MULLER, 1990, p. 68)

Tratando sobre os atores que Pierre Muller (1990) designa como *mediadores* de uma

² As formulações fundantes desta perspectiva se encontram em Jobert; Muller (1987) e Muller (1990).

³ As transcrições de extratos de obras cujo idioma original é o inglês ou o francês foram traduzidas para o português. Por outro lado, optamos em manter no original a transcrição de extratos de livros, artigos, documentos e entrevistas cujo idioma original é o espanhol.

política pública, o autor ressaltará sua importância pelo seu envolvimento na operação de relação permanente entre o referencial global e o referencial setorial. Aos mediadores caberia a produção de sentido de uma política, definindo, então, a relação com o mundo. O referencial possui um componente identitário extremamente forte, fundando a visão que um grupo se atribui como seu lugar e papel na sociedade. (MULLER, 1990, p. 69-70)

Segundo Muller (1990), o referencial – ideias, crenças e visões de mundo – não são simples “recursos” manipuláveis pelos grupos em competição, tais quais recursos monetários ou organizacionais. Sendo as crenças o resultado de um processo complexo com base no lugar ocupado pelo grupo na divisão do trabalho, e sua identidade construída a partir daí, um ator não terá como construir um sistema de crenças em função de suas necessidades estratégicas. O processo de construção de um referencial será a produção de sentido e a estruturação de um campo de forças, em uma relação circular. (p. 70)

Em conclusão, Muller (1990) afirma que não é possível estudar a constituição de um referencial sem analisar o grupo que o concebe e executa – devemos analisar suas estratégias e seu posicionamento no interior do campo de poder. Desse modo, o referencial de uma política não são somente as ideias, mas as ideias *em ação* (MULLER, 1990, p. 70).

Então, no caso em estudo, pensamos que as ideias, crenças e visões de mundo que conformaram a noção de agricultura familiar – enquanto “ideias *em ação*” – a levaram a consolidar-se como *referencial setorial* das políticas públicas que passaram a ser formuladas e executadas. Discorreremos sobre aspectos deste processo, analisando o grupo que o concebe e executa: lideranças de organizações e movimentos rurais, que estabelecem e mantêm entre si uma relação em âmbito regional (supranacional), desde, pelo menos, a primeira metade da década de 1990. A essa relação entre organizações e movimentos rurais, somou-se a interação com pesquisadores e estudiosos do rural, bem como com agentes de Estado, estabelecendo uma nova institucionalidade representada pela REAF.

Nos termos da Análise Cognitiva de Políticas Públicas, esses agentes sociais – fundamentalmente dirigentes de organizações e movimentos rurais – constituíram-se em *mediadores* das políticas públicas que passaram a ser implementadas⁴.

Cabe, nesse sentido, questionar: se a noção/categoria agricultura familiar é o cerne do *referencial setorial*, o que comporia o *referencial global*? Aqui, residiu o maior desafio desta pesquisa e a principal pergunta orientadora do trabalho: **Quais teriam sido os valores e**

⁴ A referência à contribuição da abordagem francesa da Análise Cognitiva de Políticas Públicas serviu como inspiração para identificar a questão central de pesquisa, bem como a importância de *perseguir* aqueles que seriam os mediadores das políticas. Ao longo da tese, não será novamente feita referência direta a essa perspectiva.

crenças *mais profundos* que contribuíram para conformar a noção de agricultura familiar e forneceram a base para a rápida adesão ao termo?

Como objetivo geral, a pesquisa buscou apreender o processo no qual a categoria agricultura familiar se constituiu em referência no âmbito regional – Mercosul –, e, especificamente, no Brasil e Argentina, países estudados, orientando políticas públicas a partir da criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF).

No sentido de contribuir para alcançar o estabelecido no objetivo geral, a pesquisa procurou avançar no que apresentamos como objetivos específicos, elencados a seguir:

- a) revisitar o debate brasileiro dos anos 1990 e 2000, examinando a constituição da categoria agricultura familiar, indagando sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais rurais, pelos pesquisadores e pelos agentes de Estado nessa constituição e buscando evidenciar como ela passou a estar no centro da operação de políticas públicas através da mobilização do Estado;
- b) examinar a constituição da categoria agricultura familiar nos demais países membros do Mercosul – em particular, no caso da Argentina –, buscando identificar o papel desempenhado pela REAF, o modo como termos, conceitos e categorias foram equalizados (pequeno produtor, produção familiar, agricultura familiar, agricultura campesina) e quais foram colocados de lado;
- c) identificar, nesse processo em âmbito do Mercosul, o papel desempenhado por diferentes atores sociais: organizações e movimentos sociais rurais, pesquisadores e agentes de Estado;
- d) verificar a atuação do Brasil na constituição da noção agricultura familiar junto aos países membros do Mercosul, tendo por referência o caso da Argentina.

Para tanto, esta tese se vale de uma metodologia de pesquisa qualitativa, sustentada em revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas e observação. Como recurso de pesquisa, utiliza-se do apoio da *internet* para a pesquisa em *sites* de revistas acadêmicas, e no uso de ferramentas de busca na rede para a identificação de artigos significativos, a busca de documentos de organismos governamentais nacionais e internacionais, de movimentos sociais e organizações não governamentais, bem como matérias de imprensa (jornais e revistas). Para a realização das entrevistas, foi imprescindível a utilização das ferramentas de correio eletrônico, seja para a consulta sobre disponibilidade à interlocução seja para os acertos práticos para o encontro presencial; também, na condução da própria entrevista, em alguns casos, utilizou-se a ferramenta de comunicação baseada no *software Skype*.

O trabalho de pesquisa não teria sido possível sem a realização de um período de Doutorado Sanduíche no Exterior, viabilizado pela CAPES⁵. O período de quatro meses em que mantive vínculo de estágio doutoral junto ao Programa de Estudos Sociais Agrários da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO possibilitou o trabalho de campo realizado na Argentina.

Com relação aos métodos de pesquisa utilizados – revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas e observação –, cabe ressaltar a relevância da trajetória pessoal anterior no tema (de aproximadamente três décadas). Essa experiência oportunizou agregar à pesquisa um conhecimento precedente sobre parte da bibliografia (brasileira) que aborda o rural, bem como de parte da documentação relevante, a identificação prévia e/ou relações já estabelecidas com agentes-chave dos processos brasileiro, argentino (e uruguaio), a participação em eventos e atividades promovidas pelos espaços nos quais me propus pesquisar. Este aporte foi possibilitado pelo fato de ter atuado, desde meados dos anos 1980, em organizações não governamentais que realizavam assessoria à movimentos sociais rurais – em âmbito local, estadual, regional e nacional –, no legislativo e executivo estadual (Rio Grande do Sul), e no executivo federal; sempre com atuação na área rural-agrária. No caso específico da REAF, além de ter notícias sobre sua proposição, participei em várias reuniões regionais dessa instância, desde 2005 (III REAF) até 2013, ano que precedeu ao ingresso no curso de doutorado, e mesmo ao longo do curso (2014-2018). Foram reuniões gerais e preparatórias, regionais e da seção nacional brasileira, ocorridas nas capitais dos quatro países fundadores (Assunção, Brasília, Buenos Aires e Montevideú).

A ênfase na revisão bibliográfica foi concentrada em dois momentos: no caso da bibliografia brasileira, no período preparatório ao exame de qualificação do projeto de pesquisa; no caso da bibliografia argentina, no período do doutorado sanduíche, e orientada pelas interlocuções proporcionadas pelo debate com pesquisadores argentinos e com entrevistados.

A revisão bibliográfica e a interlocução estabelecida proporcionaram os elementos e a direção para a pesquisa documental. Parte da documentação referida à frente teve por origem ou a indicação pelo interlocutor-entrevistado ou que por ele foi disponibilizada.

As entrevistas foram desenvolvidas durante um longo período de tempo, desde a fase de elaboração do projeto de pesquisa até os momentos finais da redação da tese, com

⁵ Edital N° 19/2016 do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O período do estágio doutoral em Buenos Aires abrangeu os meses de abril a julho de 2017, o que também possibilitou uma viagem de pesquisa para Montevideú, Uruguai.

concentração entre o período posterior ao exame de qualificação até o final do doutorado sanduíche. No geral, foi previsto o tempo médio de duração em torno de uma hora, a depender da disponibilidade dos interlocutores, abrangência desenvolvida, etc. Tivemos desde uma entrevista-diálogo de trinta minutos, muito significativa, até outra com cinco horas de duração. Na maior parte das vezes, ocorreu em um só momento; em outras, foram dois ou três momentos, que envolveram ou apenas encontros presenciais ou a combinação “à distância” (*Skype*) e presencial. Foi privilegiado o contato presencial; recorreu-se à modalidade “à distância” quando considerado que a relação próxima ao entrevistado o permitia e não havia a possibilidade de encontro presencial em horizonte de tempo adequado para o andamento da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas, em profundidade, tiveram o roteiro de questões adaptado segundo a característica do interlocutor-entrevistado, e segundo a expectativa dos temas e questões que pudessem ser aprofundadas – em síntese, a possível contribuição para a tese. A diversidade representada pelo perfil dos entrevistados foi de grande abrangência: pluralidade de inserções, trajetórias, bagagem pessoal, contribuição para a instituição ou movimento social, época ou período de envolvimento na temática. Houve a possibilidade de dialogar com agentes de governo – caso do Brasil, principalmente –, envolvendo agentes políticos do governo federal (assessores técnicos do gabinete do ministro, secretários executivos, ministros); dirigentes nacionais de organizações rurais e assessores; militantes sociais e integrantes de universidades (professores-pesquisadores). Grande parte desses possuem uma trajetória pessoal em que ocuparam diferentes posições daquelas listadas – ao menos duas posições, quando não três.

Para a abordagem das questões de pesquisa, partiu-se, sempre, da recuperação da relação que o interlocutor manteve com a REAF, explorando aspectos específicos, visando à aproximação aos aspectos referentes ao processo de consolidação regional da categoria agricultura familiar.

Com relação à observação, concentrei-me em eventos da REAF (reuniões). Para tanto, conforme exposto anteriormente, apoiei-me em uma experiência acumulada de acompanhamento à REAF já há alguns anos. Tive a oportunidade de participar de cinco reuniões gerais da REAF, realizadas nos anos de 2005, 2012 e 2015/16. Inicialmente, participei da III REAF (Assunção, Paraguai, maio de 2005). Retomei o contato no ano de 2012⁶, e a partir dali, estive presente em ao menos quatro outras reuniões gerais: XVII REAF

⁶ Na condição de docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, desde o ano de 2011 foi desenvolvido o projeto de extensão denominado “Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e

(Buenos Aires, Argentina, junho de 2012) e XVIII REAF (Caxias do Sul, Brasil, novembro de 2012); e, durante a realização do doutorado, participei da XXIV REAF (Assunção, Paraguai, novembro de 2015) e da XXV REAF (Montevidéu, Uruguai, junho de 2016). Por outro lado, acompanhei a dinâmica das reuniões dos Grupos Temáticos Preparatórios (Montevidéu), nos anos de 2012/2013 e 2017 (Buenos Aires), bem como da Seção Nacional Brasileira da REAF, nesses mesmos anos de 2012 e 2013, e retomando no ano de 2018.

A tese está estruturada em cinco capítulos centrais.

O primeiro representa o esforço inicial de pesquisa quando esta tinha como foco o período em que se desenvolve e consolida a experiência da REAF (2004-2016). O capítulo “Como organizar a mesa: participação social na REAF” se debruça sobre o período constitutivo da REAF. Ele reflete acontecimentos ocorridos na III REAF, realizada em Assunção, Paraguai, no mês de maio de 2005. É dada relevância a esta reunião pois considero que o debate ali conduzido norteou toda a dinâmica da instância nos anos vindouros.

O segundo capítulo – “*Hacer nuestra la integración: iniciativas movimentistas de incidência nos governos regionais*” – busca responder a inquietação de que aquela iniciativa tão inovadora não poderia estar acontecendo em um vazio de relações entre os diferentes agentes sociais, notadamente, representantes das organizações de agricultores. Sendo sabedor da existência da Coprofam e de demandas para que organizações de agricultores familiares participassem dos subgrupos do Mercosul (anos 1990), e tendo participado da preparação de eventos fronteiriços (encontro e ato público) entre organizações rurais dos quatro países fundadores do Mercosul, ocorridos na região noroeste do Rio Grande do Sul ainda no início dos anos 1990, a indagação acompanhou o início da pesquisa: seriam esses eventos isolados no tempo e espaço, ou haveria entre eles uma linha de continuidade? Agentes sociais (dirigentes de entidades rurais de agricultores) que participam da REAF também participam da Coprofam? Esses agentes sociais ou suas organizações estiveram, eventualmente, presentes em atividades de integração no início da década de 1990? O capítulo trata das iniciativas desenvolvidas no período anterior à criação da REAF.

O terceiro, “A constituição da categoria agricultura familiar no Brasil”, tem por objetivo revisitar o debate sobre o processo de constituição da categoria agricultura familiar neste país. Partindo da compreensão presente em diversos trabalhos dos anos 1990, que atribuem à confluência entre movimentos sociais rurais, estudiosos do rural e gestores do Estado o surgimento e a constituição de potência desta noção, que se impôs com força

Segurança Alimentar no âmbito da REAF”, sob minha coordenação até o ingresso no doutorado, ocorrido em 2014.

explicativa e discursiva que segue no além-fronteiras, busquei traçar a genealogia do termo no país, no sentido de experimentar outras possibilidades interpretativas. Para tanto, valho-me das contribuições proporcionadas pela perspectiva da *legibilidade* (SCOTT, 1998) e dos movimentos às *margens* do Estado (DAS; POOLE, 2004).

O capítulo seguinte, “A constituição da categoria agricultura familiar na Argentina”, aborda o processo ocorrido no país vizinho, resgatando elementos da organização dos agricultores desde o início do século XX até princípios deste século. No período pós-redemocratização, a reconstrução dos movimentos e organizações surgidas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, bem como a criação de novas organizações e movimentos, estabelece uma dinâmica que possibilita a promoção de esforços para a constituição de um processo organizativo nacional. Aqui, aparecerão o uso e a confluência de vários termos, com destaque para agricultura familiar. A relação com os processos em andamento nos países vizinhos – Brasil, Uruguai e Paraguai –, onde o diálogo entre os representantes de organização e movimentos sociais rurais é evidente, acaba por demonstrar a relação prévia à REAF, e que incidiu sobre cada país, cada processo nacional, mas também sobre a dinâmica regional.

Por fim, no capítulo “A Igreja Católica e o Desenvolvimento”, vamos buscar no ambiente de realização do Concílio Vaticano II, na primeira metade dos anos 1960, o confluir de todo um processo interno à Igreja que opôs setores antimodernos, conservadores, a setores modernos, progressistas – que defendiam o engajamento da Igreja ao mundo moderno –, processo que transbordou para o conjunto dos fiéis e para a sociedade mais ampla, em movimentos como o cristianismo da libertação ou teologia da libertação. Este processo ocorre tendo o tema do *desenvolvimento* como um de seus pilares: o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e a crítica (cristã) a esta perspectiva, denunciando a manutenção da desigualdade e a perpetuação da distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos como resultado.

Este processo é importante, pois fornece as bases para a compreensão das crenças e valores mais profundos que orientaram a construção da categoria agricultura familiar no Mercosul. Para tanto, acionamos o conceito weberiano de *afinidade eletiva*, nos termos propostos por Michel Löwy em seus estudos sobre a conformação do *cristianismo da libertação* na América Latina, para explorar as estreitas relações que se estabeleceram entre este movimento político-religioso e os movimentos sociais rurais do cone sul da América Latina – em parte constituintes deste mesmo movimento político-religioso –, e que forjaram, em seus processos de lutas e relações além-fronteiras nacionais, a noção de *agricultura*

familiar como expressão de projetos compartilhados.

Tomando o quebra-cabeças como metáfora, não foi nossa intenção repassar este processo descrevendo-o peça a peça segundo sua posição no conjunto, em uma sequência linear. Da mesma maneira em que no jogo começamos a posicionar cada peça na mesa de forma aleatória ou em uma posição que nos parece fazer sentido, a descrição parte de peças (fatos, eventos, detalhes, “coincidências”) que podem parecer de maior ou menor importância, mas que acreditamos sejam relevantes para a compreensão do conjunto. Assim, a construção da narrativa não segue a disposição original das peças na mesa, até porque a narrativa começa a ser construída sem o quebra-cabeças montado por inteiro. Sem uma visão completa, acabada, do conjunto; mas daquilo que nos parece ser uma visão global da figura que se revela. Por suposto, este trabalho apresenta um determinado olhar sobre o quebra-cabeças montado (caso seja possível considerá-lo concluído), lançando o foco de luz sobre determinadas áreas, peças ou conjunto de peças, destacando-as. Outras maneiras de olhar certamente evidenciariam outras regiões do jogo concluído – ou montariam outro quebra-cabeças com o mesmo conjunto de peças.

Assim, a narrativa que segue não se desenvolve como uma descrição linear e cronológica do processo, acontecimentos, eventos. De um passado remoto até o presente. Antes, ela parte de uma época mais recente e vai recuando no tempo, do início dos anos 2000 à década de 1990, em seus princípios; realiza um sobrevoo sobre o processo brasileiro, desde meados dos anos 1960 e outro sobre o processo argentino, recuando à segunda metade do século XIX visando situar alguns elementos da colonização do pampa; por fim, realiza uma abordagem panorâmica sobre a história da Igreja desde o século XIX vindo se concentrar nos anos 1960.

Essa não linearidade talvez reflita, de algum modo, uma inspiração que nos guiou, aquilo que Ginzburg (1989) trata, na construção do conhecimento histórico, como *paradigma indiciário*. Partindo do questionamento, por um lado, de que a criação da REAF teria, provavelmente, como antecedente um fervilhar de movimentos plenos de diálogos entre as direções das organizações de agricultores (familiares), e, por outro lado, de que estes diálogos teriam como base valores e crenças compartilhadas, juntamente com um projeto comum de futuro, percorremos a literatura especializada, documentos, transcrições de entrevistas buscando *indícios* que nos apontassem onde aprofundar, que direção seguir, como aquele elemento aparentemente secundário poderia estar indicando um *evento significativo*, mesmo que sendo apenas uma linha que nos permitisse uma costura no conjunto do tecido (processo!) que procurávamos “reconstruir”.

Certamente, este caminho não determinaria a construção de um texto sem uma linearidade cronológica, mas, retornando à metáfora do quebra-cabeças, nossa intenção será apresentar uma visão sobre o que temos a nossa frente, mas sem descrever peça a peça, mas destacando determinadas áreas, peças ou conjunto de peças para, com uma determinada narrativa, apresentar uma visão global do conjunto.

2 COMO ORGANIZAR A MESA: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REAF

“Ou os representantes das organizações de agricultores familiares sentam-se à mesa junto aos representantes dos governos, ou o Brasil não participará dessa instância”

Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário
(Assunção, maio de 2005)

A noite do dia 26 e o início da manhã do dia 27 de maio de 2005 foram de intensas mobilizações e articulações para afastar a possibilidade de, quiçá, apenas um pequeno incidente diplomático entre representantes dos governos do Brasil e do Paraguai. Cenário: Salão Azul do Hotel Excelsior, em Assunção, Paraguai. Movimentação: cadeiras e mesas são organizadas de uma determinada maneira por funcionários do governo paraguaio e, na sequência, rearranjadas de maneira diferente por funcionários do governo brasileiro. O impasse estava instalado.

Todavia, o impasse não residia nas diferentes visões sobre qual seria o melhor *layout* para a organização da sala, mas na concepção – em disputa – sobre o papel e o espaço que a sociedade civil deveria ocupar na recém-constituída Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul – REAF. Disputa essa que se expressava, então, na própria disposição de mesas e cadeiras em uma sala de conferências.

Esta terceira reunião da nascente instância componente da estrutura oficial do Mercosul (III REAF), a primeira realizada em outro país do mercado comum – as duas anteriores ocorreram no Brasil⁷ –, abordou outros temas que também geraram controvérsias e que marcariam a trajetória posterior da reunião especializada: a definição e a pertinência da agricultura familiar enquanto categoria estatal, e o debate sobre o tema gênero, com ênfase na questão das mulheres⁸.

Neste capítulo, concentro-me na descrição e análise deste evento por interpretá-lo como o culminar de um processo que, desde o início dos anos 1990, com a criação do

⁷ As duas primeiras reuniões anteriores da REAF haviam ocorrido no semestre anterior, segundo semestre de 2004: I REAF, em Foz do Iguaçu (PR), nos dias 28 e 29 de outubro de 2004; II REAF, em Brasília (DF), no dia 13 de novembro de 2004.

⁸ A agenda do evento lista dez temas tratados. Entre eles, destaco os seguintes: apresentação dos instrumentos de políticas públicas de apoio à agricultura familiar dos Estados Partes; acompanhamento das negociações internacionais de comércio e sua relação com a agricultura familiar; apresentação dos temas vinculados à facilitação do comércio no Mercosul; criação de um grupo de trabalho para acompanhar o Seminário sobre Seguro Agrícola e de Emergência no Mercosul; discussão sobre política de gênero na REAF; discussão sobre políticas de inserção e enraizamento de uma nova geração de agricultores familiares do Mercosul. (MERCOSUL, 2005)

Mercosul, mobilizou organizações e movimentos sociais rurais que reivindicavam a participação dos agricultores familiares nos rumos do empreendimento integracionista. Essa demanda, se fosse atendida, deveria representar a abertura da iniciativa dos governos para a sociedade civil e não só para o empresariado – rumo privilegiado, conforme denunciavam as organizações sindicais de trabalhadores. Situamos a origem deste processo específico no início dos anos 1990, por considerar a reivindicação ao Mercosul, mas temos consciência de que ele também representa o ápice de uma trajetória mais longa, que, no período que antecedeu aos golpes militares no Brasil e na Argentina (1964 e 1976), foi caracterizada pela condução de expressivas lutas e organização de parcelas da população do campo. Os anos 1980 foram dedicados à reorganização daquelas iniciativas, após as ditaduras militares, bem como à gestação de novas experiências de organização.

Fui testemunha do evento narrado. Tendo sido convidado a participar da III REAF para cumprir um papel bem específico – o relato de uma experiência em seguro agrícola e a apresentação de um seminário internacional sobre o tema⁹ –, a situação inusitada que observei naquela ocasião não adquiriu maior importância até que vários participantes da reunião, com quem, mais tarde, teria oportunidade de dialogar para esta pesquisa de tese sublinhassem o momento significativo para os rumos da REAF em que se constituíram os debates travados nessa reunião específica.

Retomemos a configuração do impasse. Tal como as diversas instâncias em funcionamento da estrutura integracionista, o Mercosul é constituído por representantes dos governos nacionais, dos Estados Partes. Então, as negociações ocorrem entre delegações nacionais, chefiadas pelos representantes do órgão que coordena a política exterior do país (ministério das relações exteriores). Em decorrência, sentam-se à mesa os representantes governamentais. Apenas. Antes, durante ou após o evento negocial, o representante governamental pode vir a consultar membros da sociedade civil (ou, no jargão da área, o setor privado, abarcando tanto empresas como organizações sociais). Conforme a dinâmica estabelecida para uma instância como a reunião especializada (ou, como o subgrupo), os representantes da sociedade civil poderão participar em uma etapa preparatória à reunião, mas são excluídos de sua etapa decisória, reservada aos representantes dos governos.

⁹ A experiência de seguro agrícola subsidiado no Rio Grande do Sul, como política pública específica para a agricultura familiar (ver BELEM, 2004), e a divulgação da realização do “Seminário Internacional sobre Seguro de Emergência e Seguro Agrícola”, realizado entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 2005, em Porto Alegre, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos – PMA, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Cooperação Espanhola, Programa Fome Zero, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Orientados por este modelo é que os funcionários do governo paraguaio prepararam o espaço para receber a reunião da REAF. Entretanto, aquela não era a experiência e a expectativa dos funcionários do governo brasileiro, agentes políticos que já vinham participando da condução das negociações internacionais por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pelo menos nos pouco mais de dois anos, desde 2003, quando iniciou o governo Lula, período em que o governo brasileiro – e o MDA, em particular – vinha tendo destacada atuação nas negociações da ALCA, da OMC e dos Acordos UE-Mercosul, articulando a ação entre governos e com um forte contato com organizações da sociedade civil em âmbito mundial (ONGs, organizações de agricultores, movimentos contra a ALCA, etc.)¹⁰.

Laudemir Müller, à época chefe da Assessoria Internacional do MDA, relata que após se defrontar, na noite do primeiro dia, com os anfitriões do evento preparando a sala de reuniões para a atividade do dia seguinte com um formato que criava dois grandes espaços – de um lado, mesa para os representantes governamentais e, de outro, conjunto de cadeiras que conformava uma plateia –, expôs sua inconformidade. Não era este o sentido que o Brasil esperava para a condução dos trabalhos da nova instância e que fora trabalhado nas duas reuniões anteriores. Mas um sentido de construção de proximidade e diálogo entre representantes governamentais e das organizações de agricultores. Essa seria a expectativa do governo brasileiro e das organizações da sociedade civil, vindas de todos os quatro países constituintes do Mercosul, presentes naquela ocasião. (Laudemir Müller, comunicação pessoal, 24 de setembro de 2017)¹¹.

A impossibilidade de os responsáveis paraguaio e brasileiro chegarem a um acordo, naquele momento em que mesas e cadeiras eram dispostas, leva-os a buscar a consulta com seus superiores imediatos, dado o impasse criado. O superior hierárquico do lado paraguaio mantém a posição original, e o lado brasileiro, representado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto¹², que, após a abertura do evento, sairia em

¹⁰ Os entrevistados ressaltaram o importante e fundamental papel desempenhado pelo Ministro Celso Amorim, representando o Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty –, bem como de Samuel Pinheiro Guimarães, à época secretário-geral das Relações Exteriores.

¹¹ Laudemir Muller, economista, atuou no Ministério do Desenvolvimento Agrário durante o período 2003-2014, assumindo as funções de assessor especial do ministro (2003-2004; 2007-2010), chefe da assessoria internacional (2004-2007), secretário da agricultura familiar (2011-2012), secretário executivo (2012-2014), e, interinamente, o posto de ministro do Desenvolvimento Agrário.

¹² Miguel Rossetto, cientista social, foi sindicalista e dirigente estadual e nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, deputado federal do Partido dos Trabalhadores – PT, Vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002), Ministro do Desenvolvimento Agrário (2003-2006; 2014), entre outros cargos políticos.

viagem de retorno ao Brasil, profere a fala que abre este capítulo ao orientar a condução do imbróglio pelos seus subordinados: “Ou os representantes das organizações de agricultores familiares sentam-se à mesa junto aos representantes dos governos, ou o Brasil não participará dessa instância”. Cedo da manhã do dia seguinte, dando consequência à orientação do ministro, os funcionários brasileiros desfazem a disposição de mesas e cadeiras estabelecida pelos funcionários paraguaios, criando uma nova configuração, considerada mais favorável a uma participação menos desigual da sociedade civil.

Como solução negociada, pode-se dizer, embora em um contexto de uso de força maior, chega-se à disposição das mesas de trabalho em forma de quadrilátero, em que os representantes dos quatro governos se sentam à frente de cada um dos lados e os representantes das organizações de agricultores sentam-se atrás do respectivo representante nacional. Mantém-se a chefia da delegação, e, sob sua coordenação, o uso e a distribuição do direito de voz pelos demais membros da delegação nacional (funcionários de governo e lideranças das organizações de agricultores).

A constituição desse impasse, a partir do posicionamento dos representantes do governo brasileiro – posicionamento destoante frente à prática do Mercosul –, bem como a solução negociada encontrada, assume maior relevância ao considerarmos as orientações do Grupo Mercado Comum – GMC –, órgão executivo do Mercosul, sobre a REAF, tomadas em sua reunião de novembro de 2004, duas semanas após a realização da II REAF.

Os agentes do governo brasileiro com os quais tive a oportunidade de dialogar relatam este evento, parece-me, apenas como um problema pontual sobre o formato da redação das atas da REAF, fato que teria sido corrigido na sequência. A leitura do documento do GMC, aponta para questões de fundo¹³, tratando sobre a organização da instância. Sobre o que fora acordado, internamente, nas duas primeiras reuniões da REAF, realizadas em 28/29 de outubro e 13 de novembro de 2004, o GMC se posiciona em reunião realizada em 25 e 26 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro. Consta da Ata:

2.4.2. Reunião Especializada de Agricultura Familiar

O GMC manifestou seu apreço pela intensa atividade da REAF desde sua criação e reiterou a necessidade de que o foro reapresente seu programa de trabalho para 2005, conforme o ponto 2.1 da presente Ata¹⁴.

¹³ Este assunto não foi abordado em quaisquer das seis entrevistas realizadas com participantes brasileiros desta reunião, pois apenas ganharia relevância ao longo da pesquisa, a partir do cotejamento de documentos sobre a REAF com as entrevistas.

¹⁴ 2.1. Decisão CMC N° 59/00 - Pautas e Programas de Trabalho

O GMC chama a atenção da REAF para a necessidade de que projetos de Cooperação Técnica sejam apreciados pelo Comitê de Cooperação Técnica, conforme disposto na Resolução GMC N° 77/97.

O GMC solicita à Secretaria do MERCOSUL que encaminhe à REAF normativa MERCOSUL básica sobre aspectos institucionais e procedimentais, que deverão ser seguidos nas reuniões do foro. Do mesmo modo, a PPTP¹⁵ se comprometeu a enviar representante à próxima reunião da REAF, com o objetivo de orientar o grupo sobre os aspectos formais com relação à organização de reuniões.

O GMC comunicou à REAF que suas reuniões deverão conformar-se ao disposto nas Decisões CMC N° 04/91 “Regulamento Interno do GMC”, e N° 59/00 e nas Resoluções GMC N° 77/97 e N° 26/01 e que **não há autorização nas referidas normas para a elaboração de regimento interno específico para os foros do MERCOSUL. Nesse sentido, a REAF deverá desconsiderar Anexo IV da Ata da sua primeira reunião.** (MERCOSUL/GMC/ATA N° 04/04, 2004, grifos nossos)

Assim, por um lado, o Grupo Mercado Comum do Mercosul reconhece o esforço e o empenho da REAF em desenvolver um bom trabalho, mas, por outro lado, emite uma série de recomendações que buscam o “enquadramento” da nova instância à sua dinâmica geral de funcionamento. Neste sentido, a atuação dos funcionários do governo do Paraguai com relação à organização do espaço da III REAF não fugia à própria determinação do GMC: “a PPTP se comprometeu a enviar representante à próxima reunião da REAF, com o objetivo de orientar o grupo sobre os aspectos formais com relação à organização de reuniões” (MERCOSUL/GMC/ATA N° 04/04, 2004).

A manifestação do GMC foi analisada pela III REAF, que, embora tenha dedicado um ponto de pauta ao tema, parece não ter dado maior relevância.

2. Consideración de las observaciones planteadas por el GMC al Acta de Brasilia.

La REAF tomó nota de las instrucciones del GMC indicadas en los puntos 2.1. y 2.4.2. del Acta 04/04 de la LVI Reunión.

Al respecto acordaron remitir al GMC el Programa de Trabajo 2005, aprobado en la II REAF, en el formato solicitado por éste, que figura en el ANEXO IV de esta Acta. (MERCOSUR/REAF/ACTA N° 01/05, 2005)

[...] O GMC agradeceu o empenho e a diligência com que a REAF, em suas primeiras reuniões, logrou apresentar um extenso programa de trabalho. Solicita, todavia, a esse foro que reapresente o documento no primeiro GMC do próximo ano, adequando-o ao disposto no DI N° 11/04 Rev. 1. Com relação ao ponto 3 do programa apresentado, o GMC chama a atenção da REAF para a necessidade de que projetos de Cooperação Técnica sejam apreciados pelo Comitê de Cooperação Técnica, conforme disposto na Resolução GMC N° 77/97.

As notas constantes das citações e que se encontrem entre colchetes indicam que elas não compõem a citação original; assim, são notas de nossa autoria e redação.

¹⁵ PPTP: Presidência Pro Tempore Paraguai.

Alguns dirigentes do MDA que participaram dessa III REAF manifestam-se, quando questionados sobre a decisão do GMC e sobre o impacto dessa na dinâmica da REAF, atribuindo pouca importância e evidência à decisão daquela instância, demonstrando um misto de desconhecimento sobre o ocorrido – agravado, considere-se, pelo tempo já decorrido desde o evento (treze anos) – e superação do que poderia ter sido uma repercussão negativa da decisão¹⁶.

O posicionamento do GMC ataca frontalmente o esforço da REAF – ou, do Brasil – em incorporar a participação da sociedade civil com um protagonismo maior, ou, pelo menos, o reconhecimento dessa participação por meio de instrumentos que a regulamentassem. No caso, o Regimento Interno da REAF, aprovado na primeira reunião e tornada sem efeito pelo GMC.

Constava do Regimento Interno da REAF:

Capítulo I - Composição

[...]

Artigo 3º - As seções nacionais da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar serão coordenadas, em cada País, pelos Ministérios afins e assegurarão a participação das entidades representativas da Sociedade Civil, tendo presente o disposto na Decisão CMC N° 59/00.

[...]

Capítulo III – Reuniões

[...]

Artigo 9º - Nas reuniões da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar as delegações de cada Estado Parte serão integradas por representantes governamentais e da Sociedade Civil. Os representantes da Sociedade Civil participarão das deliberações da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, sendo a fase decisória da Reunião reservada à participação dos delegados governamentais de cada Estado Parte, nos termos do Artigo 16 da Decisão CMC N° 59/00.

[...]

§2 – A Sociedade Civil estará integrada por aquelas organizações representativas de todo o **espectro** da Agricultura Familiar, de acordo com o determinado internamente em cada Estado Parte, pelas respectivas Seções Nacionais.

§3 – Os representantes da Sociedade Civil contribuirão com idéias, propostas e projetos relacionados à Agricultura Familiar, objetivando o aprimoramento dos trabalhos da Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar.

§4 – Assim como nas reuniões da REAF, cada Estado Parte promoverá e facilitará, em suas respectivas Seções Nacionais, a participação de representantes da Sociedade Civil de nível regional e nacional.

(MERCOSUL/GMC/REAF/ATA N° 01/04, 2004, grifos nossos)

Considerando que o GMC determina que as reuniões da REAF “deverão conformar-se ao disposto no ‘Regulamento Interno do GMC’”, presente na Decisão

¹⁶ Laudemir Müller, comunicação pessoal, 17 de dezembro de 2017; Guilherme Cassel, comunicação pessoal, 9 de janeiro de 2018.

MERCOSUL/CMC/DEC N° 04/91, cabe uma rápida análise do referido regulamento, vigente à época.

Já no início do Regulamento, em seu Capítulo I, que trata da Composição do GMC, observamos que não há referência alguma às organizações da sociedade civil. Esta exclusão fica evidente no Artigo 6°, que compõe o Capítulo III, que trata das Sessões. Consta do referido artigo:

Artigo 6° - Nas reuniões do Grupo Mercado Comum as delegações de cada Estado Parte serão integradas exclusivamente por representantes governamentais que poderão ser assistidos pelos funcionários de outros organismos da Administração Pública.

Ao elaborar e propor medidas concretas para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá, entretanto, convocar, quando julgar conveniente, representantes do setor privado. (MERCOSUL/CMC/DEC N° 04/91, 1991, grifos nossos)

A instância “reunião especializada” consta do Capítulo 6, “Subgrupos de Trabalho e Reuniões Especializadas”, onde, em seu Artigo 19°, há a previsão de que o Estado Parte será representado por funcionários governamentais.

Por outro lado, a participação do “setor privado” está prevista em capítulo específico do regimento, composto de seis artigos (Capítulo VII). Adiante, reproduzimos cinco desses artigos:

Artigo 26° - Os Subgrupos de Trabalho e as Comissões poderão desenvolver suas atividades em duas etapas, uma **preparatória** e outra **decisória**. Na etapa preparatória, os subgrupos de trabalho poderão solicitar a participação de representantes do setor privado. A etapa decisória estará reservada exclusivamente aos representantes de cada Estado Parte¹⁷.

Artigo 27° - Na etapa preparatória, os subgrupos de trabalho, também, poderão promover, juntamente com o setor privado, seminários que tendam a ampliar a análise dos temas tratados. [...]

Artigo 28° - As delegações de representantes do setor privado que participem, na etapa preparatória, das atividades dos subgrupos de trabalho e comissões, conforme previsto no artigo 26, serão integradas por, no máximo, três membros do setor privado correspondente de cada Estado Parte.

Artigo 29° - Entender-se-á por representante do setor privado aquele que tem interesse direto em qualquer das etapas do processo de produção, distribuição e consumo.

¹⁷ A Decisão N° 59/00 do Conselho Mercado Comum, que trata da reestruturação dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul, reitera, no ano de 2000, a possibilidade de participação setor privado. Consta:

Art. 16 - Reiterar que, caso seja necessário e de acordo com o Regimento Interno do GMC, os órgãos dependentes do GMC e da CCM poderão desenvolver suas atividades em duas etapas, uma preparatória e uma decisória. Na etapa preparatória, os órgãos dependentes poderão solicitar, por consenso, a participação de representantes do setor privado. A etapa decisória estará reservada exclusivamente aos representantes de cada Estado Parte. (MERCOSUL/ CMC /DEC. N° 59/00, 2000).

Artigo 30º - A Secretaria Administrativa do Grupo Mercado Comum abrirá um registro de entidades representativas do setor privado apresentadas por cada Seção Nacional do Grupo Mercado Comum. (MERCOSUL/CMC/DEC Nº 04/91, 1991, grifos nossos)

Sublinhe-se que o Regimento Interno da REAF fazia referência a uma “fase” decisória – não “etapa” – “reservada à participação dos delegados governamentais [...]”. Embora também estivesse previsto que “os representantes da Sociedade Civil participarão das deliberações da Reunião [...]” – sem referência direta a uma “fase” preparatória.

Embora a REAF discuta em seu regulamento questões relativas à existência de uma etapa preparatória e outra etapa decisória, esta reservada exclusivamente aos representantes dos Estados Partes, à presença de um máximo de três membros do “setor privado”, entre outros, nada disso remete ao funcionamento e a dinâmica da REAF implementada ao longo dos seus anos de existência. Terá sido a REAF uma prática sem um instrumento oficial? Terá ela existido e se fortalecido e ganhado reconhecimento às margens das normativas de um espaço supranacional de integração tão regrado como é o Mercosul?

Guilherme Cassel¹⁸ atribui o pouco impacto da decisão do GMC sobre a dinâmica da REAF a três possíveis fatores:

- a) o peso relativo das posições do Brasil sobre os demais parceiros regionais – relação desigual e de maior peso político do posicionamento brasileiro;
 - b) a conjuntura da época, em que o Brasil passava a privilegiar sua atuação no âmbito regional e, em decorrência, no Mercosul, tornando politicamente sensível a interposição de objeções que pudessem resultar no refreamento dessa ênfase pelos demais parceiros; e
 - c) o interesse dos demais países parceiros em manter uma boa relação com o Brasil, fortalecendo o posicionamento nacional frente a futuras negociações.
- (Comunicação pessoal, 9 de janeiro de 2018)

De outra parte, Müller lembra como questão presente o cuidado, entre dirigentes do MDA, em evitar o estigma associado à radicalidade, decorrente de seu posicionamento político no campo de forças do PT ou do governo e cuja origem, a partir de acusações, encontrava-se em componentes do próprio governo Lula, petistas ou não. Nesse quadro, fazia-se ainda mais necessário que sua atuação no Ministério evidenciasse a efetiva seriedade de sua condução. No âmbito da atuação na REAF, esta preocupação se expressava tanto no

¹⁸ Guilherme Cassel, engenheiro civil, foi secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003–2006), e, na sequência, ministro do Desenvolvimento Agrário (2006–2010).

empenho em tomar a iniciativa em proposições para a instância, quanto ao assumir uma postura mais formal. Era, assim, incentivada a adoção de várias orientações reconhecidas no âmbito do protocolo das relações internacionais. O desafio que, então, se colocava aos dirigentes do ministério consistia em buscar um determinado equilíbrio entre, no campo político, a proposição de medidas de impacto e, a partir da observação de ritos mínimos do protocolo, a consolidação do reconhecimento junto aos membros dos diversos governos. (Comunicação pessoal, 24 de setembro e 17 de dezembro de 2017)

Miguel Rossetto, à época ministro do Desenvolvimento Agrário, aborda o sentido dado à participação social e à consequente relação com os cerimoniais, tratando do evento em questão:

Essa nossa cultura da esquerda, do PT, esta não é uma cultura do Brasil. Nós construímos uma cultura de relação democrática e de respeito com a sociedade e movimentos sociais. Isto não existe. Ao contrário, mesmo em parcelas da esquerda... E que nós, do Rio Grande do Sul, especialmente aqui, construímos – participação popular, orçamento participativo, movimentos sociais – esta ideia, ela é uma ideia praticamente inexistente, mais que outras tradições. Nós e os uruguaios, talvez, tenhamos mais. Mesmo a Argentina, isto é impensável. A relação dos governos, ela é uma relação completamente distante, protegida dos movimentos. Onde é que batia isso? Nos cerimoniais. Os cerimoniais, que é, um pouco, a representação formal do Estado e a proteção deste Estado formal, enlouquecia com a gente. Porque a gente construía [...] uma nova liturgia de cerimonial. Onde é uma relação muito mais direta, mais horizontal e mais exposta de transparência das posições. Onde o ministro falava para um outro ministro na frente da sua base social. Isso é impensável para eles. Ou seja, é impensável não ter um espaço privado, dos governos, não junto com a sociedade. Então, aqui, era o grande conflito: como é que não tinha um espaço... Como é um espaço aberto, transparente, do diálogo, entre os governos, com a audiência, com participação da sociedade, que no nosso entendimento era uma participação democrática fundamental. Não tinha dois espaços, existe um espaço. E aqui, eu acho, foi a grande demarcação e contribuição do Brasil, com a luta social nos outros países, que foi o processo cultural, processo educativo, que eu acho é uma contribuição muito importante da democracia, que nós, da esquerda e do PT, construímos para o Brasil. (Não, os cerimoniais enlouqueciam conosco, que eles eram os guardiões da liturgia, do Estado!). (Comunicação pessoal, 29 de maio de 2018)

É interessante observar que, passados treze anos do evento de Assunção, o sentido da disposição adotado nas reuniões continua a ser observado, mas não necessariamente de todo respeitado. Ampliou-se o número de países participantes, entre membros plenos e associados do Mercosul. A plenária final da REAF, o último dia de trabalho após as reuniões dos grupos de trabalhos (GTs), costuma iniciar exatamente desta maneira: a depender das dimensões da sala onde ocorre, opta-se em dispor as mesas e cadeiras em forma de círculo, de quadrilátero ou de “U”, e as delegações são dispostas com os representantes governamentais à frente e os representantes da sociedade civil atrás. Em tom cerimonioso, o trabalho inicia respeitando o que seria, então, o protocolo. Mas, ao prestarmos atenção à dinâmica em desenvolvimento, já

na metade final da reunião – período da tarde, por exemplo –, é possível observar que lideranças das organizações já não pedem a palavra ao chefe da delegação e se dirigem diretamente ao representante de governo de outro país. E não é difícil a ocorrência de situações nas quais, em determinados momentos da reunião, quem está exercendo efetivamente a coordenação da delegação nacional é um membro da sociedade civil.

Isso ocorre em função dos fortes vínculos de confiança estabelecidos entre os agentes de governo e sociedade civil, desenvolvidos ao longo de treze anos de funcionamento da REAF¹⁹. Confiança não só entre os membros de uma mesma nacionalidade, mas entre diferentes nacionalidades, e nas relações cruzadas agentes de governo & governo, governo & sociedade civil, sociedade civil & sociedade civil.

Embora pudéssemos buscar a origem dessas relações de confiança em uma identidade política próxima dada pelos governos de esquerda que ocupavam, no ano de 2005, a condução destes países – Argentina, Brasil e Uruguai –, sem negligenciar esta dimensão, buscaremos enfatizar outras trajetórias. O próximo capítulo tratará das rotas estabelecidas no processo de articulação desenvolvido pelas organizações e movimentos sociais rurais que demandavam a participação dos agricultores familiares nos rumos do Mercosul, processo em curso desde o início dos anos 1990.

¹⁹ Nesta tese, não apresentaremos o detalhamento do funcionamento do Mercosul e da REAF, seus grupos de trabalho, questões abordadas, dinâmicas, etc. Para tanto, remetemos ao recente trabalho de Niederle (2016): *A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais*.

3 HACER NUESTRA LA INTEGRACIÓN: INICIATIVAS MOVIMENTISTAS DE INCIDÊNCIA SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

“Este período que estudiamos tuvo un clímax en la gran movilización de octubre de 1991 en San Javier – Porto Javier. Allí, representantes de movimientos de los cuatro países del MERCOSUR protagonizaron una jornada de manifestación y lucha inédita no solo en la región sino en los respectivos países. Miles de personas atravesaron el Río Uruguay y forzaron a alterar los horarios de actividad de la aduana, migraciones y el transporte. Llegaron desde Brasil columnas de campesinos con su entusiasmo, sus consignas y sus organizaciones. También con sus orquestas de música gaucha, sus chamamés y sus guaranías o galopas, en las cuales todos los presentes se sentían representados. Un grupo de teatro representó la historia de nuestros países desde la conquista y los oradores se sucedieron uno tras otro en un palco instalado en el campo de fútbol local. La convocatoria había sido desde tres consignas: quinientos años de resistencia, contra las represas hidroeléctricas y para ‘hacer nuestra la integración’”.

Roberto Carlos Abínzano, antropólogo, Universidad Nacional de Misiones, Argentina (ABÍNZANO, 2004, p. 30-31).

12 de outubro de 1991. Primeiro dia do ano 500º da chegada de Cristóvão Colombo ao continente até então desconhecido aos europeus.

Quatro mil pessoas se encontraram às margens do Rio Uruguai, divisa com a Argentina, na cidade de Porto Xavier, região das Missões, Rio Grande do Sul. Do outro lado do rio, a cidade de San Javier, província de Misiones²⁰. A data foi escolhida com o objetivo de antecipar-se às comemorações oficiais do *Descobrimento da América* e marcar com um ato público massivo o início de uma série de eventos continentais promovidos pelos movimentos sociais, mas ainda manifestar-se em relação à pauta *regional* – o processo de criação do Mercosul – e, também, *local* – o projeto de construção de um conjunto de hidroelétricas no Rio Uruguai e no Rio Paraná.

Região emblemática no projeto colonial europeu, os municípios de Porto Xavier e San Javier estão inseridos na área das Missões Jesuíticas, que abrange parte dos atuais territórios da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O ato foi nomeado “Fazer nossa a integração –

²⁰ Porto Xavier está localizado a 560 quilômetros da capital Porto Alegre e a 120 quilômetros da cidade de Santo Ângelo, “capital” das Missões. San Javier, Argentina, está distante 1.050 quilômetros da capital federal de Buenos Aires e a 130 quilômetros de Posadas, capital da província de Misiones.

Hacer nuestra la integración” e reuniu brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, agricultores em sua grande maioria.

As atividades se desenvolveram parcialmente no lado brasileiro e no lado argentino, o que implicou na realização, pela tarde, da travessia do rio para a continuidade do ato em San Javier. Para tanto, utilizaram-se tanto a balsa existente no porto, para o transporte regular de passageiros, veículos e cargas, quanto outros barcos menores de transporte de pessoas e cargas.

Pela manhã, no lado brasileiro, o ato foi marcado por discursos de lideranças de movimentos rurais e urbanos e encenação de uma peça teatral. Pela tarde, aconteceu no lado argentino o ponto alto do dia, a fala de Adolfo Pérez Esquivel, argentino, militante dos direitos humanos, agraciado com o Nobel da Paz de 1980.

A realização deste evento foi decorrência das conclusões e encaminhamentos do Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais, realizado em Santo Cristo²¹, nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991. Organizado por oito entidades rurais da Argentina, Brasil e Paraguai²², ali reuniram-se 60 pessoas que representavam 41 entidades da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Segundo a apresentação do seu relatório final:

Este Encontro Fronteiriço [...] representa um grande passo para a classe trabalhadora no sentido de se apropriar da discussão sobre este processo de Integração do Cone Sul.

É o primeiro momento onde nós, trabalhadores rurais, buscamos interferir ativamente na elaboração de propostas, acordos, protocolos que, até então, eram única e exclusivamente determinados pelos empresários e governos dos quatro países, mas que atingem a maioria da população.

Este é o primeiro encontro onde nós, trabalhadores rurais, tentamos trazer à tona propostas políticas e ações concretas conjuntas iniciando um projeto de verdadeira integração entre os povos da América Latina. (ENCONTRO..., 1991, p. 6).

A tarde e a noite do primeiro dia foram dedicadas ao debate sobre “Integração do Cone Sul”; o segundo dia foi dedicado aos temas “complementação alimentar e produtos regionais”, “energia”, “intercâmbio fronteiriço” e “agroindústria e biotecnologia”. O terceiro e último dia concentrou o debate sobre o planejamento das políticas e ações, a partir de trabalho em grupos que buscavam responder aos seguintes questionamentos:

²¹ Santo Cristo está localizado a 60 quilômetros de distância de Porto Xavier.

²² São elas: **Brasil**, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT) e Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (CRAB); **Argentina**, Movimiento Agrário de Misiones (MAM), Asociación de Pequeños Productores del Chaco (APPCH) e Asociación Correntina de Desarrollo Comunitário (Acodeco); **Paraguai**, Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa (CRAI), Asociación Independiente de Pequeños Agricultores de Itapúa (Asipai) e Unión Nacional Campesina (UNC).

Como nossas organizações se articulam e se organizam frente aos problemas dos pequenos agricultores?

Qual nossa posição frente à integração dos governos e empresários?

Qual nossa proposta para a integração no geral e nos temas específicos:

- diante da proposta atual?
- para implantar nossa proposta?
- que ações conjuntas podemos desenvolver? (ENCONTRO..., 1991, p. 6).

Entre as conclusões do Encontro, enfatizo as quatro primeiras listadas em seu relatório, que, parece-me, expõem a visão dos participantes sobre o processo de integração: crítica às características implementadas ao processo; indicação dos princípios que o deveriam orientar.

- Somos contra o processo de integração do Cone Sul nos moldes em que está sendo implementado pelos governos e empresários.
- Nossa atitude é de denúncia e crítica ao processo de integração via cúpulas, que exclui das discussões e decisões as amplas camadas da população que sofrerão os impactos desta integração, especialmente os trabalhadores assalariados e pequenos agricultores dos quatro países.
- A este processo de integração sob comando dos governos, efetivado de acordo com os interesses do grande capital, contrapomos nossos princípios para uma integração participativa e democrática entre os povos que contemple os interesses da maioria da população.
- A integração não deve se limitar às questões econômicas, mas abarcar os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos dos povos. (ENCONTRO..., 1991, p. 34).

Em termos de ações concretas, as três primeiras indicadas apontavam para (1) “Jornada de lutas contra o atual modelo de integração”, com data indicativa para o mês de julho seguinte; (2) “Dia de protesto conjunto contra as barragens binacionais”; e (3) campanha com o tema dos 500 anos do descobrimento (ENCONTRO..., 1991, p. 34). Justamente as três *consignas* indicadas por Abíznano (2004) como mobilizadoras para o ato de Porto Xavier–San Javier, realizado no mês de outubro²³.

Ao final do Encontro, entre outros documentos, a plenária final aprovou a Declaração de Santo Cristo.

Nós, representantes de entidades e trabalhadores, abaixo assinados, reunidos no Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais, nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991, em Santo Cristo, Rio Grande do Sul, Brasil:

- Discutimos as propostas, acordos e protocolos de integração firmados entre os governos e empresários do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai realizados sem

²³ O periódico *A Enchente do Uruguai*, publicação sob a responsabilidade da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, em número publicado em setembro/outubro de 1991, registra estes três eixos como norteadores do ato público em Porto Xavier (CRAB, 1991, p. 8).

a participação ou consulta aos trabalhadores, que são os que, mais direta e violentamente, sofrem com as medidas acordadas entre as elites.

- Propomos que tudo o que seja acordado a respeito da integração entre os quatro países seja discutido da forma mais ampla e democrática, em particular por aqueles setores da população mais diretamente afetados.

- O que pretendemos é fazer a real integração entre os povos do Cone Sul e de toda a América Latina.

Nossa proposta é fraterna, a deles é mercantil. (ENCONTRO..., 1991, p. 35).

Para Abínzano (2004),

Estos grupos de las tres naciones más Uruguay, de origen popular, compuesto por pequeños productores rurales y peones, por grupos ecologistas y militantes de organizaciones de base, etc. y con el apoyo de profesionales y asesores, demostró a lo largo de tres días de deliberaciones que *la integración reconocía muchos caminos posibles, muchos modelos, y que frente a los proyectos cupulares se podía contraponer una alternativa diferente en lo ideológico, lo político y lo cultural. Era posible vislumbrar una integración basada en múltiples aspectos, protagonizada por todos los sectores de la comunidad y convertida en un campo de lucha de modelos y formas de vida enfrentados.* (ABÍNZANO, 2004, p. 13, grifos no autor).

Esta análise contrasta com uma determinada percepção sobre as expectativas do Encontro, a exemplo daquelas expressas por Abínzano (2001), evidenciando todo o potencial dos resultados do evento.

Íbamos con una gran expectativa influenciados por décadas y décadas de conflictos reales o imaginarios cuya morigeración tan repentina en los más altos niveles bien podría carecer un clima similar en sectores populares. (p. 221)

Una de las mayores sorpresas que debimos analizar [...] fue constatar que los problemas comunes de estos sectores [...] superaron largamente las desconfianzas, los temores, los prejuicios e incluso las barreras idiomáticas que habíamos imaginado que se harían presentes tarde o temprano en los encuentros iniciales. (p. 207)

Esto no significa que los aspectos señalados –factores negativos o conflictivos– hayan desaparecido milagrosamente del repertorio de prejuicios y estereotipos de grupos tradicionalmente sometidos a una prédica anti- “vecinos”, precisamente por pertenecer a las zonas fronterizas. Pero, quizá, también por esa circunstancia, los protagonistas de estos encuentros hayan podido recuperar con cierta rapidez algunos códigos compartidos de los que no se tenía a priori demasiada conciencia. (p. 207)

La llegada de las delegaciones al antiguo Seminario religioso apartado de la ciudad y edificado sobre una loma pintoresca y acogedora creó rápidamente un clima destendido donde las únicas dificultades provenían de barreras idiomáticas, sobre todo entre los concurrentes argentinos de zonas lejanas a la frontera y los brasileños. Desde un primer momento se pudo advertir el liderazgo de un sector brasileño perteneciente a la Central Única de Trabajadores (CUT), y del MAM de Misiones. (ABÍNZANO, 2001, p. 207; 221).

Os momentos de descontração e integração entre os participantes são sublinhados por Abíznano (2004):

[...] las diferencias de idioma y nacionalidad quedaron en un plano secundario, que solo afloró como era obvio en la realización de un partido de futbol entre los brasileños, que eran locales en Santo Cristo, y el resto. Por suerte el partido terminó en un empate. (ABÍZNANO, 2004, p. 13-14).

Pessoalmente, manteve-se em minha memória uma situação vivenciada no Encontro Fronteiriço que bem expressa as relações que ocorrem nesta região de fronteira. Apesar da cidade de Santo Cristo distar apenas 25 quilômetros da divisa com a Argentina (linha de fronteira dada pelo Rio Uruguai), para parcela significativa da população do município – e mesmo para a população residente em outros municípios do noroeste do Rio Grande do Sul –, as relações com o país vizinho ocorrem concentradas em situações decorrentes das redes de parentesco estabelecidas na região de fronteira: momentos de visitas (dar ou receber) de parentes residentes na Argentina ou no Paraguai ou em viagens em direção ao oeste do Estado do Paraná, onde há uma concentração de famílias agricultoras oriundas dessa região. E, no caso de Santo Cristo, cuja população é, majoritariamente, descendente de imigrantes oriundos da região da Europa atualmente situada na Alemanha, o português aí falado não facilita uma melhor compreensão do espanhol falado na Argentina, na medida em que as relações de fronteira são distintas do que ocorre na região da Campanha, onde há uma maior proximidade entre o português e o espanhol, com “empréstimos” de uma ou de outra língua. Nesse contexto, vivenciei uma situação em que um agricultor brasileiro e um agricultor argentino se esforçavam em estabelecer um diálogo, mas a comunicação a partir do português e do espanhol impedia a compreensão, de lado a lado. Quando os dois agricultores começavam a emitir sinais da impossibilidade de comunicação e, por conseguinte, do abandono da interação, aconteceu de um deles emitir uma palavra no dialeto alemão conhecido como *Hunsrückisch*, o que foi imediatamente reconhecido pelo outro. A partir dali, os idiomas espanhol e português foram abandonados e a conversa passa a fluir em alemão: o estranhamento até ali existente dá lugar à familiaridade do dialeto comum e, como resultado, à súbita aproximação de mundos que pareciam tão distantes.

Em decorrência dos debates, decisões e encaminhamentos do Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais, os seis meses seguintes são dedicados à preparação de uma atividade massiva nas barrancas do Rio Uruguai, divisa entre Brasil e Argentina, nas localidades de Porto Xavier e San Javier.

Entre el primer encuentro y la movilización de San Javier pasó muy poco tiempo pero el crecimiento del grupo original fue explosivo con una diversificación importante de concurrentes ya que participaron por primera vez representantes aborígenes y de muchas organizaciones de los tres países. En un clima de fervor y fiesta el grupo de teatro de la Universidad de Porto Alegre ^[24] representó una historia de la conquista de América y la resistencia a la opresión a lo largo de quinientos años. El tema de la resistencia había sido uno de los lemas convocantes. Con el correr del tiempo nunca se pudo reiterar algo semejante. Hubieron sí, numerosos actos y foros, pero de menor escala, distanciados en el tiempo o focalizados en cuestiones muy concretas con participación restringida de líderes o dirigentes. (ABÍNZANO, 2008, não paginado).

O ineditismo desta iniciativa reflete a ação do sindicalismo cutista de trabalhadores rurais da região fronteira com a Argentina, região das Missões, buscando incidir sobre os rumos do Mercosul, articulando a atuação em duas escalas. Em um âmbito mais local, que poderíamos caracterizar como *região de fronteira*²⁵, atuando no sentido de conhecer os vizinhos próximos, as organizações rurais do norte da Argentina – com ênfase na província de Misiones – e do Paraguai – com ênfase no leste paraguaio/departamento de Itapúa –, mas, também, no sentido de conhecer e antecipar os possíveis impactos do Mercosul, bem como elaborar propostas de intervenção no processo em curso. E, na escala *nacional/regional*, buscando incidir no diálogo estabelecido entre as principais organizações sindicais nacionais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, visando pautar as questões relativas às preocupações oriundas do sindicalismo de trabalhadores rurais, notadamente do sul do Brasil.

²⁴ Trata-se do espetáculo *Dança da Conquista*, criação coletiva do grupo de teatro *Tribo de atores Ói Nós Aqui Traveiz* (informação pessoal). Informações sobre o grupo podem ser encontradas em: <<http://www.oinoisaquitraveiz.com.br/>>.

Sobre o espetáculo *Dança da Conquista* (1990): “*Dança da conquista* traz ao palco o maior genocídio da história da humanidade: a Conquista das Américas pela Europa Colonial, um genocídio do qual os países colonizados são herdeiros, testemunhas e juízes. A encenação segue o ritmo e a forma de um ritual performático, uma dança na qual os derrotados invocam imagens da sua própria versão da história. A peça é uma colagem de textos da Bíblia, da poesia e de documentos históricos, invocando a sua força expressiva nos sucessivos choques simbólicos de universos mitológicos que constituíram a América Latina. O recurso do mundo mítico explora a comunicação através de uma veia simbólica, questionando o domínio da herança cultural europeia sobre as raízes indígenas e africanas.” (Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/performances-adicionais/item/932-oinois-conquista>>)

²⁵ Utilizo o termo no sentido atribuído por Abínzano (2004), como “una noción antropológica que implica la presencia del factor espacial. Una región de frontera es un conjunto de sistemas socioculturales que se hallan localizados a ambos lados de una *línea de frontera* y que interactúan de múltiples formas” (ABÍNZANO, 2004, p. 21). Para o autor, a linha de fronteira é o limite material concreto, político e jurídico, em que instituições controlam e regulam os fluxos transfronteiriços. Mas, afirma, há uma “*relación dialéctica entre las fronteras de los mapas que marcan la soberanía territorial de la nación oficialmente objetivada en las instituciones mencionadas y lo que los pueblos hacen realmente en estas regiones*” (ABÍNZANO, 2004, p. 20, grifos do autor). Para a *região* do seu objeto de estudo – região que podemos considerar, grosso modo, como coincidente com a que tratamos aqui – o autor inclui: na Argentina, a província de Misiones e o nordeste de Corrientes; no Paraguai, seu lado leste, desde o Rio Paraguai; no Brasil, a borda ocidental dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (ABÍNZANO, 2004, p. 22).

À época, a proposição do evento internacional foi facilitada pela participação de Elvino Bohn Gass, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, na direção executiva do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT)²⁶. De outro lado, compondo o mesmo campo político-sindical, e com estreita atuação conjunta no interior da CUT do Rio Grande do Sul, o então sindicalista Miguel Rosseto²⁷ assumiu um posto na direção executiva da CUT Nacional, e as questões relativas aos efeitos do Mercosul sobre os trabalhadores passaram a integrar sua área de atuação.

As iniciativas do Encontro Fronteiriço e do Ato Público realizado em Porto Xavier–San Javier desembocaram em dois processos integracionistas que passaram a ter desenvolvimento paralelo, mas com (tênue) relação entre eles. Esses processos coincidem com as duas escalas anteriormente indicadas.

Na escala local, na região de fronteira, os eventos relatados suscitaram um processo de aproximação entre as organizações rurais²⁸, bem como o fortalecimento de relações anteriormente estabelecidas, como aquelas existentes entre universidades da região²⁹. Porém,

²⁶ Considerando outras dimensões presentes na dinâmica do sindicalismo rural daquele período de constituição do DNTR/CUT, destaco a posição política minoritária do representante das Missões na Direção Executiva do DNTR – um entre dez integrantes. Então, os eventos em questão também possuíam uma face que respondia à lógica das disputas internas ao Departamento, em que a proposição e realização de tais iniciativas poderia vir a afirmar ou consolidar posições no campo interno.

²⁷ Miguel Rosseto, Secretário Nacional de Política Sindical da CUT no período 1991-1994, foi eleito para a Direção Executiva Nacional da CUT no 4º Congresso Nacional da CUT (04 a 08 de setembro de 1991), quando o tema Mercosul passa a compor a agenda da Central. Consta da apresentação deste congresso:

“O 4º Concut, realizado na cidade de São Paulo, reuniu 1.554 delegados/as. Eles e elas aprovaram um plano de lutas de combate ao projeto neoliberal do governo Collor, contra o veto presidencial à política salarial e contra as privatizações das estatais. Também foram discutidos novos temas que afetavam o movimento sindical, como a integração regional, representada pelo MERCOSUL, e a reestruturação produtiva. Mais uma vez, Jair Meneguelli foi reeleito à presidência da Central.” (Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/117>>, grifos nossos).

Assim, a publicação dos resultados do *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais*, sob responsabilidade da Secretaria Política Sindical e de Imprensa e Divulgação da CUT Nacional, ocorre sob a gestão de Rosseto.

No congresso seguinte, 5º Concut, realizado em São Paulo, entre 19 a 22 de maio de 1994, o tema Mercosul volta a consideração, e o item das Resoluções dedicado ao tema é nomeado como “Mercosul: rever o tratado e **fazer nossa a integração**” (grifos nossos), evidenciando a influência do *slogan* do Ato Público realizado em Porto Xavier–San Javier, “Fazer nossa a integração – *Hacer nuestra la integración*”. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/118>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

²⁸ Entre outros efeitos, os eventos relatados inspiraram, a partir de Misiones (Argentina), a constituição de um programa de pesquisas sobre integração fronteiriça intitulado, justamente, *Hacer nuestra la integración* (HANUIN I-IX). Entre os anos de 1994 e 2014, a coordenação das pesquisas esteve a cargo do antropólogo Roberto Carlos Abínzano, da Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones. Os textos de sua autoria citados na bibliografia ao final desta tese compõem parte dos resultados desse programa de pesquisas.

²⁹ Caso da *Asociación de Integración Regional Universitaria (ADIRU)*, criada no *Primer Encuentro Universitario Argentino Brasileño de Integración Regional* (Resistencia, junho de 1990). E, com influência direta destes eventos (Encontro Fronteiriço e Ato Público), a constituição dos *Encuentros de Científicos Sociales sobre Problemática Regional*, visando ao apoio e assessoramento ao movimento integracionista ali inaugurado (ABÍNZANO, 2008).

o ponto alto das mobilizações permaneceu naquele Ato em Porto Xavier–San Javier, ficando as atividades que se seguiram mais restritas às lideranças dos movimentos e organizações.

Abínzano (2008) trata o processo de relação estabelecido desde o momento preparatório ao Encontro Fronteiriço, seguindo na mobilização para o Ato e nas articulações desenvolvidas no momento posterior, como a constituição de uma *rede de movimientos e organizaciones rurales*.

Segundo o autor:

Después de la movilización de San Javier, que requirió un enorme esfuerzo de planificación, organización, financiación, etc. los encuentros de esa escala se fueron reduciendo a la presencia de los dirigentes y líderes o de los técnicos y asesores de las organizaciones de apoyo, especialmente las universidades, las pastorales sociales, organizaciones no gubernamentales, de derechos humanos, ecologistas, que eran las instancias ya consolidadas con mayor capacidad de maniobra. Y esos encuentros, fueron principalmente foros de debate, intercambio, cooperación y otras actividades deliberativas que no cuajaron en una organización permanente, con objetivos bien definidos, con formación de cuadros, con sistema de información continua y sistemática, etc. (ABÍNZANO, 2008, não paginado)

Então, Abínzano (2008) percebe e registra o enfraquecimento organizativo do processo que havia surgido com tão grande força.

Con el tiempo, hubo un proceso de decantación que redujo las metas iniciales y la composición de la red a grupos directamente y casi exclusivamente vinculados a la problemática de la tierra y la cuestión agraria como centro convocante. El doble rol de muchos líderes y dirigentes que participaban en las campañas electorales o en otras actividades políticas o gremiales fue determinante en este proceso. (ABÍNZANO, 2008, não paginado, grifos nossos)

No âmbito de Mercosul, escala regional, há um primeiro movimento em que as organizações de agricultores – aquelas de caráter sindical (Contag e DNTR/CUT) – investem esforços integracionistas em articulações realizadas entre as centrais sindicais dos países componentes do Mercosul. Mas, logo em seguida, acabam redirecionando seus esforços para o fortalecimento de espaços de articulação entre movimentos e organizações que atuavam no campo, envolvendo não apenas aquelas de caráter sindical.

A Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), constituída em dezembro de 1986 por organizações sindicais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai³⁰, é resultado do momento de abertura democrática que iniciava na região e teve sua

³⁰ Marques (1998) registra como centrais sindicais fundadoras da CCSCS a “*Confederación Obrera Boliviana* (COB); as centrais e movimentos precursores da *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT Chile) e da *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT Paraguai); a *Confederación General del Trabajo de la República Argentina* (CGT-RA); o *Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores* (PIT-CNT)

consolidação associada ao processo de integração regional. Para incidir no processo de constituição do Mercosul, a CCSCS cria, em maio de 1992, a Comissão Sindical do Mercosul, constituída pelas representações sindicais dos quatro países fundadores. A ênfase de atuação da Coordenadora esteve concentrada na defesa da dimensão social do processo de integração e com participação nos espaços oficiais do Mercosul direcionada ao Subgrupo de Trabalho 11 (SGT-11), *Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade Social*, constituído em dezembro de 1991, por iniciativa das centrais sindicais, e ao Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), instituído em dezembro de 1994, espaço de representação dos segmentos econômicos e sociais. (MARQUES, 1998, p. 42-43; 47-50).

Vicente Marques (1998) identifica alguns fatores que contribuíram para que a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul não conseguisse centralizar e dirigir a atuação das organizações de agricultores na defesa dos seus interesses no âmbito do Mercosul:

A tentativa de construir uma ampla articulação entre os trabalhadores sob a direção da CCSCS alcançou resultados inéditos na história das organizações sindicais dos quatro países. Porém, a ampliação desta perspectiva, principalmente no que diz respeito à incorporação efetiva dos trabalhadores rurais, foi dificultada pela combinação de um conjunto de fatores, entre os quais podem ser citados os seguintes: *i)* diferentes perfis sociais das centrais: com exceção das centrais brasileiras e da CUT Paraguai, as demais não representavam os agricultores familiares, embora possuíssem alguma inserção entre os assalariados rurais. No Uruguai e na Argentina em especial, os agricultores familiares estiveram tradicionalmente organizados em movimentos e entidades não-sindicais, com graus diferenciados de aproximação com as centrais sindicais^[31]; *ii)* posição política minoritária dos agricultores no interior das centrais e ausência dos mesmos na direção da Coordenadora^[32]; *iii)* diferentes níveis de organização e mobilização entre as categorias de trabalhadores: o grau de atividade sindical demonstrado pelos rurais foi menor [...]; *iv)* interesses específicos entre os diferentes segmentos em nível nacional e regional: os trabalhadores rurais questionaram a aceitação pelos demais

uruguaio; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), brasileiras. A Força Sindical, criada em março de 1991 como uma dissidência dessa última central, aderiu à CCSCS em maio de 1992” (MARQUES, 1998, p. 47).

³¹ No Brasil, tomando como exemplo o caso do Estado do Rio Grande do Sul, as comemorações alusivas ao Primeiro de Maio – Dia do Trabalhador – contavam com o engajamento dos sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente daqueles sindicatos filiados ou próximos à CUT. Nos pequenos municípios, não era difícil encontrarmos a situação em que o STR era o principal organizador das atividades do dia. Por outro lado, tomando o caso do Uruguai, em apenas uma ocasião a Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR) participou das ações do Primeiro de Maio, quando teve em sua presidência um dirigente não alinhado com as posições tradicionais da Comissão (Diego Piñeiro, comunicação pessoal, 14 de julho de 2017). Note-se que grande parte da base social da CNFR utiliza trabalhadores assalariados nas tarefas agrícolas desenvolvidas em suas propriedades rurais.

³² No caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Favareto (2006) assinala que em seu 1º Congresso Nacional (1984) “[o] setor rural foi responsável pela maior representação setorial, superando inclusive os trabalhadores da indústria” (p. 34). E, para a década de 1980, entre 30 e 40% de sindicalistas rurais seria a proporção de participação deste segmento tanto nos congressos da central quanto na composição das direções. (Favareto, 2006, p. 34).

de níveis tarifários menores para os produtos agrícolas; v) diferentes posições políticas entre as centrais sobre temas agrícolas e agrários: a prioridade conferida pela CUT e pela CUT Paraguai à realização da reforma agrária não encontrou ressonância nas demais centrais. (MARQUES, 1998, p. 50-51).

A iniciativa com maior capacidade de articulação e organização dos movimentos e organizações rurais, englobando organizações não governamentais, e com maior capacidade de incidência sobre os rumos da intervenção desses setores no processo integracionista parece ter origem em outro espaço, aquele constituído no que ficou conhecido como RIAD, *Rede Interamericana Agricultura e Democracia*, apresentada na sequência.

3.1 A REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD

A RIAD envolveu um conjunto de organizações e movimentos sociais de agricultores, camponeses e indígenas, bem como entidades de apoio e assessoria (ONGs) de todo o continente americano, durante cerca de onze anos de atuação. Fundada em maio de 1992, eram 14 as organizações integrantes da Rede, desde o Canadá até a Argentina. Para a constituição desta rede, foi fundamental o impulso e o apoio da *Fundação para o Progresso do Homem* – FPH³³.

A criação da RIAD foi antecedida por uma articulação entre agentes sociais de diferentes países que, com o apoio e coordenação da FPH, empreenderam um conjunto de pesquisas em vários países do continente americano³⁴. O processo de pesquisa e a discussão daí advinda, com reuniões e trocas constantes entre o conjunto dos pesquisadores envolvidos na pesquisa, desembocou na formalização da RIAD.

É significativo o relato de Silvio Marzaroli³⁵ – liderança de organizações e movimentos rurais– sobre os primeiros passos da constituição desta rede, à qual se integrará. Após o período de ditadura militar no Uruguai, período em que ele restringiu sua atuação ao âmbito nacional, em organizações locais/nacionais de agricultores, Silvio buscava voltar a reestabelecer contatos com dirigentes e organizações camponesas de outros países. Ele relata:

³³ *Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme*, fundação de direito suíço.

³⁴ Para o caso do Brasil, o resultado da pesquisa foi publicada em: CARBALLO Carlos; MUNARIN, Antônio e MOURA, Abdalaziz. “Brasil”. In: **Agriculturas Campesinas y Modernización en América Latina**, FPH/CEDAL, 1991.

³⁵ Silvio Marzaroli, dirigente camponês uruguaio com forte atuação no movimento de juventude agrária católica desde o início dos anos 1960. Nessa época, foi dirigente do Movimento Internacional da Juventude Agrária Rural Católica – MIJARC. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi presidente da *Comisión Nacional de Fomento Rural* – CNFR, do Uruguai. Foi fundador e primeiro secretário geral da Coordenadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul – Coprofam.

Entonces en el año 88 ocurren dos cosas importantes: aparece la FPH, la Fundación para el Progreso del Hombre, intentando hacer algo en América Latina. Y un día me encontraron a mí [...]. No sé cómo llegaron, y es que porque querían tomar contacto con organizaciones campesinas de toda América del Sur, a ver si se podía facilitar algún tipo de encuentro. Y justo era lo que yo estaba esperando, lo que yo estaba buscando. Entonces yo lo que facilité fueron nombres y direcciones. Yo conocía gente en Venezuela, conocía en Colombia, conocía en Perú. Ni hablar Argentina, a decir toda. Por otra parte, la FPH se conecta con Ibase–Brasil, planteándole lo mismo, exactamente lo mismo. Y fue los dos lugares, los dos países que conectó FPH – Uruguay y Brasil. (Silvio Marzaroli, comunicação pessoal, 30 de junho de 2017³⁶).

As pesquisas foram desenvolvidas no âmbito do Programa Agriculturas Camponesas e Modernização – APM³⁷, tendo iniciado os trabalhos em 1990, sob a coordenação de Cedal (Chile), Ibase (Brasil) e FPH (França) (AGUILAR, 1996, não paginado).

A divulgação desta experiência, expressando o entendimento da FPH, é descrito por Aguilar (1996):

Durante dos años se llevó a cabo un proceso de consulta a los dirigentes de más de 70 organizaciones campesinas de los diferentes países del continente con el fin de identificar las principales problemáticas que enfrentaban y cuáles eran, si las había, sus estrategias o principales planteamientos para hacerles frente.

De esta consulta resultaron los problemas eje o de importancia estratégica para ubicar la situación del campesinado en el continente. Esos problemas se centraron en seis temáticas en torno a las cuales trabaja la RIAD:

1. Políticas Agrícolas: Papel del Estado y rol de los productores campesinos.
2. Precios, transformación y comercialización de los productos agrícolas.
3. Procesos de integración regional (TLC³⁸, Mercosur, Pacto Andino, etc.).
4. Agricultura y Medio ambiente.
5. Recomposición de las Organizaciones Campesinas e Indígenas.
6. Procesos de reestructuración de la tenencia de la Tierra.

Es en torno a estas temáticas³⁹ que la RIAD se ha planteado un trabajo de producción de conocimientos y de difusión así como la creación de espacios de discusión, reflexión e intercambio de puntos de vista entre las organizaciones campesinas y diversos sectores de la sociedad tanto rurales como urbanos. Con esto la RIAD quisiera también contribuir a la articulación de esfuerzos entre las propias organizaciones campesinas en la búsqueda de una acción conjunta más estratégicamente orientada frente a los problemas comunes.

En sus ya casi tres años de existencia la RIAD ha desplegado una notable actividad en los diferentes países. Los temas sobre los que más se ha trabajado son los de Integración Regional, sobre todo los países del cono sur que han realizado foros trinacionales para discutir sobre Mercosur, y el de Políticas hacia una Agricultura Sustentable en torno al cual se han hecho talleres nacionales y se ha creado un grupo

³⁶ Em 1988, Silvio Marzaroli era presidente da Comissão Nacional de Fomento Rural (CNFR), do Uruguai. Na RIAD, ele ocupa uma posição – um entre cinco – no Comitê Coordenador continental, em representação à região Cone Sul (o Brasil constituía uma região específica, com um nome no Comitê Coordenador).

³⁷ APM: *Agriculture Peasant and Modernization*.

³⁸ TLC: Tratado de Livre Comércio.

³⁹ Posteriormente, estes eixos foram reorganizados e reduzidos a três: (a) políticas agrícolas, funcionamento dos mercados e recomposição das organizações camponesas e indígenas; (b) processos de integração regional; e (c) reestruturação fundiária e meio ambiente. (CEPA, s/d)

continental de trabajo compuesto por personas de siete países. Otro tema que ha centrado la atención sobre todo en los países andinos es el de la Tenencia de la Tierra. (AGUILAR, 1996, não paginado, grifos nossos).

A concepção de *rede* defendida pela FPH para a RIAD, e que contou com a concordância e adesão dos demais membros, é expressa no extrato adiante reproduzido. Destaco a presença, nesta rede de abrangência continental, do uso do termo “agricultura familiar y campesina”.

La base esencial de acuerdo y homogeneidad sobre la cual la red se ha ido construyendo y constituyendo es la valoración y defensa de la Agricultura Familiar y Campesina.

Un elemento que define a la RIAD y que concita general acuerdo entre sus sostenedores es el carácter metodológico de su quehacer; la RIAD se caracteriza en este ámbito como un espacio de trabajo y de concertación de alianzas abiertas a nivel tanto nacional como internacional. Por lo tanto es una instancia abierta y flexible.

Entran a formar parte de ella aquellas personas, instituciones u organizaciones que sintiendo que sus intereses y preocupaciones profesionales u organizacionales se verán representadas en la RIAD se comprometen en un esfuerzo de reciprocidad y saldrán de ella en la medida que los ejes de trabajo no correspondan a intereses específicos.

Por otro lado los participantes de RIAD se caracterizan por su heterogeneidad. En efecto, se encuentran tanto dirigentes de organizaciones campesinas e indígenas como profesionistas especialistas en áreas temáticas de nivel académico, como técnicos de terreno, investigadores sociales y funcionarios de organismos gubernamentales.

Otra característica de la red es su carácter continental que permite articular la reflexión nacional con elementos provenientes de los procesos vividos en otros países o de la reflexión continental promovida por la RIAD. (AGUILAR, 1996, não paginado, grifos nossos).

No âmbito de seu funcionamento, a RIAD possuía a seguinte estrutura:

- a) um Comitê Coordenador Continental, composto de cinco membros;
- b) a Assembleia de Orientação Estratégica (AOE-RIAD) como instância máxima de decisão;
- c) o Grupo de Animação Continental (GAC-RIAD) como direção coletiva e núcleo de trabalho;
- d) Animadores Nacionais (países) e Animadores Temáticos (regiões), responsáveis do desenvolvimento dos programas temáticos;
- e) a Unidade Operacional e Temática (UOT-RIAD) como apoio à execução;
- f) divulgação das ações e decisões por meio do Boletim *RIAD al DÍA*. (AGUILAR, 1996; CEPA, s/d.)

A RIAD teve um funcionamento regular até o início do ano de 2003, e, em dezembro daquele ano, buscou um último esforço de redefinição estratégica frente à crise que atravessava, mas sem resultados. A perspectiva da retirada do apoio financeiro da FPH à Rede, em função da reorientação internacional da fundação, parece ter contribuído para este desfecho⁴⁰ (RIAD, 2003).

O processo inaugurado pela APM/RIAD possibilitou as condições para o surgimento e desenvolvimento de outra experiência interessante, a da Coprofam.

No âmbito das atividades da RIAD, em 28 de outubro de 1993, é realizado, em Montevideu, o *I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur*⁴¹ (RIAD, 1994, p. 10).

O Encontro emite a *Declaración de Montevideo*, divulgada no boletim *RIAD al DÍA* (RIAD, 1994). Creio podermos considerar este um documento histórico, que delimita a intervenção dos agricultores familiares no processo de integração representado pelo Mercosul. Ele constitui a base política para a posterior criação de uma organização que buscará representar as organizações signatárias, efetivada no ano seguinte, 1994. Trata-se da Coprofam.

Dada a importância do documento, seu conteúdo é reproduzido a seguir:

Declaración de Montevideo

Las entidades asistentes al I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur, en representación de los intereses de más de 5 millones de familias de medianos productores y de más de 6 millones de familias de trabajadores rurales que están perdiendo la tierra y no tienen acceso a ella en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Inspirados en los ideales de integración americana soñada por nuestros próceres, consideramos que un proceso integrador debe tener en cuenta a toda la ciudadanía, dando participación en las negociaciones a los distintos sectores, hoy excluidos.

Los avances en la apertura comercial establecida en el marco del Tratado de Asunción, encuentra a los pequeños y medianos productores y trabajadores rurales, sometidos a un proceso de expulsión de la tierra, en grave estado de descapitalización, miseria y marginación social, como la consecuencia de aplicación de modelos económicos neoliberales que se basan en la apertura de las economías y la reducción de la participación del Estado.

Las actuales condiciones del sector agropecuario de nuestros países se caracterizan por la desigual e injusta distribución de la tierra; escasez de recursos destinados al crédito rural – inaccesible a los pequeños y medianos productores; ausencia de tecnologías adecuadas disponibles en la mayoría de los países; y, la falta de asistencia técnica, entre otros instrumentos de política, lo cual determina la

⁴⁰ Silvio Marzaroli atribui o fim do apoio financeiro da FPH às desavenças ocorridas entre ONGs da região pelo controle da coordenação da rede e pela gestão dos recursos financeiros concedidos.

⁴¹ Visando dar destaque aos diversos termos atribuídos a este setor social, em diferentes épocas e em diferentes contextos, cabe o registro de que a RIAD o nomeou como *I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones Campesinas del Cono Sur* (sub-región RIAD).

concentración en pocas y grandes empresas; el deterioro de los recursos naturales y el ambiente, comprometiendo la productividad y la calidad de vida.

Ante esta situación, los pequeños y medianos productores y trabajadores del campo reclamamos:

1. la instrumentación de políticas agrícolas y agrarias que democratizen el acceso a la tierra y otros recursos (de capital, de tecnología, de comercio) que garanticen el desarrollo y el mejoramiento de la calidad de vida;
2. la participación de organizaciones representativas de los pequeños y medianos productores y trabajadores rurales en el diseño y ejecución de estas políticas;
3. reivindicamos, en particular, la participación en las instancias del Mercosur, principalmente en aquellas en que se estudian y planifiquen la armonización de políticas y los imprescindibles procesos de reconversión de nuestro sector.

En Montevideo, Uruguay, 28 de octubre de 1993.

[Segue a lista das organizações signatárias]⁴²

Os itens 2 e 3 parecem bem representar o sentido dos eventos de 1991 – o Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais (março) e o Ato Público *Hacer nuestra la integración* (outubro) –, realizados havia apenas dois anos⁴³, e serviriam de orientação para a Coprofam empreender a década seguinte como de lutas, pressões e articulações, buscando a implementação daquelas determinações, até o momento em que seria constituída a REAF, em 2004.

3.2 A COORDENADORA DAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS PRODUTORES FAMILIARES NO ÂMBITO DO MERCOSUL – COPROFAM⁴⁴

No âmbito das ações da RIAD e com o apoio da *Fundação Interamericana – IAF*⁴⁵, as organizações rurais e organizações não governamentais do Cone Sul organizaram, no período

⁴² As seguintes organizações firmam o documento: Central Única dos Trabalhadores – CUT (DNT Rural), Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Brasil; *Federación Agraria Argentina – FAA*, Argentina; *Federación Nacional Campesina – FNC*, Paraguai; *Coordinadora Interdepartamental de los Sin Tierra – CIST*, Paraguai; *Asociación de Colonos del Uruguay*, Uruguai; *Comisión Nacional de Fomento Rural*, Uruguai.

⁴³ Várias pessoas e entidades que participaram do *I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur*, em Montevideu, também haviam estado presentes nos eventos de Santo Cristo e Porto Xavier–San Javier.

⁴⁴ Ao longo dos mais de vinte anos de atuação da Coprofam, vários nomes lhe foram atribuídos, mantendo sempre a mesma sigla “Coprofam”. Inicialmente como *Coordinadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul*, Marques (1998) identifica que “A partir de maio de 1996 [segunda assembleia da Coordenadora], com a incorporação do *Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile* [MUCECH] passou a chamar-se *Coordinadora das Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul e Chile*” (MARQUES, 1998, p. 52). Já na terceira assembleia ordinária da Coprofam, realizada em dezembro de 2000, em Brasília, aprova o nome de *Coordinadora da Agricultura Familiar do Mercosul* (COPROFAM, 2000).

⁴⁵ IAF: *Inter-American Foundation*. Sobre a IAF, consta de seu sítio na internet: “A Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva

1990-94, um conjunto de quatro seminários regionais. Esses foram realizados em Montevidéu (Uruguai), Córdoba (Argentina), Passo Fundo e Porto Alegre (Brasil). O quarto seminário (22 e 23 de agosto de 1994) serviu de suporte para a realização da assembleia de fundação da Coprofam, em 24 e 25 de agosto de 1994, na cidade de Porto Alegre.

Enquanto uma *rede de movimentos e organizações*, cabe entender a RIAD como um espaço de articulação, em que há presença de conflitos e dissensos. Não foi diferente com o processo interno que levou à criação da Coprofam. Pode-se afirmar que tal processo resultou em uma cisão da RIAD, que seria reconstruída algum tempo depois do surgimento da Coordenadora.

Silvio Marzaroli, primeiro secretário da Coprofam, função que ocupou durante dez anos, apresenta sua versão do ocorrido:

Porque la RIAD estaba compuesta de organizaciones campesinas y de ONGs. Y las organizaciones campesinas queríamos crear la coordinación de organizaciones campesinas. Y las ONGs, de ninguna manera. De ninguna manera.

[...]

[¿Cómo las ONGs expresaban su argumento?]

Porque la RIAD era suficiente, que no precisaba, que todo junto, porque todos juntos somos más fuertes y podemos hacer más cosas. Pero había una cosa detrás, en el fondo. Era que se constituía una institución de organizaciones campesinas, el dinero que estaba viniendo a las ONGs no iba a pasar más por las ONGs. Iba a venir directo. Segundo, que los campesinos éramos muy locos en esa época, es decir, éramos muy pacíficos, pero bastante firmes.

[...]

Y entonces esa fue una lucha muy dura. Al punto tal que en Porto Alegre se hace la reunión preparatoria el 22 y 23 de agosto, preparatoria de la fundación de la Coprofam, 24 y 25. En la reunión de 22 y 23 estaban todas las ONGs, todas presentes, porque la IAF les financió el pasaje. Pero el 23 se fueron todos, se retiraron todos. Unos para Buenos Aires, otros para Córdoba, otros para Porto Alegre, otros para Rio, otros para Montevideo. Y el de Paraguay también. Se fueron todos y ahí quedamos solo los campesinos y ahí fundamos la Coprofam. Fue muy duro. Miren que ese período, esa etapa fue muy difícil porque tuvimos que enfrentarnos con nuestros compañeros. Por suerte no se rompió la relación personal. Pasamos unos meses que casi ni nos hablamos, pero la relación personal se recompuso y las instituciones evidentemente, las ONGs quedaron totalmente debilitadas en la región. Debilitadas frente a la Coprofam. No hicieron más guerra, no hicieron más problemas. Y más bien trataron de ir arrimándose unas y otras, poco a poco se arrimaron, fueron acercándose. Pero en la parte fundacional, en el 24 y el 25, no había ni un representante de las ONGs.

[...]

Y después toda la continuidad de la Coprofam fue apoyándose también en ONGs, pero en una medida muy de igual a igual, y se le recontrató cuando se necesitó, y cuando no, no, y cuando sí, sí. Pero ahí los que mandaban eran la voz y voto. Eran solamente las organizaciones miembros. (Silvio Marzaroli, comunicação pessoal, 30 de junho de 2017)

Marques (1998) destaca o ambiente de mobilizações que ocorriam, à época, nos países cujas organizações rurais constituíram a Coprofam:

[A] decisão de formar a Coordenadora esteve sob impacto de uma série de mobilizações em 1994, que foram promovidas ou contaram com a participação das organizações que a integravam em seus respectivos países. Entre essas mobilizações destacaram-se a *Gran Marcha Campesina*, realizada em março no Paraguai, o II Grito da Terra Brasil, realizado em maio, a *Marcha Federal* e o *Paro Agrario*, organizados na Argentina em julho e agosto, respectivamente. (MARQUES, 1998, p. 55-56)

Após constituída a Coprofam, e com mandato delegado das “Organizações Representativas dos Produtores Familiares no âmbito do Mercosul”, ela passou a desenvolver um trabalho de acompanhamento e incidência sobre o Mercosul e suas instâncias de discussão e decisão, direcionando sua atuação para o Subgrupo de Trabalho nº 8 – SGT nº 8 –, criado no próprio Tratado de Assunção com a denominação de “Política Agrícola”, e, após o período 1991-94, com a denominação de “Agricultura”, que permanece até os dias de hoje.

Acompanhando a discussão conduzida por Marques (1998), podemos observar a presença de questões relativas aos “pequenos produtores” perpassando o debate do SGT nº 8 – Agricultura.

Tratando do funcionamento dos Subgrupos de Trabalho e a participação do “setor privado”, questão abordada no capítulo anterior, Marques (1998) exporá:

De acordo com o Regulamento Interno do GMC, aprovado em dezembro de 1991, os SGT deveriam adotar recomendações com a presença de todos os Estados-partes, mesmo sem a existência de consenso entre eles. Nos SGT a participação do setor privado foi aceita apenas nas atividades preparatórias às decisões, reservadas exclusivamente aos representantes de cada país⁴⁶. No período de transição as exceções couberam aos SGT-1 e SGT-10, que excluíram qualquer participação do setor privado e ao SGT-11, para o qual o GMC adotou, em abril de 1992, critérios especiais para a representação (tripartite) desse setor (CASTILLO et al., 1996: 76). Após o período de transição a participação do setor privado continuou restrita às instâncias consultivas.

A permissão dos governos para participação do setor privado no SGT-8 no período de transição limitou-se a dois momentos: o de representação dos diagnósticos subsetoriais no final de 1992 e o de **discussão sobre a articulação dos pequenos produtores ao Mercosul na segunda etapa da integração no final de 1994**. Cabe observar, porém, que os governos e as seções nacionais do SGT-8 desenvolveram outros mecanismos de participação em suas esferas [...]. (MARQUES, 1998, p. 43, grifos nossos)

⁴⁶ Consta da nota original de Marques (1998) [Nota 29]: “O Regulamento Interno do GMC definiu como representante do setor privado ‘todo aquele que tem interesse direto em qualquer das etapas do processo de produção, distribuição e consumo’” (MARQUES, 1998, p. 43).

Observe-se, então, que tendo a Coprofam sido fundada em 24 e 25 de agosto de 1994, no final daquele mesmo ano já aparece na pauta do SGT-8 a “discussão sobre a articulação dos pequenos produtores ao Mercosul”.

Marques (1998), tratando dos desdobramentos da reunião do Conselho Mercado Comum, realizado em *Las Leñas*, Argentina, em junho de 1992, quando “delineou-se com maior clareza uma opção dos governos por um modelo teórico de harmonização generalizada de políticas domésticas com escassa institucionalização nos planos intergovernamentais e supranacional” (MARQUES, 1998, p. 44), destaca as readequações ocorridas no SGT-8, com preocupações específicas dirigidas aos pequenos produtores:

O SGT-8 reorganizou suas atividades, incluindo e consolidando algumas medidas. Entre elas destacam-se o desenvolvimento do tema sobre a política de reconversão das atividades agropecuárias e agroindustriais **e sobretudo, a inclusão de uma medida específica para tratar da articulação dos pequenos produtores ao processo de integração**⁴⁷. (MARQUES, 1998, p. 45, grifos nossos)

E, em todo este processo, a incidência da Coprofam parece incontestável:

Em dezembro de 1994 a Coordenadora apresentou uma proposta de agenda para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo SGT-8 no período de transição. **Esta proposta incluiu a criação de um espaço definitivo para a agricultura familiar na estrutura institucional do Mercosul**, a participação permanente das organizações de produtores familiares nessas instâncias oficiais e os seguintes temas: *i) caracterização da produção familiar; ii) avanços nas políticas agrícolas diferenciadas; e iii) políticas de reestruturação e reconversão*. Esta proposta foi parcialmente aceita pelos governos, que realizaram um novo Seminário oficial em outubro de 1996 no qual foi discutida a proposta de caracterização da agricultura familiar e de políticas diferenciadas elaborada no âmbito da Coordenadora. (MARQUES, 1998, p. 57, grifos nossos)

Segundo Marques (1998), houve uma reorientação das tarefas do SGT-8 para o período 1995-96, que, entre outros itens, buscava “manter um espaço no qual o setor privado pudesse expressar suas preocupações e sugestões em relação ao processo de integração agropecuária e agroindustrial” (MARQUES, 1998, p. 46). E, o Programa de Trabalho do SGT-8 para o ano de 1997 acordou “a continuidade da realização de Seminários de Pequenos Produtores”⁴⁸, bem como “o seminário proposto trataria da harmonização de políticas

⁴⁷ Consta da nota original de Marques (1998) [Nota 30]: “A afirmação de um dirigente sindical rural brasileiro a respeito desta iniciativa parece ser significativa: ‘os presidentes da República dos quatro países decidiram criar em *Las Leñas* a comissão que discute os pequenos e médios produtores. Dizem que foi a nossa pressão que fez criar isso’ (RIAD, 1994: 42)”. (MARQUES, 1998, p. 43)

⁴⁸ Como resultado de um desses seminários, em outubro de 1996, foi elaborado o documento *Caracterização da Agricultura Familiar e Proposta de Políticas Diferenciadas*. (MARQUES, 1998, p. 47)

diferenciadas para a agricultura familiar e a análise da situação dos segmentos sensíveis dessa agricultura na integração” (MARQUES, 1998, p. 46).

Faz-se necessário agora registrar, para resgate posterior, que nos anos de 1994, 1995 e 1996, concomitantemente à criação brasileira do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – Provape –, em 1994, sem execução, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, em 1995, acontecia no âmbito do Mercosul de uma coordenadora de organizações de agricultores estar discutindo e reivindicando iniciativas tais como: “um espaço definitivo para a agricultura familiar na estrutura institucional do Mercosul”, a “caracterização da produção familiar”, “políticas agrícolas diferenciadas”. Creio deveras importante assinalar, aqui, a estreita relação que podemos pressupor, desde já, entre o processo nacional – brasileiro, no caso – e as iniciativas que estavam em andamento no âmbito regional, de Mercosul.

Marques (1998) identifica a avaliação realizada pela Coprofam, no ano de 1995, que concluía pela “necessidade de pressionar os governos para assegurar resultados concretos, uma vez que a participação em instâncias governamentais nem sempre era suficiente para alcançá-los” (p. 57). Daí o encaminhamento de conduzir mobilizações nacionais, adequando as pressões à situação de cada país.

A exemplo da CCSCS, estas declarações da Coordenadora de Produtores Familiares evidenciam a percepção de que a possibilidade de influenciar a manutenção ou a ampliação das suas conquistas dependia cada vez mais da articulação das organizações com seus governos nacionais e entre os diferentes grupos sociais (RIAD & COORDINACIÓN..., 1995: 73). Em parte, isto parece ter sido o sentido geral da proposta de realizar plenárias nacionais convocadas pelas organizações integrantes da Coordenadora em 1995: fortalecer a coordenação e a sua representação. (MARQUES, 1998, p. 57)

Antecipando o que será tratado no capítulo 5, “A constituição da categoria Agricultura Familiar na Argentina”, aqui parece residir a origem da iniciativa de organização, na Argentina, em novembro de 1995, do *Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores*, e da proposição de constituição da *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*.

A Coprofam continuará incidindo sobre o Subgrupo 8 – Agricultura até a virada da década.

O início dos governos de Lula (Brasil) e Néstor Kirchner (Argentina), no ano de 2003, proporcionou novas perspectivas de atuação para a Coordenadora. No Brasil, a Contag compôs as instâncias de participação social do novo governo que debateu as iniciativas no

âmbito das relações internacionais, à época, primeiro semestre do ano de 2003, com agenda concentrada na ALCA. No segundo semestre deste mesmo ano de 2003, um conjunto de seminários promovidos pelo governo brasileiro, pelo ministério do Desenvolvimento Agrário, e pelas organizações e movimentos sociais rurais – como a Contag, Coprofam e outras – debateram o tema da agricultura familiar e a questão das negociações internacionais.

Entre eles, teve grande importância a realização do “Seminário Internacional Agricultura Familiar e as Negociações da ALCA e OMC”, nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2003, realizado nas dependências do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. O evento teve a promoção da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP –, e contou com a presença de representações de governos e organizações da América Latina e Caribe, África e Ásia.

Nos dias 11 e 12 de dezembro, a Contag realizou o “Seminário Agrícola Internacional: avaliando as negociações da OMC, da ALCA e seus reflexos na Agricultura Familiar da América Latina”, com o apoio das organizações OXFAM e Action Aid.

Nos dias imediatamente posteriores, 14 e 15 de dezembro, a Coprofam organizou um seminário em Montevidéu, visando coincidir com a reunião do Conselho do Mercosul. Representantes da organização conseguiram participar da reunião do CMC, e apresentaram para os ministros das relações exteriores do Mercosul a reivindicação já histórica de constituição de um espaço específico para o debate das questões relativas à agricultura familiar. A recepção foi positiva.

Em todos os eventos acima listados, houve a participação de representação dos governos (MDA, em particular), das organizações e movimentos sociais rurais, e das organizações de apoio – caso das entidades como REBRIP, OXFAM e Action Aid. Uma *rede de atores* atuando em toda a sua complexidade.

O culminar desse processo ocorrerá no ano seguinte, 2004, quando o ministério do Desenvolvimento Agrário, formulou a proposta de constituir um espaço de atuação no Mercosul expresso na forma de Reunião Especializada e buscou apresentar às instâncias oficiais. Em março do ano de 2004, a proposta foi apresentada em reunião do GMC ocorrida em Buenos Aires, e a recepção foi a pior possível: o representante da Argentina, frente a explanação do representante do MDA que expôs o objetivo da reunião especializada, questionou o que era, enfim, agricultura familiar e, frente a resposta obtida, afirma que na Argentina não haveria agricultor familiar. O assunto foi resolvido na reunião seguinte, na metade do ano de 2004, quando a representação argentina, interessada na constituição de uma reunião especializada de Defensores Públicos, aceitou, “em troca”, a proposta brasileira.

Assim, foi aprovada a criação da REAF. (Laudemir Müller, comunicação pessoal, 24 de setembro de 2017).

4 A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

“Nós estávamos com um grupo muito grande de negociação; e, depois, um esgotamento de dezenas de reuniões [com técnico do Ministério]... e nasceu esta história da conceituação [da agricultura familiar]...

Nós fizemos uma ocupação do Ministério... Nós entramos no Ministério em umas 350 pessoas para fazer com que o Ministro Andrade Vieira ^[49] assinasse o acordo – e ele não queria assinar – e, nós dizemos para ele: ‘- Bom, se não quiser assinar, nós também não vamos sair daqui’. E ficamos, lá, a noite toda [...] E saímos no outro dia, já no final da tarde... E aí saiu o acordo do Pronaf.”

Alberto Broch, dirigente sindical nacional, Contag⁵⁰

O objetivo deste capítulo é revisitar o debate sobre o processo de constituição da categoria agricultura familiar no Brasil, termo que obteve evidência a partir da primeira metade dos anos 1990. Para tanto, partimos da compreensão presente em diversos trabalhos publicados desde aquela década⁵¹, que atribuem à confluência entre movimentos sociais rurais, estudiosos do rural e gestores do Estado o surgimento e a constituição de potência desta noção, que se impôs com força explicativa e discursiva que segue no além-fronteiras. Aqui, busco traçar o que seria a trajetória do termo no país, no sentido de experienciar outras possibilidades interpretativas – aparentemente pouco desenvolvidas na bibliografia que trata do assunto. Mas, antes de debruçar-me sobre o processo de constituição da categoria agricultura familiar no âmbito dos países do Mercosul – ou, na preparação para abordá-lo –, busco tratar do que parece ser sua origem, uma leitura do processo ocorrido no Brasil.

Tendo sido o termo “agricultura familiar” introduzido a partir da incidência de trabalhos e pesquisas elaborados no âmbito da academia, orientamo-nos, inicialmente, a questionar o papel desempenhado pelos movimentos sociais rurais. Para tanto, seguindo uma direção diferente de outros trabalhos que enfatizam a mobilização dos “trabalhadores rurais” desde o início dos anos 1990⁵², realizamos o exercício de recuar a análise para a década anterior, indo para os anos de 1980, buscando perceber as contribuições das mobilizações rurais ocorridas no bojo do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

⁴⁹ José Eduardo de Andrade Vieira (1938-2015), banqueiro, pecuarista e político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária no período entre 1 de setembro e 13 de outubro de 1993, durante o governo de Itamar Franco (1993-1994), e no período de 1 de janeiro de 1995 a 2 de maio de 1996, durante o primeiro governo de FHC (1995-1998).

⁵⁰ Alberto Ercílio Broch, comunicação pessoal, 15 de julho de 2017.

⁵¹ Ver, por exemplo, Neves (2005; 2007) e Schneider (2010).

⁵² Ver: Schneider (2010), Favareto (2006), Picolotto (2014a; 2014b).

Debruçando-nos sobre um processo particular, as lutas do sindicalismo rural do sul do Brasil, buscamos desenvolver uma reflexão sobre a atuação dos movimentos sociais rurais junto as instâncias estatais, legislativo e executivo. Este esforço analítico é realizado no primeiro item do capítulo, intitulado “Antecedentes: movimentos sociais nos anos 1980”.

Na sequência, resgatamos, rapidamente, os processos desencadeados na primeira metade dos anos 1990, em que a ascensão à Presidência de Itamar Franco (1993-1994⁵³), seguida do governo FHC (1995-1998⁵⁴; 1999-2002⁵⁵), proporcionou uma maior permeabilidade governamental à incidência de grupos sociais populares sobre políticas públicas, dada pela ampliação da participação social em conselhos consultivos, por exemplo.

A literatura produzida sobre este período registra a confluência de três movimentos:

- a) no campo dos movimentos sociais rurais, um processo mais geral de unificação da ação mobilizatória sobre o governo, em que o Grito da Terra é sua melhor expressão, concomitante a uma maior unificação do campo sindical rural, com a inserção da CUT (DNTR) à CONTAG e a filiação dessa à CUT;
- b) no campo da “academia”, publicização de livros e pesquisas sobre a importância da “agricultura familiar” nos países centrais enquanto setor dinâmico fundamental nas estratégias de desenvolvimento nacional, acompanhado de resultados de pesquisas sobre sua importância econômica e social no Brasil;
- c) no âmbito governamental, abertura de espaços junto a setores/gestores estatais mais sensíveis às novas perspectivas abertas dadas pela maior participação popular e pelas novas elaborações advindas dos estudiosos do rural.

A criação do Pronaf (1995) foi a melhor expressão do reconhecimento estatal à demanda do sindicalismo rural por uma política agrícola diferenciada para os “pequenos agricultores”, ao mesmo tempo em que incorporou a contribuição de pesquisadores ao adotar a designação de “agricultura familiar”.

Ao final do Segundo governo FHC (1999-2002), o Pronaf é um amplo programa governamental de apoio à agricultura familiar já consolidado.

A ação governamental, desenvolvida em relação à atuação dos movimentos sociais e à contribuição inovadora dos estudos rurais, é aqui (re)analisada a partir das contribuições

⁵³ Mandato presidencial iniciado em 29 de dezembro de 1992, após a renúncia de Fernando Collor de Mello, e finalizado em 1 de janeiro de 1995.

⁵⁴ Posse em 1 de janeiro de 1995 e término do primeiro mandato em 1 de janeiro de 1999.

⁵⁵ Segundo mandato: posse em 1 de janeiro de 1999 e término em 1 de janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

proporcionadas pela perspectiva da *legibilidade* (SCOTT, 1998) e dos movimentos às *margens* do Estado (DAS e POOLE, 2004). Este exercício consta do segundo item do capítulo, “Década de 1990: o reconhecimento estatal da categoria e políticas diferenciadas”.

4.1 ANTECEDENTES: MOVIMENTOS SOCIAIS NOS 1980⁵⁶

Agricultura familiar, termo de ampla circulação no Brasil desde o início dos anos 1990, é empregado como categoria política, categoria analítica ou a partir de perspectiva normativa; nas lutas do sindicalismo de trabalhadores rurais e de movimentos sociais, no ambiente acadêmico ou na ação do Estado.

Análises da produção bibliográfica sobre produção familiar e estrutura agrária brasileira, realizadas nos anos 1980 e abarcando as duas décadas precedentes, não identificam a presença do termo agricultura familiar (NEVES, 2007)^{57, 58}. A instituição, no ano de 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inaugura no âmbito da ação estatal a utilização desta “categoria genérica de designação” (NEVES, 2007), expressão do reconhecimento da necessidade de políticas agrícolas diferenciadas para um público específico.

Desde o sul, este trabalho conduz o olhar para a segunda metade da década de 1980, momento inicial de constituição da agricultura familiar como categoria política, quando culminava, sob tom de denúncia dos efeitos perversos da “modernização conservadora” e do regime que a promovera, um processo de lutas por preços de produtos, política agrícola, reforma agrária e política previdenciária. Nesse contexto, a *diferenciação* entre pequenos, médios e grandes produtores no acesso a políticas públicas – que fora erguida como bandeira em jornada de lutas de pequenos agricultores gaúchos, levada a cabo em 1987, quando da conquista da não cobrança de juros correspondentes a financiamentos agrícolas referentes ao

⁵⁶ Vale mencionar que uma primeira versão deste item, com o título *A constituição da categoria Agricultura Familiar: uma leitura a partir da contribuição do sindicalismo rural do sul do Brasil*, foi submetida à discussão no Grupo de Trabalho *Movimentos sociais, organizações de representação e lutas por direitos no campo*, durante o XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Porto Alegre, em 2015, bem como uma segunda versão foi publicada pela *Revista Grifos* (BELEM; MENASCHE, 2008).

⁵⁷ Neves (2007) resgata dados da pesquisa de Bergamasco e Antuniassi (1986), e faz referência ao trabalho de Gnaccarini e Moura (1983).

⁵⁸ Para o caso do Uruguai, na primeira metade dos anos 1980, foram publicados os livros de Danilo Astori (1982) e de Diego Piñeiro (1985) abordando a situação da agricultura familiar no país. Danilo Ángel Astori Saragosa foi Vice-Presidente do Uruguai (governo de José Mujica) e é o atual Ministro de Economia e Finanças (agosto/2018); Diego Enrique Piñeiro Pagliare é professor decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de la República (Udelar, Uruguai). Seu livro é fruto do mestrado em Sociologia Rural realizado na University of Wisconsin (Madison, Estados Unidos), concluído em 1984, cuja dissertação teve por título “The process of transformation and reproduction of the peasantry: a case study in Uruguay”.

período do Plano Cruzado⁵⁹ – viria a compor a pauta de reivindicações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) no debate sobre a Lei Agrícola, que teve como palco, no período de 1989 a 1991, o Congresso Nacional.

O presente item insere-se, assim, no esforço de revisitar o debate sobre a constituição da categoria agricultura familiar no Brasil, indagando sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais rurais, pela academia e pelos agentes de Estado na constituição dessa categoria, bem como a relação estabelecida entre essas distintas *redes de atores* (SILVA, 2015). Busca-se aqui identificar, especialmente, qual teria sido a contribuição do sindicalismo rural do sul do Brasil para a constituição dessa categoria política e analítica.

4.1.1 As Lutas de 1987

As *Lutas de 87* representam o culminar de um processo iniciado em 1980, com o movimento que ficou conhecido como *Luta contra o Confisco da Soja*. À época, após duas safras de soja frustradas – devido à seca; baixos preços pagos pelo produto, associados à queda do preço internacional; redução do subsídio aos juros dos financiamentos agrícolas –, o governo decidira criar um imposto sobre as exportações do grão, o Confisco da Soja. Isso se deu justamente no início do que prometia ser uma safra positiva, que combinava boa produção e bons preços, momento em que havia, entre os agricultores, expectativa de recuperação dos prejuízos do período anterior (MENASCHE, 1996, p. 22-24).

A *Luta contra o Confisco da Soja*, conflagrada em março de 1980, reuniu sindicatos de trabalhadores rurais organizados na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), a agremiação sindical patronal Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrigo), envolvendo, segundo reportado pela imprensa, mais de 700 mil pessoas, em 100 municípios. Mobilizando um repertório de lutas que abarcou passeatas, máquinas agrícolas nas ruas, trancamento de bancos, de rodovias etc., tomaram parte do movimento pequenos, médios e grandes produtores. Segundo Menasche (1996, p. 26),

Eram vários os setores envolvidos, mas, analisando as notícias da época [...], podemos perceber que as mobilizações realizadas tiveram, através de gestos,

⁵⁹ O Plano Cruzado constituiu-se em um conjunto de medidas econômicas lançadas no final de fevereiro de 1986, quando governava o país o Presidente Sarney. Entre essas medidas, constavam: congelamento de preços de bens e serviços, criação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) com fixação de seu valor pelo prazo de um ano, congelamento da taxa de câmbio, reforma monetária com criação do Cruzado em substituição ao Cruzeiro.

músicas, palavras de ordem, encenações e outras manifestações, uma “marca” dos colonos.

Entre esses dois momentos, 1979/80 e 1987, em que se realizaram, respectivamente, a *Luta contra o Confisco da Soja* e as *Lutas de 87*, inúmeras ações contestatórias foram desenvolvidas no Rio Grande do Sul, tendo como foco preços de produtos agrícolas e/ou crédito rural, mobilizando as regiões e cidades-polo em que se desenvolvia a atividade agrícola em questão (ver Quadro 01).

Quadro 01 - Mobilizações rurais ocorridas no Rio Grande do Sul no início dos anos 1980

<p>1979: (1) Santa Cruz do Sul, fumo – congresso com mil fumicultores de trinta municípios; (2) Santa Bárbara, soja – pequenos sojicultores bloqueiam agência bancária e prefeitura;</p> <p>1980: (1) Regiões sojicultoras – movimento contra o confisco da soja; (2) Frederico Westphalen, suínos – encontro estadual de suinocultores centrado nos abates indiscriminado de suínos (peste suína africana); (3) Estado do Rio Grande do Sul, suínos – suinocultores suspendem a venda do produto e realizam piquete nas estradas; (4) Caxias do Sul/Bento Gonçalves, uva/vinho – assembleia com cinco mil viticultores;</p> <p>1981: (1) Bento Gonçalves, uva/vinho – concentração de quatro mil viticultores;</p> <p>1982: (1) Estado do Rio Grande do Sul, leite – assembleia em Porto Alegre, com dez mil produtores de leite que decidem pelo boicote à venda do produto; (2) região viticultora, uva/vinho – assembleia com cinco mil agricultores;</p> <p>1983: (1) Santa Cruz do Sul, fumo – congresso com dois mil fumicultores;</p> <p>1984: (1) Estado do Rio Grande do Sul, agosto – manifestação, em Porto Alegre, com dois mil pequenos agricultores; (2) Estado do Rio Grande do Sul, Semana da Pátria – boicote à venda da produção dos pequenos agricultores; (3) Estado do Rio Grande do Sul, outubro – Grito do Campo, organizado pela Fecotrigo, reúne, em Porto Alegre, 40 mil pessoas entre pequenos, médios e grandes produtores, sindicalistas e cooperativas, para entregar pauta de reivindicações a candidatos à Presidência da República (Tancredo Neves).</p>
--

Fonte: Menasche (1996, p. 31).

Segundo Menasche (1996), as mobilizações do período expressavam percepção de crise entre os pequenos agricultores cujas práticas agrícolas haviam sido transformadas a partir de sua adesão ao projeto modernizador implementado pelo Estado brasileiro. Tal processo de transformação da agricultura deu-se a partir da segunda metade da década de 1960, com a incorporação de novas tecnologias de produção agrícola – o dito pacote da Revolução Verde –, financiada com crédito barato. A subsequente crise de financiamento do Estado desembocaria na opção pela redução de volume de recursos e de subsídios do crédito rural, com consequente queda de rentabilidade dessa agricultura. Em sua pesquisa, a autora citada analisa como esse processo se deu na região noroeste do Rio Grande do Sul,

evidenciando as percepções da crise a partir de manifestações de distintos agentes sociais a respeito dos impactos (negativos) da agricultura modernizada voltada à produção de *commodities* (trigo, soja, suínos, leite), em uma leitura crítica à monocultura.

No início dos 80, tendo como marco a luta contra o confisco da soja, ocorria [...] Nesse processo de afirmação política, centrado no enfrentamento ao Estado, algumas oposições iam sendo construídas: produção para subsistência e/ou produção de alimentos versus monocultura, pequenos versus grandes. (MENASCHE, 1996, p. 24-25)

Como expressão do processo de redemocratização, que então caracterizava o cenário político nacional, no período 1979-84 realizaram-se diversas mobilizações. No entanto, talvez em decorrência de expectativas diante do processo de mudanças em curso em âmbito nacional (após o movimento pelas eleições diretas, eleição e morte de Tancredo Neves, posse de José Sarney e início da “Nova República”), elas não seguiriam no mesmo ritmo nos anos 1985/86. Vale comentar que a ação expressiva realizada no ano de 1985 não teve como foco demandas por preços ou política agrícola, mas reconhecimento social: em 17 de outubro de 1985 foi realizado o 1º Encontro do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais – que seria conhecido como “Movimento das Margaridas” –, reunindo, em Porto Alegre, o impressionante número de dez mil mulheres.

O primeiro ano da Nova República, 1985, foi marcado pelo que foi considerada a maior seca até então ocorrida no Rio Grande do Sul. No plano nacional, iniciavam-se os debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1986, foi editado o Plano Cruzado, que visava inflação zero e congelava preços. No meio do ano, antecedendo a época do plantio, foi lançado o “pacote verde”, com medidas para o setor agrícola, buscando alavancar a produção e sustentar o Plano Cruzado, visando oferecer previsibilidade ao setor por meio de medidas de médio prazo – o pacote deveria vigorar por três anos. Entre as medidas anunciadas, estavam os juros fixos para empréstimos de custeio das lavouras.

Na sequência das eleições de novembro de 1986, tendo sido eleitos os deputados constituintes, foi lançado o Plano Cruzado II. Uma das medidas do plano “descongelava” as OTNs, indexador dos contratos de crédito rural. Desse modo, os juros do crédito rural, que no início da safra (julho) haviam sido anunciados como fixos, tiveram uma elevação de 70% apenas entre os meses de novembro de 1986 e março de 87, enquanto os preços dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio eram mantidos congelados.

Apesar do anúncio das medidas ter ocorrido em novembro, apenas no final de

fevereiro e começo de março, quando os agricultores tiveram contato com os valores atualizados de suas dívidas, a serem pagas com a colheita que teria início na segunda metade de março, tem início a agitação junto aos STRs. O mês de março seria tomado por reuniões de sindicatos, de associações regionais de sindicatos, da federação estadual (Fetag), de segmentos patronais e de cooperativas. Após algumas tentativas, frustradas, de realização de reuniões com Ministérios em Brasília, o movimento foi deflagrado no final do mês de março de 1987, com uma adesão massiva – sem precedentes – de agricultores.

O processo de mobilização e luta pela queda da correção monetária nos financiamentos agrícolas teve o protagonismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Fetag, a partir de uma dinâmica que envolveu, no Rio Grande do Sul, a busca de adesão e diferenciação entre setores que representavam os pequenos e os grandes agricultores, entre a CUT e a Fetag, entre diferentes correntes sindicais no interior da CUT.

Entre os dias 30 de março e 3 de abril de 1987, em torno de 250 mil pequenos agricultores gaúchos participaram dos protestos. A amplitude e radicalidade do movimento foram significativas a ponto de mobilizar os centros de poder estadual e federal. No dia 1º de abril, quarta-feira, o Ministro da Fazenda Dilson Funaro acenara com uma reunião com os agricultores, enquanto o Exército era acionado pela Presidência da República para – empregando seu efetivo, metralhadoras, fuzis e tanques – desobstruir rodovias. No dia seguinte, seria anunciado o atendimento parcial da principal reivindicação⁶⁰, quando o trancamento de estradas era finalizado, com a intensificação da intervenção do Exército e da Brigada Militar.

Após o término da mobilização dos pequenos agricultores – que alcançara ampla repercussão nos meios de comunicação –, suas organizações não conseguiram dar continuidade à negociação do principal item reivindicado. O processo passaria a ser conduzido por organizações representativas de médios e grandes produtores rurais, a Frente Ampla da Agropecuária (constituída em fevereiro de 1987) e a União Democrática Ruralista (UDR), distanciando-se das demandas que haviam sido reivindicadas nas ruas e estradas antes ocupadas por pequenos agricultores, passando a ter como palco os gabinetes, em Brasília⁶¹.

Procurando compreender as motivações que, em 1987, mobilizaram os agricultores na luta pela queda da correção monetária, Menasche (1996) recorre a perspectivas analíticas

⁶⁰ Suspensão da cobrança da correção monetária sobre os empréstimos de emergência realizados em decorrência da seca de 1985.

⁶¹ Note-se que enquanto o atendimento da reivindicação dos pequenos agricultores custou aos cofres públicos o valor de 2,5 bilhões de cruzados, a anistia das dívidas dos grandes produtores drenou 26 bilhões de cruzados, valor dez vezes superior (MENASCHE, 1996, p. 40).

propostas por Edward P. Thompson e James Scott⁶², construindo o entendimento de que, para além da dimensão econômica, estavam em questão a legitimidade e a justiça da medida. Após as expectativas criadas com o início da Nova República e com o Plano Cruzado, que haviam sinalizado um período de estabilidade para a produção agrícola, com juros fixos nos financiamentos agrícolas, os agricultores foram surpreendidos pela alteração da regra do jogo, com repentina e significativa elevação de juros não sobre empréstimos futuros, mas sobre empréstimos já contratados, correspondentes à safra que estava por ser colhida. Em suas palavras, “não havia justiça naquela correção monetária que não havia sido previamente acordada, ela era ilegítima, era considerada ilegal. Os agricultores acreditavam ter o direito de não pagá-la” (MENASCHE, 1996, p. 46).

4.1.2 Precisoões e abordagens

Tendo presente a criação do Pronaf, em 1995, quando agricultura familiar passou a constituir-se enquanto categoria normativa que compõe o aparato de Estado para intervenção sobre um setor social específico, este trabalho debruça-se sobre o período anterior, a década de 1980, quando o movimento sindical de trabalhadores rurais do sul do Brasil (no caso, Rio Grande do Sul) desenvolve um processo de lutas que contribui para forjar a identidade de “pequeno agricultor”, em oposição a médios e grandes “produtores”. A luta por uma “nova política agrícola”, em que é defendida uma “política agrícola diferenciada”, que distinguisse pequenos, médios e grandes a partir de proposições normativas surgidas nas *Lutas de 87* e retomadas no debate sobre a Lei Agrícola (1989-91), parece constituir-se no antecedente imediato do Pronaf, expressão do reconhecimento estatal da pertinência dessa diferenciação e iniciativa pioneira na institucionalização de política pública dirigida a este público específico⁶³.

Não é extensa a literatura que aborda o sentido das lutas por política agrícola que se desenvolveram ao longo dos anos 1980, sendo que nesse quadro diferencia-se a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado de Menasche (1996), *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança*, realizada a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul e concluída

⁶² As obras citadas pela autora nessa análise são as que seguem: THOMPSON, Edward P. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona, Critica, 1989; SCOTT, James. **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven-London, Yale University Press, 1976.

⁶³ Para um balanço das políticas públicas para a agricultura familiar desenvolvidas nas décadas recentes, ver, entre outros, Grisa e Schneider (2015).

à época do início da execução do Pronaf. Esse trabalho abarcou desde aspectos associados às condições econômicas da produção agrícola do período, elementos de política econômica e de política agrícola, até aspectos relativos às condições sociais e políticas, em que têm destaque as *narrativas* da crise e suas relações com as mudanças ocorridas nos modos de viver e trabalhar daqueles agricultores, assim como as mobilizações realizadas no período – com destaque para as *Lutas de 87* –, parte mais visível do processo de formação do ator coletivo.

Já Brumer (1990), que analisara as lutas sociais no campo ocorridas na década de 1978-88 no extremo sul do Brasil, simplesmente não menciona a ocorrência das *Lutas de 87*, restringindo, em sua análise, demandas vinculadas à produção a lutas por preços de produtos agrícolas.

Outros trabalhos se debruçaram sobre a constituição do sindicalismo rural cutista (Rio Grande do Sul e Brasil) em sua relação com o sistema contaguiano (federação e confederação), mas sempre enfatizando a reconfiguração da estrutura sindical do campo, a exemplo de Schmitt (1996), Favareto (2006) e Picolotto (2014a, 2014b). Entre esses, Schmitt (1996) é a única autora a registrar, ainda que sinteticamente, a ocorrência das *Lutas de 1987*.

Desse modo, temos que as mobilizações conduzidas durante os anos 1980 pelo sindicalismo rural gaúcho (cutista e fetaguiano), que demandavam preços de produtos agrícolas, política agrícola, saúde e previdência, parecem não ter exercido grande influência sobre a orientação das reflexões dos pesquisadores desse rural. Mas, também referente aos anos 1980, há ampla produção acadêmica abordando a luta pela terra e movimentos sociais a ela associados. Tal distinção não pode ser interpretada como reflexo de uma menor ocorrência, no campo gaúcho do período, de mobilizações que reivindicavam condições de produção (preços e política agrícola) em relação às que reivindicavam acesso à terra, mas sim das condições em que se colocava, à época, o debate político, mais especificamente à oposição estabelecida entre *luta revolucionária* (associada a movimentos por reforma agrária) e *luta reformista* (associada a movimentos por política agrícola).

No bojo do processo de democratização, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com ascensão das mobilizações populares, a oposição entre luta revolucionária e luta reformista, tal como antes mencionada, apresentava-se como forma de atualização aos contextos rurais da época de debate forjado em processos revolucionários “clássicos”. Analisando a trajetória de “movimentos sociais” enquanto tema da pesquisa e partindo da dicotomia, presente nos anos 1980, entre novos e velhos movimentos sociais, Medeiros (2012, p. 9) aponta que, sob o modelo de “movimento revolucionário”, o agente de mudança social e política por excelência seria o movimento operário (pertencente ao “velho”

movimento social). A autora indica que essa ênfase perdura até os anos 1960, tendo aí destaque o pensamento marxista. Alexander (1998) identifica essa perspectiva ao “modelo clássico” de interpretação dos movimentos sociais. Para o caso brasileiro recente, Medeiros (2012, p. 12) sublinha a concomitância do surgimento do “novo movimento social” com o “novo sindicalismo”, do qual o sindicalismo rural cutista foi expressão (Schmitt, 1996; Favareto, 2006; Picolotto, 2014a, 2014b). Ao final da década de 1980, este debate permanecia presente, tanto é que, no interior da CUT, seguia sendo alvo de questionamento a própria presença dos “pequenos agricultores” no interior da Central. Esse debate, que remetia à reflexão sobre classes e alianças de classe, foi registrado pela Revista Teoria & Debate⁶⁴. No mesmo sentido, Abers e Von Büllow (2011, p. 79) identificam, nas décadas de 1960 e 1980, a ocorrência do debate “sobre quais movimentos eram legítimos, realmente transformadores, ou relevantes socialmente”.

Pretendemos, então, evidenciar o protagonismo, ao longo de uma década de lutas, do sindicalismo rural do sul do Brasil, em que a CUT cumpriu papel de destaque (em relação com o sistema confederativo Contag), em convergência com iniciativas de agentes do Estado e com iniciativas no âmbito da academia. Diferentemente, por exemplo, do que propôs Neves (2005, p. 23), que afirma que o “termo agricultura familiar corresponde [...] à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura”⁶⁵ – privilegiando a iniciativa de intelectuais –, a ênfase aqui proposta recai sobre o movimento social, que aporta o contexto efervescente no qual a ação da academia encontra terreno fértil para o debate teórico, e em que agentes de Estado sensíveis à demanda social e ao engajamento de pesquisadores fornecem o suporte institucional para a configuração da política pública.

Propõe-se, aqui, analisar essa convergência por meio do estudo sobre as fronteiras entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado, abordagem que, acreditamos, poderá oferecer novos elementos para a compreensão do processo de constituição da agricultura familiar como categoria com múltiplas apreensões pelos diferentes atores envolvidos.

Para tanto, valemo-nos de proposições sugeridas por Marcelo Kunrath Silva (2015). Seguindo o caminho trilhado por esse autor, temos que inicialmente adota uma definição de movimentos sociais não como *atores*, mas como *redes de atores*. Dessa maneira, Silva busca

⁶⁴ Venceslau (1989) e Novaes (1989).

⁶⁵ A respeito, cabe ter presente a contribuição de Picolotto (2014b), que trata do processo de construção da categoria agricultura familiar no Brasil contemporâneo identificando três conjuntos de atores que promoveram tal construção: (a) o debate acadêmico promovido à época; (b) as políticas do Estado e as normativas legais; (c) as organizações de agricultores familiares.

preservar a diversidade dos atores envolvidos na *rede movimentalista* e a complexidade das relações que são estabelecidas. Tomando a definição de movimentos sociais elaborada por Diani (2000, p. 389⁶⁶ *apud* SILVA, 2015), explica:

[R]edes informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos pelo controle de recursos materiais ou simbólicos, baseadas em identidades compartilhadas”. Assim, enquanto rede, o movimento social é (re)produzido pelas ações e relações de um conjunto diversificado de atores (centralmente, organizações sociais e ativistas), que têm como ponto de identificação o reconhecimento do pertencimento a uma determinada posição dentro de um campo de interações (em parte, conflitivas) com outros atores. Essa definição, como se pode observar, não estabelece nenhuma demarcação *a priori* nem dos espaços sociais de pertencimento e atuação nem dos repertórios de ação dos atores que conformam as redes apreendidas através do conceito de movimentos sociais. (SILVA, 2015, p. 141)

A partir dessa contribuição, conduziremos novamente o olhar ao processo de mobilizações do sindicalismo rural gaúcho, ocorridas a partir dos 1980, agora o tomando como movimento social e trazendo à análise a abordagem que percebe movimento social como *rede de atores*.

4.1.3 Antecedentes e bastidores das Lutas de 87

Tendo sido constituído no período pós-1964 sob a tutela do Estado e iniciativa de organizações sob a influência da Igreja Católica, como a Frente Agrária Gaúcha (FAG), o sindicalismo de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul passou por um processo de revigoramento, forjado pelas lutas do início dos 1980, tal como a luta contra o confisco da soja. A utilização do dia 31 de março – àquela época ainda importante data comemorativa da Revolução, ou melhor, do Golpe Militar de 1964 – como data de protestos e mobilizações de agricultores não deve ser interpretada como coincidência.

No período entre 1979/80 e 1987, o conjunto das lutas desenvolvidas no Rio Grande do Sul com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais – centradas em preços de produtos agrícolas, crédito rural, previdência social ou reforma agrária – enfatizou a condição de “pequeno agricultor” e a denúncia de seus problemas, compondo discursos, palavras de ordem, cartazes, publicações. Ressaltamos esse elemento para destacar que o processo de lutas do período contribuiu para forjar a identidade “pequena agricultura” – que, nos anos 1990, seria atualizada como “agricultura familiar”.

⁶⁶ DIANI, Mario. Simmel to Rokkan and beyond: towards a network theory of (new) social movements. *European Journal of Social Theory*, v.3, p. 387-406, 2000.

O ineditismo das *Lutas de 87* deu-se na condução do processo de mobilização, que se distanciava do conjunto de “produtores”, que englobava médios e grandes como participantes do mesmo setor, a agricultura (ou agropecuária).

Os diferentes atores então participantes da rede movimentalista utilizaram distintos expedientes no jogo pela busca de adesão – mas também de diferenciação – em relação aos demais setores participantes (representação dos pequenos ou grandes agricultores, da CUT ou da Fetag, das diferentes correntes sindicais no interior da CUT): definição sobre a instância legítima para decisão sobre a mobilização (que incluía ou excluía um estrato social ou corrente política), definição sobre a data mais apropriada para a realização da manifestação (buscando coincidir – ou no mais das vezes antecipar-se – com a iniciativa de outro ator), a pauta de reivindicações, diferentes aspectos que compunham o repertório acionado serviam para o jogo de adesão/diferenciação. O conteúdo da pauta de reivindicações foi o principal objeto de distinção dos “pequenos agricultores”. Nela constava a proposição de diferenciação dos agricultores pelo volume de produção e pela área total da propriedade⁶⁷.

A luta contra a correção monetária contou com a participação de diferentes atores. A direção do movimento foi dada pela CUT, através de sua Secretaria Rural, e pela Fetag, combinando iniciativas articuladas, concorrentes e paralelas. A mobilização contou também com o envolvimento de organizações representativas de médios e grandes produtores, mas em tempos e espaços distintos.

O processo de busca de adesão, mas também de diferenciação entre atores foi refletido:

- a) nas estratégias de mobilização que visavam adesão dos pequenos agricultores atingidos pela medida, incorporação de outras correntes sindicais, apoio da sociedade regional, sensibilização do governo federal;
- b) nas táticas de negociação com o governo federal (Ministério da Fazenda).

O protagonismo da CUT foi evidente no processo e exemplifica o exposto acima. A CUT havia, no ano anterior (junho de 1986), realizado seu segundo congresso estadual, em que questões referentes ao sindicalismo rural, na perspectiva da construção do sindicalismo cutista no campo, haviam tido repercussão entre os sindicatos presentes, urbanos e rurais⁶⁸.

⁶⁷ Esta questão, referente aos critérios que melhor expressam a diferenciação dos pequenos agricultores frente aos demais, percorrerá o processo Constituinte, sendo retomada quando do debate sobre a Lei Agrícola. Apenas na metade da década de 1990 o Estado viria a regulamentar a matéria, com a edição do Pronaf.

⁶⁸ A respeito da presença do sindicalismo rural na CUT, temos que em seu 1º Congresso Nacional, em 1984, o “setor rural foi responsável pela maior representação setorial, superando inclusive os trabalhadores da

Um dos temas que então polarizou o debate era referente à relação a ser estabelecida com a Fetag: a construção da CUT no campo gaúcho deveria contemplar uma atuação “por dentro” da Federação, ou não. Com divisões no interior dos sindicatos rurais presentes, o conjunto dos delegados do congresso decidiu por uma estratégia de construção que considerava a participação na Fetag.

Ainda que sintético, o resgate dos antecedentes deste processo, parece-nos importante para melhor compreender a deflagração, condução e negociação do movimento reivindicatório, bem como sua posterior avaliação pelos atores envolvidos.

O início do processo de mobilização, na sua expressão por meio de manifestações públicas, ocorreu na primeira metade do mês de março, deixando perceber as estratégias diversas definidas pelos diferentes campos políticos no interior dos “rurais” da CUT/RS: com protagonismo da CUT, a região do Alto Uruguai marcou a primeira mobilização para o dia 5 de março e a região das Missões marcou para os dias 9 e 10 de março. À época, não conseguiram chegar a um acordo com relação à data da mobilização. De todo o modo, essas mobilizações prestaram-se a promover o debate sobre a pauta de reivindicações e “preparar o clima” para a assembleia da Fetag, que se realizaria no dia 17 de março. Na assembleia da Federação, seguindo política definida no mais recente congresso da CUT, os STRs cutistas apresentaram e submeteram documento conclamando à luta e propondo uma pauta de reivindicações – que seria aprovada quase que na íntegra –, bem como a decisão de ir para as ruas⁶⁹.

Outro fato positivo foi que os Sindicatos ligados à CUT foram à Assembléia da FETAG no dia 17/03 com uma proposta clara e definida. A distribuição desta proposta, com o timbre da CUT-RS aos participantes, provocou algumas reações contrárias, mas no final todas as propostas apresentadas foram aprovadas. Sabemos que são poucos os Sindicatos identificados com a CUT no meio rural, mas ainda assim deu prá disputar com a FETAG a direção da luta. (CUT/RS, 1987, p. 3)

Como afirmado anteriormente, a dinâmica de mobilização envolveu a busca de adesão e diferenciação entre as diversas correntes sindicais no interior da CUT, entre a CUT e a Fetag, e entre setores que representavam os pequenos e os grandes agricultores. O fato de setores da CUT realizarem manifestações nos dias 5 e 9/10 de março também marcava

indústria” (FAVARETO, 2006, p. 34). Ao longo da década de 1980, o autor indica uma participação entre 30 e 40% de sindicalistas rurais nos congressos da Central e na composição de suas direções.

⁶⁹ “Em 16 de março, em uma reunião da Secretaria Rural da CUT/RS, com a participação das Secretarias Rurais de três regionais da CUT (Missões, Alto Uruguai e Planalto), é elaborada uma pauta de reivindicações e um plano de lutas que seriam apresentados como proposta da CUT para o conjunto do movimento sindical gaúcho na Assembléia da FETAG, que se realizaria no dia seguinte” (MENASCHE, 1996, p. 36).

antecipação em relação à mobilização de setores patronais, pois a Frente Ampla da Agropecuária havia marcado mobilizações para o dia 10 de março (MENASCHE, 1996, p. 36-37).

Enquanto que nas mobilizações ocorridas no início do mês de março uma comissão exclusiva da CUT tentara, sem sucesso, abrir canal de negociação em Brasília, nas mobilizações ocorridas no final daquele mês a negociação seria realizada por uma comissão da Fetag, em cuja composição havia representantes de STRs cutistas, que teriam papel destacado na condução e desfecho da negociação (MENASCHE, 1996, p. 37).

4.1.4 Pistas para uma interpretação

Como visto, desde o início dos anos 1980 um conjunto de atores colocara-se em relação no processo de contestação às medidas governamentais consideradas ilegítimas (confisco da soja e cobrança da correção monetária nos empréstimos agrícolas), ou na reivindicação por melhores preços, entre outras demandas. Grosso modo, a *rede de atores* constituída envolveu, em um primeiro momento, pequenos, médios e grandes agricultores, indistintamente, construindo ou acionando a identidade *agricultores* (ou, produtores), em oposição ao governo; e, em um segundo momento, correntes internas à CUT e à Fetag, construindo ou acionando a identidade *pequenos agricultores*, em oposição ao governo e aos grandes produtores.

Nessa perspectiva, as divergências e disputas sobre as datas de mobilização, ou sobre a redação de itens de pauta de reivindicações, ou sobre posições conflitantes em congressos e mesmo sobre a composição de direções, para além de expor as disputas intestinas do movimento sindical rural, mostram os meandros do campo de interações – mesmo conflitivas – que conformam a construção do movimento social enquanto *rede de atores*, atores esses que são diversos.

A partir do argumento de Silva (2015, p. 141), que propõe que “ao definir que um dos atores centrais das redes movimentalistas são grupos e organizações sociais, esse conceito estabelece o pressuposto de que movimentos sociais possuem um necessário enraizamento no tecido associativo societário”, cabe atentar para o papel desempenhado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no movimento reivindicatório. Como anteriormente abordado, os STRs foram constituídos no período pós-1964 sob a influência da Igreja Católica e tutela do Estado, visando formar uma barreira ao “perigo do comunismo” expresso na experiência das Ligas Camponesas, desenvolvida, à época, no Nordeste do Brasil. Apesar das motivações que lhe

deram origem, podemos afirmar que este sindicalismo rural se enraizou no “tecido associativo societário”, conforme a perspectiva proposta por Silva.

Por outro lado, também aqui é possível “pensar movimentos sociais como redes complexas que podem transcender fronteiras entre distintos espaços sociais, tais como o Estado e o mercado, integrando atores desses espaços como parte constitutiva dos movimentos” (SILVA, 2015, p. 141). Nas mobilizações de 1987 (e mesmo na luta contra o confisco da soja e outras), observamos a adesão ao movimento por parte dos poderes públicos locais (câmaras de vereadores, prefeituras municipais), com fechamento de repartições públicas, e mesmo a adesão de comércio local (associações comerciais e industriais), com o fechamento de estabelecimentos. Ainda, tendo presente, nas mobilizações em questão, as relações entre movimento social e mercado, mesmo as grandes cooperativas de produção, habitualmente politicamente conservadoras, acabaram por configurar-se como “agentes associativos, políticos e econômicos”⁷⁰ (SILVA, 2015, p. 141).

Segundo Menasche (1996), nos anos seguintes (1988/89) ocorreriam tentativas de reeditar mobilizações como aquela de 1987, mas com dinâmicas organizativas diferentes: a CUT estadual passaria a seguir orientações da Secretaria Rural da CUT nacional, deixando de buscar promover lutas conjuntas com a Fetag e privilegiando ações combinadas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MENASCHE, 1996, p. 37; 41-44)⁷¹.

Após a promulgação da nova Constituição Brasileira, em outubro de 1988, a reivindicação de uma “nova política agrícola” migraria das ações direcionadas ao texto constitucional para o debate sobre a Lei Agrícola⁷². Entre outros temas, estabelecia-se outro espaço político para a retomada da necessidade de uma política diferenciada para os pequenos agricultores, atualizando o debate sobre critérios para a diferenciação entre pequenos, médios e grandes agricultores.

Desse modo, o Executivo deixa de ser, no período, o principal destinatário das preocupações dos sindicalistas rurais, voltados ao Legislativo, responsável pela elaboração e

⁷⁰ Lembremos que as cooperativas tradicionais de produção estiveram à frente da luta contra o confisco da soja (1980) e no Grito do Campo (1984).

⁷¹ Analisando a história recente do “novo sindicalismo rural” no Brasil, Favareto (2006, p. 38) identificava haver, em meados da década de 1980, uma estratégia de construir o sindicalismo cutista “por fora” da estrutura oficial – leia-se, Contag. Picolotto (2014a) evidencia a presença dessa perspectiva no sul do Brasil por meio da atuação da Articulação Sindical Sul, corrente que não era majoritária na CUT/RS (ver GEA, 1986, 1987).

⁷² Consta do Art. 50 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* da Constituição Federal: “Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário”.

aprovação da Lei Agrícola.

Sem grandes mobilizações de rua, o espaço privilegiado de pressões e negociações passava a ser os corredores do Congresso Nacional, onde a dinâmica parlamentar adquire importância.

Aqui pode ser útil à análise a perspectiva proposta por Silva (2015) sobre intersecção entre política contestatória e política institucionalizada, que discorre sobre o limite dos tradicionais modelos analíticos utilizados por parte significativa da literatura que aborda as relações entre organizações/movimentos sociais e Estado.

[O] pressuposto da externalidade, segundo o qual existe (ou deveria existir) uma separação clara entre movimentos sociais e Estado ou, em outras palavras, entre política contestatória e política institucional; e o pressuposto da confrontação, segundo o qual a atuação confrontacional é (ou deveria ser) a forma de ação por excelência dos movimentos sociais. (SILVA, 2015, p. 135)

Segundo o autor, encontramos esses pressupostos presentes na literatura sobre movimentos sociais, mais como obstáculos à apreensão das complexas relações entre movimentos sociais e Estado. Constitui-se em exemplo o caso da literatura norte-americana, pois se conformou a partir do estudo de movimentos sociais paradigmáticos que possuíam a característica de seus integrantes encontrarem-se excluídos do processo político eleitoral, caso do movimento dos direitos civis dos negros durante as décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2015, p. 137).

Para o caso brasileiro, as abordagens teóricas que analisaram os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 tenderam a expressar uma visão dualista entre movimentos sociais e sistema político-institucional e não uma abordagem processual e relacional.

Tais perspectivas teóricas, enfatizando a externalidade dos movimentos sociais em relação aos atores e instituições político-administrativas e os repertórios de confronto como forma central (se não única) de atuação, mostraram-se relativamente pertinentes para abordar a formação e a atuação de movimentos sociais em contextos autoritários e excludentes. (SILVA, 2015, p. 139)

O envolvimento do sindicalismo rural no debate sobre a Lei Agrícola (e a Lei Agrária), no contexto de “redesenho” da estrutura sindical rural e a busca de “alternativas” para o campo, colocam em evidência a oportunidade e o desafio de analisar este processo considerando a complexidade das relações entre política contestatória e política institucionalizada.

Tal como sugere Silva (2015, p. 137), buscar a distinção entre atores, espaços sociais e repertórios de ação no conceito de movimento social, contribuiria para superar a imprecisão teórica gerada e “forneceria instrumentos analíticos mais qualificados para abordar as complexas, heterogêneas e mutáveis relações entre movimentos sociais e Estado”.

Então, acionando a designação “pequeno agricultor”, o sindicalismo rural gaúcho movimentou a década de 1980, com manifestações e lutas por preços “justos” para produtos agrícolas, crédito rural, política agrícola, saúde e previdência social. Nesse processo, tendo como ponto de partida grandes mobilizações realizadas conjuntamente com organizações de médios e grandes agricultores e marcadas pela oposição entre agricultura e setores urbanos (indústria, bancos), na metade final da década dá-se a distinção em relação aos grandes produtores, consubstanciada na reivindicação por uma política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores. A partir dos estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, em particular –, essa bandeira unificaria a luta de amplos setores sindicais rurais, que não se apresentavam de maneira coesa. A definição, organização e mobilização das lutas eram permeadas por posições diversas e projetos políticos em disputa. A *rede de atores* estabelecida no período envolveu não apenas as organizações sindicais, mas também o tecido associativo presente nos pequenos municípios, de forte base agrícola. Para tanto, distintos repertórios de luta e mobilização foram acionados, envolvendo desde a ocupação de espaços públicos (estradas, agências bancárias) até a ação no ambiente parlamentar (Assembleia Constituinte ou processo legislativo ordinário). Desse modo, as intersecções entre política contestatória e política institucionalizada dão a perceber sua complexidade, isso a partir da atuação, em ambos os polos, dos movimentos. Articulam-se, assim, o trancamento de estradas e a presença em um gabinete ministerial, em Brasília; a ocupação de uma agência bancária e a intermediação com o executivo federal por meio de um deputado federal (que conta com dirigentes sindicais na base de apoio que o elegeu). Do mesmo modo se articulam a dimensão contestatória presente na reivindicação da queda da correção monetária dos empréstimos bancários realizados por pequenos agricultores e a dimensão propositiva e institucionalizada presente na demanda por uma política agrícola diferenciada.

É, então, no contexto de intensa mobilização social por questões referentes à política agrícola que o debate acadêmico forja, em um processo de poucos anos, o termo agricultura familiar. A adesão ao termo por parte das duas grandes entidades sindicais nacionais – Contag e CUT – será rápida, até porque próximas as relações entre movimentos sociais e academia. Ainda que mantido o termo pequeno agricultor como recurso de linguagem, será o termo agricultura familiar o considerado como mais representativo do projeto de sociedade

defendido por lideranças e dirigentes dessas organizações rurais. A convergência na utilização do termo entre movimentos sociais rurais, pesquisadores e agentes do Estado dá-se na metade da década de 1990, com a instituição do Pronaf, expressando o ponto de chegada também das mobilizações empreendidas pelo sindicalismo rural do sul do Brasil e seu projeto de política agrícola diferenciada, com ênfase no crédito rural.

O estudo das complexas relações estabelecidas nas fronteiras entre movimentos sociais, sociedade civil e Estado, buscando a distinção entre atores, espaços sociais e repertórios, mostra-se assim promissor quando o pensamento aplicado a contextos rurais, no caso, o sindicalismo rural do sul do Brasil⁷³.

4.2 DÉCADA DE 1990: O RECONHECIMENTO ESTATAL DA CATEGORIA E POLÍTICAS DIFERENCIADAS⁷⁴

Nesse item, buscamos abordar o processo de constituição da categoria agricultura familiar no Brasil valendo-nos da contribuição oferecida por duas perspectivas que, cremos, oferecem outra maneira de olhar este processo: a perspectiva da *legibilidade*, proposta por James Scott (1998), e a perspectiva de análise do Estado a partir da relação com suas *margens*, tal como proposto por Veena Das e Deborah Poole (2004). E, na sequência, realizamos um esforço de síntese de uma análise alternativa sobre a criação do Pronaf enquanto processo que, a um só tempo, constitui o Estado e constrói legitimidade de um setor

⁷³ Permanece o desafio, por outro lado, de incorporar a dimensão partidária e eleitoral – expressa, por exemplo, na originalidade da presença do Partido dos Trabalhadores no cenário político da década de 1980 –, o que permite avançar, por exemplo, na exploração da relação entre movimentos sociais e Estado.

Como evidência empírica da importância da incorporação da dimensão partidária e eleitoral, cabe destacar que o sindicalismo rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul, em sua vertente fetaguiana, em 1986, havia elegido como Deputado Federal Constituinte o assessor sindical da associação regional de sindicatos de trabalhadores rurais, Vicente Bogo, PMDB (posteriormente, Bogo foi um dos fundadores do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira], e, representando o partido na chapa majoritária, foi Vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul no período 1995-98, no governo de Antônio Britto, PMDB). A campanha eleitoral se desenvolveu com a oposição dos sindicatos cutistas da região, que denunciaram o uso político e estrutura da associação regional para a campanha do candidato, embora o Partido dos Trabalhadores da região também houvesse lançado dois candidatos Constituintes (federal e estadual), “presidentes licenciados” de STRs cutistas da região. Ferreira *et al.* (2008, p. 166) identificam o Deputado Vicente Bogo como o único representante do movimento sindical rural na Assembleia Nacional Constituinte, havendo uma avaliação positiva (por parte dos movimentos sociais) sobre sua atuação parlamentar.

⁷⁴ Uma primeira versão deste item, com o título *A constituição da categoria “agricultura familiar” no Brasil à luz da perspectiva da legibilidade e a partir das margens do Estado*, foi discutida no Grupo de Trabalho 8 – *Políticas Públicas e Intervenção do Estado na Agricultura Familiar e na Segurança Alimentar e Nutricional*, durante o VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em Natal (RN), em 2016. E, uma segunda versão foi submetida à apreciação da *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales – ReLaER* (Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – ALASRU), sendo publicada em sua edição mais recente. Ver: BELEM; RADOMSKY, 2018.

social específico (agricultores familiares), por meio da relação que se estabelece entre movimentos sociais rurais, estudiosos do rural e agentes do Estado.

4.2.1 A constituição da categoria agricultura familiar no Brasil à luz da perspectiva da legibilidade

Em que pese os esforços empreendidos pelos movimentos sociais e pelos estudiosos do rural, tanto na luta por uma política agrícola diferenciada quanto na busca de atualização da compreensão sobre o rural, a criação e consolidação inicial do Pronaf foram indissociáveis do processo de produção de *legibilidade* sobre a agricultura familiar. Este processo, desenvolvido no início dos anos 1990, teve por base, especificamente, a pesquisa FAO/INCRA⁷⁵, que buscou caracterizar a agricultura familiar no Brasil, quantificando e estratificando-a, concebendo categorias diferenciadas de agricultores familiares, a saber: consolidados, em transição e periféricos (FAO; INCRA, 1994). Enfim, a investigação estabeleceu uma métrica para a melhor compreensão desta população.

Com inspiração na governamentalidade foucaultiana, James Scott (1998) desenvolve o conceito de legibilidade⁷⁶, maneira de o Estado apreender a realidade simplificando-a, constituindo “mapas abreviados”; mas, também, refazendo-a (ou, constituindo-a).

Scott (1998), examinando os esforços estatais realizados no sentido da sedentarização de populações que se deslocam regularmente⁷⁷, percebe esses esforços como tentativas do Estado de tornar a sociedade legível, organizando a população de maneira a simplificar as funções estatais clássicas, como tributação, recrutamento e prevenção de rebeliões. O autor, então, passa a compreender a legibilidade como um problema central das práticas de formação do Estado.

Patrice Schuch (2015), valendo-se da contribuição de Scott para o estudo sobre populações em situação de rua, sintetiza:

⁷⁵ O resultado da pesquisa foi divulgado na publicação “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável”, sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (FAO; INCRA, 1994).

⁷⁶ Jasanoff (2012) situa o conceito de *legibilidade* de Scott “em algum lugar entre a eficiência administrativa weberiana e a governamentalidade foucaultiana”.

⁷⁷ James Scott (1998) parte do contexto da região em que desenvolve sua pesquisa – Sudeste Asiático – e as tensões existentes entre povos da montanha que desenvolvem uma agricultura de queimada (coivara) e a população dos vales com uma agricultura baseada no arroz irrigado. No entanto, o autor considera que a questão abrange outros grupos sociais, como nômades e pastores, caçador-coletores, ciganos, moradores de rua, escravos fugitivos, servos, etc.

tornar uma população legível ao Estado implica em procedimentos de padronização que configuram espécies de “mapas abreviados” que refazem as realidades que retratam e que são fundamentais para a ação política e o controle efetivado pelo Estado. (SCHUCH, 2015, p. 129)

Assim, a exemplo da pesquisa FAO/INCRA acima mencionada, “pesquisas censitárias e de perfis populacionais são fundamentais para a produção da legibilidade de determinados grupos ao Estado, possibilitando refazer as realidades que retratam a partir de processos de padronização, racionalização e simplificação” (Schuch, 2015, p. 128).

James Scott (1998), ao se questionar sobre como o Estado passa a obter controle sobre os súditos e o meio ambiente, considera como uma compreensível tentativa de legibilidade e simplificação processos tão díspares estabelecidos pelo Estado como a criação de sobrenomes, a padronização de pesos e medidas, os levantamentos cadastrais e registros de população, a invenção da posse da propriedade plena, a padronização da linguagem, a concepção das cidades ou a organização de transporte. Por outro lado, se estas simplificações sociais introduzidas reforçam a capacidade do Estado, elas tornam possível desde intervenções como vigilância política até medidas de saúde pública ou alívio para os pobres. (Scott, 1998, p. 2-3)

No caso da pesquisa FAO/INCRA, os pesquisadores estabeleceram a distinção entre agricultura patronal e agricultura familiar. Particularmente, com relação à agricultura familiar, os pesquisadores procedem a sua categorização em três diferentes grupos: grupo dos periféricos, grupo de transição e grupo dos consolidados.

Para um total de 5,8 milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil (1985), 1,46 milhões seriam patronais (25,2%) e 4,34 milhões seriam familiares (74,8%). Entre esses últimos, 50% foram classificados como *periféricos*; 23,5%, como *em transição*; e 26,5%, como *consolidados*. (Blum, 1999, p. 64-65)

Os diferentes grupos foram construídos a partir de critérios de renda (salário mínimo), diferenciando-os conforme a capacidade de *reprodução do capital*. O grupo dos periféricos foi composto por propriedades agrícolas (unidades familiares) que gerariam uma renda inferior ao patamar de *reprodução simples* (sugerindo a proletarização futura deste grupo); o grupo de transição geraria uma renda no âmbito da *reprodução simples* ou um pouco acima, apresentando *potencialidade de crescimento econômico*, a depender das políticas públicas empregadas, podendo inclusive alcançar o grupo seguinte; o grupo dos consolidados, com renda que lhes permite a *reprodução ampliada*, poderia sustentar seu próprio desenvolvimento sem necessidade de apoio público, inclusive incorporando terra e mão de

obra dos grupos anteriores.

Decorrente dos resultados da continuidade da pesquisa FAO/INCRA (segunda metade da década de 1990), e com base nessa classificação, a partir de 1999, o Pronaf passou a estabelecer condições de crédito diferenciado para os diferentes grupos. Foram criados os grupos A, B, C e D; ou, Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D.

O grupo “A” é formado por assentados da Reforma Agrária e também pelos beneficiários do Crédito Fundiário.

O grupo “B” é constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida no ano, em R\$ 1.500.

O grupo “C” é composto por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$ 1.500 e R\$ 8.000.

O grupo “D” é compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização, com renda bruta familiar entre R\$ 8.000 e R\$ 27.500. (Bianchini, 2015, p. 33)

No entanto, a pesquisa FAO/INCRA, seus resultados e usos, enquanto prática de legibilidade, não se desenvolveu de forma isolada no interior do Estado. A relação, a influência, a negociação e o diálogo com o movimento social estiveram presentes, como demonstram, por exemplo, a elaboração e o conteúdo do documento *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural* (1994), sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e da Contag, redigido por comissão instituída por Portaria, logo, reconhecido na burocracia estatal.

Em um contexto de pleno processo de modernização da agricultura brasileira, se considerarmos os termos propostos por Scott (1998), podemos afirmar que se tratava de um mundo natural já organizado, pois a natureza havia sido racionalizada por meio de uma agricultura exercida com base em resultados da pesquisa agrícola de base científica. Mas, desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, pipocavam protestos de agricultores que questionavam aspectos da política agrícola em curso, que sustentava a implantação desta “revolução verde”. No caso dos pequenos agricultores, as demandas tinham relação com os financiamentos do crédito rural (juros cobrados). Mas, quem eram estes agricultores? Acreditamos que a pesquisa FAO/INCRA contribuiu tanto para o conhecimento desta população, “refazendo” a realidade retratada pelo Estado, na perspectiva da legibilidade, mas também criando e fortalecendo a legitimidade da demanda dos movimentos sociais rurais: a necessidade de política agrícola diferenciada.

Scott (1998), ao debruçar-se sobre a busca de uma explicação sobre o fracasso de grandes planos utópicos de engenharia social ao longo do século XX – questão de fundo de seu livro –, sugere a combinação de quatro fatores. O primeiro fator indicado pelo autor é o

ordenamento administrativo da natureza e da sociedade, tratado no parágrafo anterior. O segundo fator é a “ideologia modernista”, expressa na crença no progresso científico e tecnológico e na expansão crescente da produção para a satisfação das necessidades humanas, implicando no domínio da natureza e no planejamento racional da ordem social. O terceiro fator, considerado “letal” pelo autor quando combinado com os anteriores, é a presença de um Estado autoritário, disposto e capaz de utilizar seu peso coercitivo para a implementação de um projeto de modernização. Por fim, o quarto fator referido por Scott trata da presença de uma sociedade civil “prostrada”, sem capacidade de resistir a este plano. (Scott, 1998, p. 4-5)

O autor sintetiza os quatro fatores:

Em suma, a legibilidade de uma sociedade fornece a capacidade de engenharia social em larga escala, a ideologia modernista fornece o desejo, o Estado autoritário fornece a determinação de agir sobre esse desejo, e uma sociedade civil incapacitada fornece o terreno social nivelado em que construir. (SCOTT, 1998, p. 5, grifos nossos)

Buscando traçar um paralelo com a experiência brasileira, cremos possível observar a presença desses quatro fatores no processo de modernização da agricultura brasileira, no período pós-1964. Cabe a ressalva de que a ditadura militar não estabeleceu limites na utilização de métodos para a contenção da sociedade civil. A própria resistência da sociedade civil, que se expressou no surgimento de lutas e na constituição de organizações e movimentos sociais que questionavam o Estado autoritário, acabou por abrir brechas para a emergência do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

No entanto, se a democratização ataca as bases dos dois últimos fatores apontados por Scott (1998), os recentes trinta anos da democracia brasileira mantêm o vigor dos dois primeiros fatores indicados: a busca do ordenamento administrativo da natureza e da sociedade e a ideologia modernista. No caso do processo de constituição da noção de agricultura familiar, a pesquisa FAO/INCRA e o atual banco de dados do Pronaf ilustram o primeiro; de outra parte, a crença no conhecimento científico e técnico e a busca incessante pelo aumento da produção e da produtividade na pesquisa agrícola (vide organismos geneticamente modificados) – mesmo entre os agricultores familiares – ilustram tanto o primeiro quanto o segundo fator apontado (ideologia modernista).

Seguindo o caminho trilhado por Patrice Schuch (2015, p.123), que identifica como problema a abordagem de Scott (1998) sobre as práticas de legibilidade centradas na sua “perspectiva muito homogênea do próprio Estado e da ação de suas tecnologias de governo”, rever sob uma ótica diferente a constituição da noção de agricultura familiar parece revelar

outra complexidade.

4.2.2 Movimentos sociais rurais produzindo Estado a partir de suas margens

O processo de constituição da noção de agricultura familiar no Brasil é tributário de um conjunto de lutas de resistência à ditadura militar empreendidas por grupos de camponeses e suas lideranças ao longo dos anos de 1960 e 1970, bem como de uma miríade de iniciativas organizativas no campo realizadas na década de 1970, a grande maioria delas com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Particularmente, consideramos que o antecedente imediato da constituição da agricultura familiar como categoria política, no início dos anos 1990, pode ser encontrado em pertencimentos forjados no período de lutas realizadas ao longo da década de 1980, que demandavam preço de produtos, política agrícola, reforma agrária e política previdenciária, entre outros, e desenvolvidos no sul do Brasil pelo sindicalismo de pequenos agricultores.

Buscando analisar este processo sob outras perspectivas, pouco exploradas na bibliografia sobre o tema, pensamos ser possível articular alguns elementos da contribuição de Michel Foucault. O conceito de *biopolítica*, na expressão do “fazer viver e deixar morrer”, oferece pistas para a reflexão sobre a agricultura familiar⁷⁸.

Os movimentos sociais rurais que surgem na cena nacional, no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, denunciam o modelo excludente da “modernização conservadora”, projeto modernizante para a agricultura brasileira implantado pela ditadura militar, reação à alternativa de desenvolvimento via reforma agrária que polarizou o debate nacional no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Creemos ser possível considerar o projeto de modernização da agricultura nacional com base no desenvolvimento de um empresariado rural, presente no Estatuto da Terra⁷⁹, como uma expressão da biopolítica. Partindo de um projeto de sociedade moderna, capitalista, racional, o governo militar executou políticas de Estado para “fazer viver” setores da população (urbana e rural) que sustentaram e desenvolveram esse projeto, com o suporte de políticas públicas de crédito rural, preços mínimos, pesquisa agrícola, extensão rural, apoio à constituição de um parque industrial de máquinas e equipamentos, adubos e fertilizantes, química e farmacêutica, bem como a indústria alimentar. De outro lado, políticas para o

⁷⁸ Foucault (2010), Castro-Goméz (2007).

⁷⁹ Lei publicada no final do ano de 1964 e que expressa a visão e o projeto do regime militar para o campo brasileiro.

“deixar morrer” foram implementadas junto às populações rurais camponesas⁸⁰. Tal como Foucault observava no *racismo* de Estado, nós entendemos ser possível considerar como um tipo de racismo o projeto de *extermínio* dirigido às massas camponesas da época.

Como expõe Castro-Goméz (2007):

En suma, Foucault quiere presentar una genealogía del racismo como tecnología biopolítica en manos del Estado que se concretiza en diferentes situaciones. Lo que le interesa, entonces, no es el racismo “en sí mismo” sino el racismo en tanto que formación discursiva y dispositivo estatal de guerra sobre poblaciones indeseadas al interior de las fronteras de Europa. Poblaciones sobre las que la biopolítica no se aplica como tecnología para “hacer vivir”, sino como estrategia para “dejar morir”, es decir, para matar. (CASTRO-GOMÉZ, 2007, p.158)

Para a constituição do Brasil como uma sociedade moderna, as massas camponesas representavam o arcaico, o atraso, o tradicional. Para essa população, expulsa do campo nos processos de êxodo rural, restava a *disciplina* das fábricas⁸¹. No caso do Rio Grande do Sul, grandes contingentes de agricultores expulsos do campo deslocaram-se para o Vale dos Sinos, empregando-se na indústria de calçados.

Para Santiago Castro-Gómez (2007):

Foucault intenta pensar cómo la biopolítica buscaba favorecer la emergencia de un tipo deseado de población (como prototipo de normalidad) a contraluz y mediante la exclusión violenta de su “otredad”. La biopolítica declara como “enemigos” de la sociedad a todas aquellas razas que no se ajusten a la norma poblacional deseada. Con otras palabras, la biopolítica es una tecnología de gobierno que “hace vivir” a aquellos grupos poblacionales que mejor se adapten al perfil de producción necesitado por el Estado capitalista, y “deja morir” en cambio a los que no sirvan para fomentar el trabajo productivo, el desarrollo económico y la modernización. Frente al peligro inminente que representan estos enemigos, la sociedad debe “defenderse” y para ello está justamente la biopolítica. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 156-157)

⁸⁰ Para Wanderley (1999), “[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995).

Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”. (WANDERLEY, 1999, p. 38) [WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**, 1995. Mimeo]

⁸¹ A alternativa ao êxodo rural foi (é) a migração para regiões de fronteira agrícola. Wanderley (1999, pp. 44-48) identifica a referência a este processo histórico presente em inúmeros textos da literatura nacional. Mas, se, por um lado, a migração surge como a possibilidade para o exercício da autonomia da condição camponesa, fugindo de situações de submissão ao grande proprietário ou à escassez de terras, por outro, também é um espaço de exclusão social. “É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização” (SANTOS, 1983 [1993] *apud* WANDERLEY, 1999, p. 47). [SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta; do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.]

Todavia, este processo não ocorreu sem o desenvolvimento de mecanismos de resistência por parte dos “excluídos”. Lutas pela reforma agrária e políticas agrícolas diferenciadas para os pequenos agricultores forjaram movimentos sociais rurais, tendo como um dos seus resultados, no início dos anos 1990, a constituição da categoria política “agricultura familiar”.

Presente desde as massivas lutas de março-abril de 1987, quando o sindicalismo rural de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul reivindicou e conquistou a queda dos juros dos financiamentos agrícolas do Plano Cruzado, a diferenciação entre pequenos, médios e grandes agricultores no acesso às políticas públicas compôs a agenda “setorial”.

Com o Pronaf, ocorre o reconhecimento estatal da necessidade dessa diferenciação, e inicia-se um novo período de *normalização*. Políticas públicas específicas são desenhadas e dirigidas aos agricultores familiares.

Contraditoriamente, talvez, o resultado da resistência e luta de um setor específico de pequenos agricultores, modernizados, em processo de exclusão, transforma, de certa maneira, o “deixar morrer” em “fazer viver”. Fazer viver agricultores familiares que buscam sua participação e presença no projeto de sociedade nacional.

Porém, este “fazer viver” implica uma nova normalização, uma nova disciplina, orientada por uma perspectiva produtivista/economicista (ideologia modernista) em que a agricultura em pequenas propriedades passa a ser aceita. Mas, quer-se um agricultor (familiar) que possa participar do projeto de sociedade moderna, capitalista, racional (tal como no período militar); então, quer-se um agricultor familiar com “espírito” capitalista empresarial, que muito perdeu de sua campesinidade⁸².

Com o apoio da contribuição de Veena Das e Deborah Poole (2004), cremos possível desenvolver a reflexão sobre alguns elementos que poderiam ter participado do processo de transformação do “deixar morrer” em “fazer viver”. Valendo-nos da discussão de Schuch (2015), não é o caso, então, de caracterizarmos a atuação destes movimentos sociais rurais enquanto *margens* que *colonizaram* o Estado?

Para avançarmos nesta direção, é importante, primeiramente, afastar a ideia de um Estado uno e centralizado, ou, “a partir das noções de sua transcendência, homogeneidade ou completude” (SCHUCH, 2015, p. 139). Torna-se mais promissor, tal como defendem Das e Poole (2004, p. 7), imaginar o Estado como um projeto sempre incompleto, que deve ser

⁸² Noção desenvolvida por Klaas Woortmann, “entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (Woortmann, 1990, p. 12-13).

refundado constantemente.

Patrice Schuch (2015) afirma acreditar

que a abordagem proposta por Das e Poole (2004)⁸³ convida também a explorar a sua produção a partir das “margens”. Em minha opinião, o que é interessante nesta perspectiva é a possibilidade de abertura para considerar a produção de legibilidade não apenas como uma dimensão unilateral de um Estado centralizado que produz “mapas abreviados” que simplificam, controlam e refazem as realidades que retratam (Scott, 1998)⁸⁴. (SCHUCH, 2015, p. 123-124)

Pensarmos as *margens* como espaços que *colonizam* o Estado, em que “a própria produção de legibilidade também pode ser um espaço em que novas inscrições políticas são efetivadas”, bem como a perspectiva de “diferentes modos de habitar suas normas e categorias e coproduzi-las e coproduzir-se nesse mesmo processo” (Schuch, 2015), permite-nos lançar outras luzes para a compreensão da formação da noção de agricultura familiar.

A definição e caracterização da agricultura familiar presente na normativa estatal que cria o Pronaf, no ano de 1995, constitui-se no culminar de um processo que tem sua origem na década anterior, nos anos 1980.

Tanto na mobilização nas estradas ou nas negociações em Brasília como na atuação junto à Assembleia Constituinte e na discussão da Lei Agrícola (e a Lei Agrária) no Congresso Nacional, vemos a possibilidade de análise dos movimentos sociais rurais em questão na qualidade de *margens* que *colonizam* o Estado, produzindo legibilidade.

Acreditamos que, de um ponto de vista simbólico e documental, este processo atinge o seu ápice com a edição do documento *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural* (1994), de elaboração conjunta entre o Ministério da Agricultura e da Contag, referido no início do trabalho. A comissão técnica constituída para sua redação era composta por dezesseis membros: oito deles representando o Ministério da Agricultura e oito representando a Contag (BRASIL, 1994). Dos oito representantes da Contag que compunham a comissão técnica, dois (25%) eram lideranças regionais e estaduais que conduziram as Lutas de 1987 no Rio Grande do Sul.

Neste contexto, retomamos a pesquisa FAO/INCRA, abordada na primeira parte do texto, para evidenciar, confrontando o exposto acima, o ambiente no qual ela foi desenvolvida. Por outro lado, cabe ressaltar a significativa presença de pesquisadores vinculados à universidade, tanto na coordenação da pesquisa quanto no corpo de consultores

⁸³ DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: comparative ethnographies. In: _____ (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 3-33.

⁸⁴ SCOTT, James. **Seeing Like a State**. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

(Guanziroli e Cardim, 2000). Apontamos esses elementos para reforçar perspectivas que consideram “a produção de legibilidade não apenas como uma dimensão unilateral de um Estado centralizado” (SCOTT, 1998⁸⁵ *apud* SCHUCH, 2015, p. 123). Aqui, podemos considerar, ao menos, a convergência de movimentos sociais, agentes do Estado e universidade na *produção de legibilidade* da agricultura familiar.

Casado (2014), analisando a “definição da agenda” do Pronaf no governo FHC, registra os diferentes posicionamentos existentes no “desenho” do Programa entre, por exemplo, o gestor estatal responsável pela agenda setorial, o coordenador da pesquisa FAO/INCRA e a Contag. Para o gestor, na definição de *agricultor familiar* prevaleceu a proposta da Contag, por ele defendida junto ao governo, embora discordasse da resultante centralização do Pronaf no crédito rural (ênfase dada pela Contag, e que preponderou). Para o coordenador da pesquisa FAO/INCRA, não foram consideradas as recomendações da pesquisa, que propunha um público diferente para ser abarcado na definição de *agricultura familiar*. Inclusive, declara o uso instrumental de dados da pesquisa pela Contag (tabelas) na constituição da sua defesa do Programa. (CASADO, 2014, p. 94-108; 127)

Por fim, esta convergência de movimentos sociais, agentes do Estado e universidade⁸⁶ leva-nos à seguinte questão: considerando a perspectiva do afastamento da ideia de um Estado uno e centralizado, menos ainda cabe a ideia de considerar as *margens* como um ente unificado. A diversidade que compõe as *margens* aparece no texto de Schuch (2015), assim como foi possível observá-la no processo de lutas do sindicalismo rural gaúcho durante os anos 1980, por meio de iniciativas de diferenciação implementadas entre organizações representativas e, no interior dessas, entre correntes políticas.

Conforme exposto na construção da genealogia da categoria agricultura familiar, onde foi dada evidência à contribuição do sindicalismo rural do sul do Brasil, Rio Grande do Sul em particular, autores⁸⁷ têm sublinhado a “marca” da produção familiar do sul do Brasil acompanhando o desenho da política pública, do Pronaf. Para ilustrar a afirmação, recorreremos ao momento específico destacado por Bianchini (2015), quando da realização do seminário do

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Na formulação do Pronaf, alguns atores tiveram um papel de destaque, seja a partir da função ocupada na estrutura de governo, na direção ou assessoria de entidade de representação de agricultores, ou pela contribuição enquanto pesquisador de instituto de pesquisa ou universidade. Para fins de registro, os pesquisadores/docentes José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay estão entre aqueles que aportaram ao desenho e implementação do Pronaf. Na pesquisa conduzida, não nos detivemos em acompanhar e aprofundar a trajetória e a contribuição pessoal desses e outros atores que se destacaram na viabilização da política pública. De qualquer maneira, o tema é instigante o suficiente para compor agenda futura de pesquisa visando o aprofundamento do tema.

⁸⁷ Exemplo de Grisa e Sérgio Schneider (2015).

Fórum Sul dos Rurais da CUT (município de Chapecó, 1993). A ênfase no crédito agrícola e a utilização de propostas e termos do âmbito da microeconomia⁸⁸ reforçam a perspectiva de uma ideologia modernista. Em síntese, seguindo Scott (1998), diríamos que a ideologia modernista – enquanto desejo – segue a concepção e execução do programa⁸⁹.

Como síntese do exposto até aqui, diríamos que, considerando o recente meio século de história do campo brasileiro, partimos de um período autoritário, no qual, nos termos de Scott (1998), estariam reunidos os quatro fatores que explicariam os grandes fracassos dos planos utópicos de engenharia social: legibilidade, ideologia modernista, Estado autoritário e sociedade civil debilitada. Aquela engenharia social pressupunha o extermínio de massas de camponeses que não teriam lugar no projeto de sociedade almejado pelos ideólogos do regime ditatorial, contribuindo para a promoção do “deixar morrer” desta população.

Do final do período autoritário, quando, no fervilhar do ressurgimento e atuação de movimentos sociais rurais, diferentes designações foram acionadas no embate político (lavradores, sitiantes, posseiros, pequenos agricultores, etc.), chegamos aos primeiros passos da redemocratização da sociedade brasileira, quando surge a contribuição do termo agricultura familiar – oriundo do debate proporcionado por pesquisadores situados na academia –, rapidamente incorporado pelos diferentes atores que participavam da arena de políticas públicas para o rural (movimentos sociais rurais, pesquisadores da universidade, agentes do Estado).

Como antecedente imediato à política que expressou o reconhecimento estatal à demanda do sindicalismo rural por uma política agrícola diferenciada (Pronaf), a pesquisa FAO/INCRA⁹⁰ foi fundamental enquanto prática de legibilidade, construindo uma métrica para a compreensão desta população, quantificando e estratificando-a, estabelecendo suas características e “problemas” a ela associados, indicando a ação a ser seguida pela política

⁸⁸ Tais como: reconversão produtiva, recuperação da infraestrutura dos estabelecimentos rurais, adequação tecnológica, redução dos custos de produção, aumento da produtividade agrícola, competição com agricultores dos países do Mercosul.

⁸⁹ Retornaremos a essa questão ao longo do texto.

⁹⁰ As agências internacionais do sistema das Nações Unidas – ONU e da Organização dos Estados Americanos – OEA tiveram importante incidência sobre as políticas nacionais setoriais desenvolvidas nos países latino-americanos, no caso, Brasil e Argentina. Além da FAO, aqui citada em função do projeto específico mencionado, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, com ênfases diferenciadas no tempo e no espaço, e tomando como referência o período pós-democratização e os dois países tratados, participaram ou promoveram visões e/ou enquadramentos sobre este setor social aqui abordado como agricultura familiar/agricultores familiares. No caso do FIDA, também cumpriu um papel fundamental no apoio à constituição da REAF, por meio do projeto FIDA/Mercosul. Como a pesquisa conduzida, dadas as características do período abarcado, acabou por enfatizar as iniciativas das organizações sociais rurais, atribuindo menor atenção aos governos – parceiros privilegiados das agências internacionais –, não foi estabelecido como objetivo da pesquisa aprofundar o papel desempenhado por essas agências, permanecendo a questão como referência para futuras pesquisas.

governamental. Oferecendo legitimidade social e reconhecimento estatal às demandas do sindicalismo rural, a política implementou, nas duas últimas décadas, um conjunto de ações visando ao “fortalecimento da agricultura familiar”, promovendo, assim, o “fazer viver” no lugar do “deixar morrer” – pelo menos para parcela desta população⁹¹.

Então, a retomada da organização social no campo e a promoção de lutas por melhores condições de vida e de trabalho forjaram um processo desde as margens, na perspectiva de Das e Poole (2004), incidindo na produção de legibilidade desta população, conformando, nos termos de Schuch (2015), diferentes modos de habitar as normas e categorias do Estado. Coproduzindo-as, mas, também, coproduzindo-se em um mesmo processo. E, assim, fazendo o Estado.

⁹¹ A pesquisa de tese desenvolvida concentrou a atenção sobre o processo mais geral de construção da categoria agricultura familiar. Assim, mesmo considerando a diversidade presente no que é tratado como agricultura familiar, bem como outros pertencimentos que não se reconhecem nesta categoria, no período abordado, dos anos 1980 ao início dos anos 2000, o esforço empreendido pelas organizações aqui referidas, com o objetivo de dar visibilidade a este amplo espectro social, buscou unificar um entendimento e uma definição/caracterização do que seria a agricultura familiar, visando construir a “unidade na diversidade”. Conforme exposto anteriormente, serão a resistência e a luta de um setor **específico** de pequenos agricultores, modernizados, que constituiriam o novo “fazer viver”, orientado por uma perspectiva produtivista, e que forja um projeto que garante sua presença no projeto de sociedade nacional, o qual representa apenas parte das *margens*. Para o caso da Argentina, desenvolvido na sequência, observamos um movimento similar. Consideramos que será a partir de meados dos anos 2000 que outros atores, já atuantes, conseguirão evidenciar a diversidade da agricultura familiar, dando potência a outras denominações como expressão de outros projetos, não orientados por uma ideologia modernista.

5 A CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA

“Queremos que las distintas instancias de poder tomen conciencia de la necesidad de una política diferenciada para los productores familiares.”

Ramón Mansilla, dirigente do Mocase, em mobilização no Congresso Nacional
(*Clarín Rural*, novembro de 1997)

Em março de 2008, a apenas dois meses do início do governo de Cristina Kirchner – que sucede ao governo de seu marido Néstor Kirchner (2003-2007) –, deflagra o que ficou conhecido como *Conflicto do Campo* ou *Conflicto Agrário*, movimento reivindicatório que se tornou emblemático, pois, partindo de uma demanda setorial, polarizou o descontentamento latente de setores médios da sociedade argentina com os governos Kirchner.

À frente do movimento, a convergência inusitada das quatro grandes organizações “do campo”: *Federación Agraria Argentina* (FAA), *Sociedad Rural Argentina* (SRA), *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA) e a *Confederación Intercooperativa Agropecuaria* (Coninagro), organizadas em torno da Mesa de Enlace.

Convergência inusitada, pois a *Federación Agraria Argentina*, já havia alguns anos, desenvolvia um forte processo de diferenciação frente às outras organizações rurais, denunciando os malefícios causados pelo processo recente de transformações do campo argentino, e demandando a necessidade de políticas estatais de apoio à *agricultura familiar*, visando a outro modelo de desenvolvimento. A consigna da FAA – *Por una agricultura con agricultores* – parece bem expressar aquele momento vivido pela *Federación*⁹².

O conflito acabou sendo retratado pela mídia e construído/reconstruído por amplos setores da sociedade com base na polarização *campo x governo*. Assim, unificando o que seriam os interesses do *campo*, diluía toda a diversidade existente, em que a própria FAA havia empreendido enorme esforço para realçar durante o período imediatamente anterior, embora sem sucesso.

Com o intuito de quebrar a pretensa unidade do campo – ou desvelar a falsa unidade –, o governo de Cristina Kirchner passa a evidenciar a diversidade do campo argentino, buscando mostrar a ampla parcela da população rural que não seria representada pelas

⁹² Este foi o tema orientador do *Congreso Nacional y Latinoamericano sobre el uso y tenencia de la tierra*, organizado pela *Federación Agraria Argentina* e realizado em Buenos Aires, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2004 (FAA, 2005).

demandas e mobilizações daquelas quatro grandes organizações agrárias. Para tanto, convoca representantes de diversas organizações rurais, de atuação regional e/ou com pouca expressão nacional – característica do movimento social rural argentino – para o diálogo com o governo sobre políticas para este setor excluído, os “pobres do campo” – em oposição aos “ricos”, que demandariam benesses.

Aquelas demandas das organizações e movimentos rurais – até então capitaneadas pela atuação da FAA – que não encontraram eco durante o governo de Néstor Kirchner, por caminhos tortuosos acabam por ser incorporadas na agenda da nova gestão, sendo-lhes atribuída maior visibilidade social. Em consequência, o governo de Cristina Kirchner fortalece o espaço de concertação de políticas constituído havia três anos, o Foro Nacional de Agricultura Familiar.

Como compreender a dinâmica deste processo que levou a FAA a colocar-se em oposição aos governos *kirchneristas*, estabelecidos no bojo do processo latino-americano de conquista do poder estatal por forças políticas de centro-esquerda? Como explicar este “giro” após um processo regional de convergência política, levado à cabo por organizações rurais de pequenos agricultores – com a participação da FAA –, articuladas no âmbito dos países do Mercosul, e com atuação junto aos espaços oficiais regionais, que forjou e unificou a categoria *agricultura familiar* como referencial para a ação governamental e dos movimentos sociais?

Questões como estas, parece-me, perseguem aqueles que se aproximam ou buscam aprofundar sua compreensão sobre o processo recente em andamento na última década no campo argentino, considerando os posicionamentos das diferentes organizações e movimentos rurais frente àqueles que compartilham uma referência comum – agricultura familiar, por exemplo – e que se colocam em relação com o governo nacional, demandando políticas específicas e diferenciadas.

O objetivo deste capítulo não comporta a busca de respostas às questões listadas, mas pode contribuir para uma melhor compreensão daquele contexto.

Neste item, buscaremos apresentar alguns elementos que contribuem para o entendimento do processo de constituição da categoria agricultura familiar na Argentina, evidenciando processos ocorridos nos anos 1990⁹³. Para tanto, resgataremos alguns elementos

⁹³ O rumo que a pesquisa de tese seguiu não nos permitiu aprofundar o dinâmico processo social que transcorreu desde os anos 2000. Principalmente, a partir dos governos de Néstor e Cristina Kirchner, que envolveu desde a constituição do Foro Nacional de Agricultura Familiar – Fonaf, acima referido, e constituído em decorrência do processo de criação da REAF, bem como o “outro” Fonaf, posterior àquele, sigla da *Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar*.

históricos referentes ao processo nacional argentino para melhor nos situarmos.

5.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DA ARGENTINA

A imagem de Argentina “moderna” presente para nós, brasileiros, e que representa um esforço nacional de construir-se como nação, é um processo recente: retrata uma faceta do país vizinho que começou a se esboçar desde o último quarto do século XIX. O período colonial do território hoje identificado como Argentina esteve associado a uma dinâmica dada pelo eixo Peru–Bacia do Prata, na qual as riquezas da região andina eram escoadas através dos rios que conformam a referida bacia. Composto o que foram as unidades político-administrativas da Espanha na América, o Vice-Reino do Peru, que foi, posteriormente, desmembrado para constituir o Vice-Reino do Rio do Prata, não tinha como centro de sua dinâmica social e econômica a cidade de Buenos Aires ou sua região pampiana, onde se encontra inserida. As cidades de Jujuy, Salta, Tucumán e Córdoba compunham o eixo que representava o dinamismo do empreendimento colonial do período (século XVIII).

Após o movimento independentista e a constituição da república (1816), desenvolveu-se um período em que as elites locais buscaram se definir enquanto nação. É uma referência deste processo a ocupação do território da nova república por meio de ações militares, em que a campanha da *Conquista do Deserto* (1879) é emblemática (região patagônica e pampiana). Como o próprio nome sugere, a campanha parte da premissa – melhor, talvez, *constrói* a premissa – de que se tratava de um espaço demográfico vazio. Como, efetivamente, tratava-se de um território ocupado por diversos “povos originários” (tal como os Mapuches), a campanha militar foi realizada para promover o extermínio dessas populações, abrindo espaço para a construção da Argentina moderna. A Guerra do Paraguai também contribuiu para esses propósitos (1864-1870), possibilitando à Argentina incorporar parte do território paraguaio (atual província de Formosa, ao norte).

A Conquista do Deserto serviu para “esvaziar” a região pampiana, possibilitando a abertura à imigração europeia para a região, notadamente italianos e espanhóis. À época, o recente surgimento da inovação tecnológica dada pela possibilidade de emprego de navios frigoríficos para o carregamento de carnes no transporte oceânico de longo percurso, permitiu a ampliação do comércio de carne bovina entre a região pampiana e a Europa.

Cabe considerar a contribuição de Harriet Friedmann e Philip McMichael⁹⁴, que abordam a constituição dos regimes alimentares mundiais (*food regimes*⁹⁵), e exploram a relação entre o processo de industrialização europeu do século XIX e a formação do sistema de Estados modernos com a agricultura das colônias (*settler agriculture*), independentes ou não. Sob a hegemonia britânica, esses estados cumpriram um importante papel ao suprir o crescimento do proletariado europeu com alimentos baratos e constituir um novo tipo de mercado sob uma nova ordem internacional. No caso exemplar dos Estados Unidos, o complexo agroalimentar que daí emerge constrói as bases da hegemonia americana do século XX, tanto pela capacidade de exportação de grãos e ajuda alimentar quanto pela transformação da agricultura em um setor da indústria, em que as “corporações estadunidenses conduzem o processo de acumulação transnacional no qual é restringida a capacidade dos estados nacionais regularem sua produção e mercado domésticos” (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 94).

Segundo os autores:

Nós organizamos nosso argumento em torno do **conceito de regime alimentar**, o qual articula relações internacionais de produção e consumo de alimentos em formas de acumulação, distinguindo períodos de transformação capitalista desde 1870 [...] (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 95, grifos nossos, tradução nossa).

Em suma, para os autores, o conceito permite identificar “períodos estáveis de acumulação de capital associados com configurações particulares de poder geopolítico,

⁹⁴ Ver, entre outros trabalhos dos autores, Friedmann; McMichael (1989) e Friedmann (2005).

⁹⁵ A primeira proposição do conceito de *food regime* foi realizada por Harriet Friedmann, em artigo publicado em 1987 [FRIEDMANN, Harriet. International regimes of food and agriculture since 1870. In: SHANIN, Teodor (ed.). **Peasants and peasant societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987. p. 258-276.]. Resultado de pesquisas conduzidas pela autora nas quais estudou a nova ordem alimentar internacional do pós-Segunda Guerra e o papel do programa estadunidense de ajuda alimentar como arma geopolítica no contexto da Guerra Fria. Após uma formulação mais sistematizada, a proposição foi apresentada em artigo conjunto com Philip McMichael, e publicada em 1989 na *Sociologia Ruralis* (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). Esta perspectiva teórica tem seus fundamentos na Teoria da Regulação Francesa e na Teoria do Sistema Mundial, com seus respectivos expoentes, Michel Aglietta e Immanuel Wallerstein. (McMICHAEL, 2009, p. 144; McMICHAEL, 2013, p. 01). Em sua introdução ao artigo referencial da abordagem – Friedmann e McMichael (1989) –, os autores apresentam a intenção de tratar do papel da agricultura no desenvolvimento da economia capitalista mundial e sua relação com a trajetória do sistema-estado no período pós-1870. Aqui, enfatizo a atenção dada ao exame da pressuposição identificada nas tentativas de construir as agriculturas nos países de Terceiro Mundo, especificamente o ideal de economia nacional em que a agricultura e a indústria complementar-se-iam de maneira dinâmica. Em termos históricos, este teria sido o caso de apenas um país, os Estados Unidos, e, ainda, em um período específico. A relação agricultura e indústria forjando o desenvolvimento nacional em uma espiral virtuosa foi utilizada como modelo teórico para os países periféricos no período pós-guerra, pelas teorias desenvolvimentistas (em um contexto de hegemonia norte-americana) ou mesmo nas teorias da dependência. (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989, p. 93-95).

condicionado por formas de produção agrícola e relações de consumo com e por meio de espaços nacionais” (McMICHAEL, 2005, p. 139)⁹⁶.

Na expressão mais recente da abordagem dos *food regimes*, elaborada por Friedmann (2005), consta que desde os anos 1870 foram constituídos três regimes alimentares (globais), quais sejam:

- a) diaspórico-colonial (1870-1914);
- b) mercantil-industrial (1947-1973);
- c) corporativo-ambiental: em emergência.

Na formulação original, o *primeiro regime alimentar* foi caracterizado pela combinação de importações das colônias tropicais para a Europa com a importação de grãos (trigo) e gado (carne) das colônias ocupadas. De um lado, produtos oriundos de monocultivos tropicais; de outro, produtos de origem temperada, que serviram para abastecer a emergente classe operária europeia, sobre-explorando os recursos naturais do Novo Mundo. (McMICHAEL, 2009, p. 141)

O regime alimentar *Diaspórico-colonial* (1870-1914) teria se desenvolvido em resposta aos movimentos da classe trabalhadora europeia. Para garantir a oferta de alimentos a baixos preços para a população urbana europeia (operariado), novas regiões agrícolas em outros continentes foram incorporadas (EUA, Austrália, Argentina), contando com a emigração em massa de agricultores da Europa para essas regiões. Como resultado, entre outros, esse processo teria possibilitado o surgimento de uma classe de agricultores familiares comerciais, fortemente orientados ao mercado.

A esta interpretação, desenvolvida com base em uma visão centrada na Europa, podemos agregar uma expressão local, a partir dos debates sobre o projeto de nação a ser construído, conduzido pelas elites nacionais. Tal como no Brasil, aqui também está presente a visão de que o “perfil” populacional não é adequado a um “desenvolvimento” que reproduzisse os processos europeus. A necessidade de uma alteração do perfil étnico da população foi tema corrente no século XIX e princípios do século XX. E a campanha militar argentina da Conquista do Deserto foi uma iniciativa para frear – com base no extermínio dos povos originários – a ampliação daquela característica do novo Estado nacional, transformando-o a partir da imigração de população europeia de origem espanhola e italiana.

⁹⁶ Para Bernstein (2015), a periodização proposta pelos autores tem a clara influência da Teoria da Regulação e do trabalho de Aglietta (1979) [AGLIETTA, Michel. **A Theory of Capitalist Regulation**. London: New Left Books, 1979.].

Então, uma Argentina construída como se fosse apenas Buenos Aires e seu entorno pampeano, com sua agricultura e pecuária (trigo; gado de raças europeias de corte e ovinos de lã), desenvolve-se a partir dos anos 1870⁹⁷.

As levas de imigrantes espanhóis e italianos ocupam o território do Pampa e a cidade de Buenos Aires. Na região pampiana, estes agricultores se dedicam à pecuária e à agricultura.

Dois grandes momentos são possíveis de identificação na ocupação do território do pampa. O primeiro, com o processo de colonização conduzido pelo Estado, com a disponibilização de terras a preços baixos; o segundo momento, com a ocupação conduzida majoritariamente por empresas colonizadoras privadas, quando houve uma acentuada alta no preço da terra. Como resultado do esgotamento deste modelo e a ocupação daquela fronteira agrícola, teremos uma grande diferenciação entre, de um lado, os imigrantes pioneiros, que chegaram à Argentina nos anos seguintes a 1870 e adquiriram terras a um preço baixo e, de outro lado, os imigrantes que chegaram depois de 1900 e não conseguiram adquirir terras, passando a trabalhar em terras arrendadas de grandes latifundiários ou de intermediários que as arrendavam do *terrateniente*. (BIDASECA, 2005, p. 59-60)

Bidaseca (2005), citando Hora (2002), descreve:

Recientemente, Hora (2002) ha señalado el grado de porosidad que caracterizaba a la elite en estas primeras etapas, en las que el bajo precio del suelo aseguró el ingreso a la clase alta y la actuación en el mundo público de los inmigrantes pioneros. Sin embargo, señala el autor, las biografías sobre el vertiginoso ascenso social de los primeros inmigrantes se volvieron excepcionales a partir de 1880, fundamentalmente por el elevado precio de la tierra. Su proceso de valorización contribuyó a moldear las características de la estructura agraria pampeana y de sus actores. Según Hora, “la combinación de un alza de la renta de la tierra y de un aumento de la oferta de fuerza de trabajo tuvo un efecto devastador sobre la capacidad de negociación de las clases subalternas (Hora, 2002: 207). (BIDASECA, 2005, p. 59)

Será neste contexto de uma sociedade constituída por agricultores imigrantes espanhóis e italianos e seus primeiros descendentes, com desenvolvimento de uma agricultura e pecuária orientadas ao exterior (de exportação), que terá lugar o surgimento do que é hoje a Federación Agraria Argentina e o seu mito de origem, seu evento fundador: o *Grito de Alcorta*.

No dia 25 de junho de 1912, na localidade de Alcorta, província de Santa Fé, região do pampa argentino, teve início um forte movimento de arrendatários que reivindicava alterações

⁹⁷ Coincidente com o regime alimentar *Diaspórico-colonial* de Friedmann e McMichael (1989).

nos termos dos contratos de arrendamento vigentes, movimento este que mobilizou em torno de cem mil agricultores – ou, *colonos*, segundo o termo empregado à época.

Na Argentina, até os dias de hoje o Grito de Alcorta é referido como evento que expressa um basta às condições consideradas injustas por parte daqueles setores marginalizados do campo.

Karina Bidaseca (2005), em sua tese de doutoramento denominada *Colonos Insurgentes: discursos heréticos y acción colectiva por el derecho a la tierra*, aborda o contexto em que é deflagrada a mobilização, buscando evidenciar aspectos culturais presentes naquele tempo e lugar, para além, então, das análises mais tradicionais de cunho economicista, pela autora considerado um fator necessário, mas não suficiente para explicar a ação coletiva. (BIDASECA, 2005, p. 56)

Partindo da análise da expansão agrária na região pampiana, ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX⁹⁸, a autora se detém no caso da província de Santa Fé para, inspirada em Edward P. Thompson, buscar compreender o mundo da vida naquelas colônias, desenvolvendo uma compreensão que a leva a cunhar o termo “tradição da dissidência”. (BIDASECA, 2005, p. 57)

Como vimos, hacia fines de siglo y a comienzos del nuevo, la “fisura” del orden hegemónico expresada en la Revolución de 1890^[99] y una de sus mayores aspiraciones, la Ley Sáenz Peña de 1912^[100], **instaló un nuevo discurso que va a ser resignificado por los arrendatarios en términos de derechos**. La efervescencia del movimiento obrero, la circulación de los discursos anarquistas y socialistas, como asimismo el discurso de la doctrina cristiana propulsada por los conductores del movimiento, introdujeron nuevos elementos para comprender la constitución del antagonismo. Mi hipótesis es que estos “exteriores discursivos” (Laclau y Mouffe, 1987) permitieron a los arrendatarios percibir críticamente la situación de subordinación y su paso a experimentar una situación de opresión, y poder, de esa forma, articular los reclamos en términos de derechos.

He notado que la protesta hunde sus raíces en la tradición de la disidencia y, especialmente haber resaltado la actuación de los colonos inmigrantes en el movimiento por las comunas autónomas de fines del siglo XIX, indica un antecedente sobresaliente para comprender la construcción del antagonismo. Sin embargo, pasaron algunas décadas hasta que los actores pensarán llevarlas a la práctica. (BIDASECA, 2005, p. 98, grifos nossos)

⁹⁸ O período 1880-1930 é considerado como de grande expansão e extraordinário crescimento econômico (BIDASECA, 2005, p. 58).

⁹⁹ Insurreição com forte apelo popular contra o governo central, considerada o primeiro ato político de massas da história argentina contemporânea. Embora derrotada pelo governo, proporciona as condições para o surgimento dos partidos políticos que representariam as demandas dos setores populares, tais como a União Cívica, a União Cívica Radical, a União Cívica Nacional, o Partido Socialista, o Partido Comunista e a Liga do Sul. (BIDASECA, 2005, p. 60)

¹⁰⁰ Eleito presidente em 1912, Roque Sáenz Peña atende aos anseios de reforma e o acesso à vida política para amplos setores da população por meio da *Ley General de Elecciones*, determinando o voto secreto aos adultos do sexo masculino. (BIDASECA, 2005, p. 61)

Na perspectiva da autora, faz parte dos antecedentes do movimento, a demanda por participação nos rumos da política local, expressa na lei que instituiu esta participação¹⁰¹.

O Grito de Alcorta ocorre poucos meses antes da eleição em Santa Fé – primeira província com eleições no âmbito da nova lei, na qual é eleito um governador da União Cívica Radical que apoiará as demandas do movimento e pressionará os latifundiários para aceitar as reivindicações.

Precisamente, el Grito de Alcorta aconteció pocos meses antes de que Santa Fe fuera la primera provincia que eligiera a sus autoridades con la nueva ley electoral. Autores como Solberg afirman que este nuevo contexto contribuyó a que el gobierno radical de Santa Fe adoptase una posición conciliadora frente a los arrendatarios en huelga y los terratenientes e influyó para que estos redujeran los cánones de arrendamientos. Esta actitud contrasta con el gobierno de la provincia de Buenos Aires donde la ley Sáenz Peña no había sido aún implementada (Hora, 2002: 216). (BIDASECA, 2005, p. 61)

No âmbito da atuação dos agricultores neste *ciclo de protestos* – referência de Bidaseca (2005) –, a direção do movimento convoca uma assembleia nacional de agricultores para ser realizada no dia 1º de agosto de 1912, na cidade de Rosário (Santa Fé), visando à constituição de uma organização sindical agrária. A convocação do evento a nomeava *Federación Unión Agrícola*, mas que será constituída com o nome de *Federación Agraria Argentina*. (BIDASECA, 2005, p. 103)

Bidaseca (2005) destaca o discurso de abertura da referida assembleia, onde Francisco Netri, advogado que assessorava o movimento e que presidiu a reunião, utiliza o termo *chacarero* para designar esses sujeitos, até ali referidos como *campesinos* ou *colonos*.

Irrumpe en ese momento discursivo el Sujeto del Pacto (Naishtat, 2000) producto de la enunciación. El momento de la decisión política que constituye al sujeto colectivo excluirá paradójicamente a aquél que vertebró la protesta: el “campesino”, colono, trabajador del surco, trabajador *sin tierra* en los distintos usos que otorgan los propios actores a una identidad, cuya falta de definición da cuenta de su alto contenido fragmentario. (BIDASECA, 2005, p. 104, grifo no original)

Para a autora, aí ocorre o que seria a “traición fundante”, quando aqueles arrendatários (campesinos, colonos, trabalhadores sem-terra), sujeitos dos protestos ainda em curso, começam a conformar um sujeito coletivo reconhecido enquanto *chacarero*, mas cuja identidade e demandas serão consolidadas em representação daqueles agricultores com acesso à propriedade da terra. (BIDASECA, 2005, p. 105-106)

¹⁰¹ Aqui, reforça-se a observação do capítulo anterior, constante em nota, sobre a importância de incorporar a dimensão partidária e eleitoral na análise, não nos sendo possível, aqui, ir além do simples registro.

O Grito de Alcorta e a denominação *chacareros* compõem a identidade desses agricultores do pampa argentino, de quem a Federación Agraria é a expressão, percorrendo todo o processo de mobilizações e lutas desde então. Atualmente, embora, talvez, apenas uma minoria dos filiados da FAA se reconheçam enquanto tal – *chacareros* –, dando evidência a outras identidades associadas aos ramos de especialização (suínos, hortigranjeiros, etc.), eles voltarão a acionar este termo em momentos de lutas e distinção frente a outros atores sociais (latifundiários, governo, ou setores urbanos).

5.2 O INÍCIO DO DEBATE SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA

Embora a incorporação do termo agricultura familiar no debate público argentino seja identificada como expressão da atuação do Brasil no âmbito do Mercosul, especialmente pelo protagonismo de seu governo na criação da REAF (pós-2004), essa incorporação é resultado de um processo mais longo e complexo. Consideramos que o desenvolvimento do acúmulo realizado no Brasil, e que resultou na conformação dessa noção, ocorreu em diálogo com atores sociais na Argentina (bem como no Uruguai e Paraguai) – ao menos com alguns setores localizados nas organizações e movimentos sociais rurais, principalmente, mas, também, na academia e mesmo em setores da estrutura governamental. Esse diálogo serviu para definir campos de possibilidades, unificar compreensões, estabelecer eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional. As organizações e movimentos rurais, principalmente, mantiveram forte articulação ao longo dos anos 1990.

A atuação do governo brasileiro por meio do Mercosul (e da REAF) foi fundamental por proporcionar a “roupagem oficial” a um processo já em curso, fortalecendo posições presentes entre os movimentos e pensadores do rural.

A ascensão do assunto para o âmbito multilateral regional permitiu o fortalecimento de posições minoritárias no âmbito interno, nacional. No caso da Argentina, a criação da REAF desencadeou um rápido processo de internalização daquelas diretivas, contando com o apoio e o protagonismo de setores governamentais. O tema passa então a compor a “agenda oficial” – logo, considerada legítima –, se não do conjunto da estrutura governamental setorial, pelo menos de parcelas dessa estrutura que ou já estavam convencidas do acerto desse caminho ou rapidamente aderem a esta perspectiva.

Torna-se relevante que se retomem alguns elementos, características, eventos, presentes no desenvolvimento desse processo que resultou na constituição da categoria agricultura familiar na Argentina.

No capítulo 2, apresentamos diferentes iniciativas integracionistas ocorridas no âmbito das organizações rurais e sindicais da região desde o início dos anos 1990, envolvendo também organizações não governamentais (ONG). Este é o caso dos eventos de 1991 – o Encontro Fronteiriço (março) e o Ato Público *Hacer nuestra la integración* (outubro) –, da participação das organizações nacionais na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, da criação da RIAD (maio de 1992) e da Coprofam (agosto de 1994). Ao mesmo tempo em que estas diferentes iniciativas possibilitaram o estabelecimento de relações entre pessoas, grupos e organizações de diferentes países, elas também forneceram o suporte (subjeto) para o desencadeamento de processos nacionais. Processos estes, que, se tinham como referência toda uma história de organização, vitórias e derrotas do recente período ditatorial, também passaram a ter uma forte relação com o exterior, com uma nova dinâmica dada pelas relações estabelecidas com outros atores dos países vizinhos, onde tanto eram influenciadas quanto influenciavam os demais processos nacionais.

No caso da Argentina, as articulações realizadas a partir da RIAD cumpriram um importante papel. A análise de alguns números do *ARGENTINA al DÍA*, separata do *RIAD al DÍA*, boletim da Rede Interamericana Agricultura e Democracia, oferece-nos uma visão sobre esse processo. A responsabilidade pela edição argentina do boletim esteve a cargo da ONG *Centro de Estudios y Promoción Agraria* – CEPA, e seu editor, Carlos Carballo, foi o representante da Argentina junto à RIAD, tendo participado da pesquisa apoiada pela FPH que deu origem à constituição da rede¹⁰².

Em março de 1994, no *ARGENTINA al DÍA* n.º. 4, é reproduzida a *Declaración de Montevideo*, emitida pelo *I Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur* (outubro de 1993) – reproduzida no Capítulo 2 –, ao mesmo tempo em que apresenta a convocação para o *2º Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Mercosur*¹⁰³, previsto para ser realizado em Córdoba, Argentina, entre os dias 2 e 4 de maio de 1994, em torno de seis meses após a realização do primeiro encontro. A matéria principal do boletim faz referência à crise estrutural que atinge os “produtores agropecuarios argentinos” e ao lançamento, no ano de 1993, do “Programa Social Agropecuario” (PSA) e do “Programa Federal de Reconversión Productiva para la Pequeña y Mediana Empresa Agropecuaria” (Cambio Rural). Tanto o PSA quanto o Cambio Rural são programas governamentais que cumpriram importante papel

¹⁰² Carlos Carballo participou da organização do Encontro Fronteiriço e do Ato Público *Hacer nuestra la integración*, em 1991 (informação pessoal).

¹⁰³ Mantivemos a grafia original presente no boletim.

enquanto iniciativa governamental que visava minimizar os efeitos dos ajustes de corte neoliberal promovidos pelos governos e que caracterizaram a década de 1990 na Argentina. Esses dois programas atravessaram todo o período dos governos Kirchner. Assim, no momento, gostaríamos de ressaltar o compromisso do boletim da RIAD com a análise da conjuntura nacional do setor agrícola. Também é digno de nota o registro da ocorrência de um “taller” em dezembro de 1992, no Chaco, sobre a “Crisis Algodonera Regional. Cambios estructurales y alternativas para los agricultores familiares”; ressalto, aqui, a presença do termo agricultores familiares em 1992. (RIAD, 1994a)

O número seguinte do boletim *ARGENTINA al DÍA*, referente aos meses de abril e maio de 1994 (nº. 5), dedica a matéria de capa à apresentação da RIAD e a matéria de centro ao aprofundamento da análise do programa Cambio Rural. O boletim reproduz a *Declaración de Córdoba*, resultado do *Segundo Encuentro de Dirigentes de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores del Conosur*¹⁰⁴. Consta da abertura da declaração: “Las entidades asistentes al segundo encuentro de Organizaciones de Productores Familiares y Trabajadores del Campo, que representan más de 11 millones de familias, reunidas en la ciudad de Córdoba en el marco de la Red Interamericana Agriculturas y Democracia (RIAD) manifestamos”. Reproduzo este extrato para destacar as diferentes formas de designação presentes – “Organizaciones de Productores Familiares y Trabajadores del Campo” – bem como enfatizar a relação com a RIAD – o evento se constitui em uma atividade da RIAD.

Por fim, é possível observar neste documento redigido no primeiro semestre de 1994 a presença do termo agricultura familiar e políticas diferenciadas (para a agricultura familiar). Além de duas referências constantes no texto, temos em sua conclusão:

Declaración de Córdoba

[...]

Ante esta situación los representantes de los productores familiares y trabajadores del campo reivindicamos:

4. Implementación de políticas agrarias que democratizen el acceso a la tierra.
5. Implementación de **políticas diferenciadas** que permitan el acceso al crédito, a la tecnología y asistencia técnica, entre otras, en condiciones adecuadas a las características de la **agricultura familiar**.
6. Participación en la elaboración y ejecución de las políticas que contemplen las propuestas de nuestras organizaciones.
7. Participación en las instancias de discusión y decisión del Mercosur y de otros espacios subregionales.
8. Advertimos la necesidad de contemplar las reivindicaciones presentes en esta declaración, caso contrario, la violencia del actual modelo político neoliberal imperante en nuestros países y que castiga no sólo a la **agricultura familiar**, sino

¹⁰⁴ Mantivemos a grafia original presente no boletim.

también a otros sectores productivos de la economía, profundizarán los graves conflictos ya existentes.

Córdoba, mayo 3 de 1994.
(RIAD, 1994b, grifos nossos)

Então, após seis meses da realização do primeiro encontro de dirigentes de organizações, a denominação de “pequeños y medianos productores” é substituída por “productores familiares” e “agricultura familiar”. As demandas resenhadas, em seu conjunto, continuam a refletir o sentido expresso na anterior Declaração de Montevideú.

Os termos presentes na Declaração de Córdoba, em maio de 1994, não nos devem causar estranhamento quando associados ao que ocorre, neste mesmo período, no Brasil. A Contag participou ativamente dessa instância (juntamente com a CUT) bem como desse Segundo Encontro, e, cabe lembrar, nessa época a confederação compunha a comissão MAARA/Contag, que elaborou o documento *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural* (1994), referido no capítulo 4. Logo, temos que considerar que, tanto na Argentina quanto no Brasil, o campo de debates ocorria em uma *frente* interna (nacional) e em uma *frente* externa (âmbito do Mercosul); entre organizações e movimentos rurais (caso do Segundo Encontro), e no âmbito de governos (caso da comissão MAARA/Contag).

A edição nº. 6 do boletim *ARGENTINA al DÍA*, agosto e setembro de 1994, dedica a matéria de centro ao aprofundamento da análise do outro programa governamental anteriormente citado, o Programa Social Agropecuário. Torna-se interessante registrar o sentido dado pelo editor à direção da análise do programa – o título da matéria é *Programa Social Agropecuario ¿Base para una Política Diferenciada?*.

Assim, na Argentina, no ano anterior à edição do Pronaf no Brasil, um periódico que podemos considerar que tivesse ao menos circulação entre importantes dirigentes de organizações e movimentos sociais rurais, debruçava-se sobre a análise de um recente programa governamental de abrangência nacional questionando se ele indicava a direção de constituir-se em uma política pública diferenciada (sem utilização do termo agricultura familiar nesta matéria).

Consta da conclusão da matéria:

La consideración de una política diferenciada para los **minifundistas** del país (que incluya créditos, asistencia técnica, promoción organizativa, políticas impositivas, previsionales y comerciales específicas, políticas de educación, salud y participación) es **parte de un debate cada vez más necesario, que podemos ver se está reproduciendo en el resto de los países de MERCOSUR.**

Políticas específicas para los pequeños productores requieren previamente una revalorización del rol social y económico que los mismos desempeñan en la sociedad argentina, un hecho poco visualizado hasta ahora a nivel de la sociedad, cuyos resultados podrían ser trascendentes a nivel de las provincias, por su posibilidad de constituirse en ejes del desarrollo regional. **Los actuales debates acerca de los programas agrarios en los países del MERCOSUR** permitirían simultáneamente avanzar en las relaciones política agrícola sectorial y políticas específicas para pequeños productores, una visión macro en la que generalmente los aportes dominantes no provienen de “nuestro lado”. (RIAD, 1994c, grifos nossos).

De um lado, política diferenciada e políticas específicas, minifundistas e pequenos produtores: a afirmação da política diferenciada/específica para um determinado setor social/econômico (minifundista/pequeno produtor). De outro lado, a necessidade do reconhecimento social do papel destes agricultores como base para a criação da política e a ênfase a um debate já em curso nos países do Mercosul. Perspectiva muito próxima daquela que compunha os debates em vigor, à época, no Brasil.

O *ARGENTINA al DÍA* n.º. 8, referente aos meses de fevereiro e março de 1995, registra a fundação da Coprofam (sem referência à sigla).

Coordinación de las Organizaciones de Agricultores Familiares

Los representantes de Organizaciones Representativas de los Agricultores Familiares, reunidos en Porto Alegre, Brasil, entre los días 24 y 26 de agosto de 1994, en el marco del “3er Encuentro de Organizaciones Familiares del MERCOSUR”, consideraron de gran importancia la articulación de las organizaciones sociales de pequeños agricultores de los cuatro países para fortalecer reivindicaciones conjuntas, intercambiar experiencias, realizar movilizaciones coordinadas, sumándolas a las acciones de negociación y, de esa forma y otras que se irán encontrando, ir construyendo una integración profunda, la integración de los pueblos, hasta ahora marginados en la “Unión Aduanera” (incompleta) concretada a partir del 1º enero de 1995.

En ese Encuentro se creó una “Coordinación Ejecutiva”, cuya Coordinación Operativa se encuentra actualmente a cargo de la “Comisión Nacional de Fomento Rural” del Uruguay, quien está promoviendo el Seminario Taller Internacional “La Agricultura Familiar en los Procesos de Integración Regional”, en el que participarán dirigentes y técnicos de las organizaciones representativas de los cuatro países del MERCOSUR, representantes oficiales del Subgrupo de Trabajo 8 (“Política Agrícola”) y expertos en procesos de integración de la Unión Económica Europea y el NAFTA. Se trata así de mejorar la capacidad de propuesta de las organizaciones en las instancias de participación en las que se diseñan y enmarcan las políticas públicas hacia la agricultura familiar de la Región. (RIAD, 1995).

Note-se, então, que ainda antes da edição do Pronaf – que ocorrerá no mês de agosto de 1995 – os termos agricultores familiares e agricultura familiar já são empregados, havendo inclusive a organização de um seminário sobre “A Agricultura Familiar nos Processos de Integração Regional”. Todavia, se este documento faz referência à “Coordenação das

Organizações de Agricultores Familiares”, não será assim que ela será nomeada. Nos debates e documentos produzidos, os termos agricultura familiar e agricultores familiares serão de uso cada vez mais corrente, mas a organização regional passará a ser denominada como “Coordenadora das Organizações Representativas dos **Produtores Familiares** do Mercosul”.

Por fim, no *ARGENTINA al DÍA* surge o registro da principal iniciativa nacional de articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida na década de 1990. O boletim nº. 11, de fevereiro e março de 1996, divulga a realização de encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores, previsto para ocorrer junto com a Assembleia das Organizações Representativas dos Produtores Familiares do Mercosul. A Mesa Nacional foi programada para os dias 7 e 8 de maio de 1996, e a Assembleia, para os dias 8, 9 e 10 de maio de 1996, ambas na cidade de Rosário, Argentina. A coincidência das datas demonstra a forte relação entre as duas iniciativas: o processo regional representado pela atuação da RIAD e a criação da Coprofam incidindo sobre o processo nacional argentino e a criação do que será a *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*¹⁰⁵.

A pauta proposta para o encontro da Mesa Nacional Provisória demonstra as principais questões que orientavam este momento fundacional.

Temario tentativo:

1. Definir objetivos y metas de la “MESA NACIONAL”.
2. Definir su forma organizativa.
3. Definir su estrategia ante otras organizaciones nacionales, el gobierno nacional, las otras organizaciones de productores del MERCOSUR y las autoridades del MERCOSUR.
4. Definir un Programa tentativo de trabajo.
5. Definir 10 representantes de Argentina ante la “Asamblea” del MERCOSUR que se realizará en el mismo lugar del 8 al 11 de mayo. (RIAD, 1996).

Na realidade, este encontro da Mesa Nacional Provisória de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores correspondeu a um **Segundo Encontro Nacional** de Organizações Representativas de Pequenos e Médios Produtores. No ano anterior, em 1995, nos dias 9 e 10 de novembro, na mesma cidade, Rosário, havia ocorrido o *Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores*. (PRIMER..., 1995).

¹⁰⁵ Neste momento, com a Mesa utilizando a designação “pequenos e médios produtores” enquanto a Assembleia utilizava a designação “produtores familiares”. Embora o termo “agricultura familiar” tivesse circulação expressiva nesse meio, conforme anteriormente referenciado.

Essas iniciativas contaram com o forte protagonismo da Federación Agraria Argentina, evidenciado pelo fato de ela assumir a promoção do Segundo Encontro, conforme publicação resultante do evento; de as atividades ocorrerem na cidade de Rosário, cidade-sede da FAA; e de o papel de coordenação executiva provisória da Mesa Nacional ser atribuído a ela, enquanto a composição definitiva da coordenação não fosse decidida. (SEGUNDO..., 1996).

Para esse período, anos de 1995 e 1996, é interessante observar a utilização de diferentes designações perpassando os documentos, e mesmo a denominação dos eventos: Primer Encuentro Nacional de Organizaciones de **Pequeños y Medianos Productores**, novembro de 1995; Mesa Nacional Provisoria de Organizaciones de **Pequeños y Medianos Productores**, Boletim ARGENTINA al DÍA de março de 1996; relatório do Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los **Productores Familiares**, ocorrido em maio de 1996, cujo título ali registrado é Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los **Agricultores Familiares**. As designações de pequenos e médios produtores, produtores familiares e agricultores familiares coexistem, chegando a ocorrer a situação acima descrita de o mesmo evento possuir duas denominações em um mesmo documento: como produtores familiares e como agricultores familiares. (PRIMER..., 1995; RIAD, 1996; SEGUNDO..., 1996).

A necessidade do aprofundamento do debate sobre este tema esteve presente desde o Primeiro Encontro, realizado em novembro de 1995. Consta da síntese elaborada:

Cabe destacar que en varios grupos [de discussão] se consideraron las diferencias existentes entre los distintos tipos de productores que trabajan la tierra con su familia, sin asalariados permanentes, **llamados pequeños-medianos productores o productores familiares en esta síntesis. Fue difícil definir el “pequeño productor”**, lo que se vio, por ejemplo, al analizarse el monto mínimo propuesto por algunos para efectuar aportes previsionales e impositivos; los 6.000\$ de ingresos tomados como base fueron vistos como bajos por otros participantes, en tanto algunos afirmaban que eso dependía de los costos de las distintas producciones. Finalmente se observó que **es incorrecto definir a un tipo de productor determinado teniendo en cuenta solamente un elemento** como ser: los ingresos, la superficie, el lugar de vivienda, etc.; **Son varios los elementos a tener en cuenta para definir que es un pequeño productor.**

Hubo acuerdo en la necesidad de debatir este tipo de temas a fin de ir avanzando en posiciones comunes ante los problemas caracterizados, evitando que, por desconocimiento o desacuerdos parciales organizaciones hermanas reclamen cosas distintas para responder al mismo tipo de necesidades. (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

Assinalo aqui outras duas demandas presentes na síntese, para retomá-las na análise que se efetuará adiante:

- a) primeira, que aparece enquanto diagnóstico, identifica a “[f]alta de una adecuada ‘categorización’ para adecuar los aportes previsionales e impositivos a los ingresos de los productores” (PRIMER..., 1995, grifo nosso);
- b) segunda, apresentada no bloco das propostas, demanda políticas públicas:

Puesta en marcha de una **Política Nacional Agropecuaria** para los pequeños y medianos productores que incluya:

- Políticas claras a nivel nacional, provincial y municipal.
- Programas especiales de asistencia global (abarcativa de toda la problemática del sector) y otorgamiento de mayores recursos a los ya existentes. (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

Sem aprofundar-me neste momento, a proposta de uma Política Nacional Agropecuária para pequenos e médios produtores parece dialogar com os dois programas recentemente lançados – PSA e Cambio Rural –, evidenciando tanto limites percebidos na concepção dos programas quanto a ideia da necessidade de uma política (nacional) diferenciada para os agricultores familiares. O tema será retomado em outros documentos abordados no seguimento.

O Segundo Encontro, realizado em maio de 1996, reforça as duas demandas apontadas, bem como o conjunto do diagnóstico e propostas do Primeiro Encontro, retomando o tema das denominações. O assunto será tratado enquanto “objetivos e metas” da Mesa Nacional:

Este tema [objetivos e metas] estuvo precedido por una serie de consideraciones de distinto tipo que señalaban, por ejemplo: la necesidad de definir con precisión a quienes se considera pequeños agricultores y a quienes medianos agricultores; a quiénes denominamos productores familiares; qué se entiende por empresa familiar, etc. Ponernos de acuerdo en estos aspectos es prioritario para luego poder definir que tipo de organizaciones integran la MESA NACIONAL. (SEGUNDO..., 1996).

Este conjunto de questões continuarão sendo desenvolvidas e aprofundadas pela Mesa Nacional ao longo da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, em estreita relação com as discussões travadas no âmbito das organizações rurais do Mercosul reunidas na Coprofam. Antes de retomá-las, porém, abordaremos alguns elementos sobre a importância e o significado da organização desta instância de articulação de organizações e movimentos sociais da Argentina.

5.3 A MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES

A Mesa Nacional define-se da seguinte maneira, conforme *Declaración* emitida em seu quarto encontro nacional, realizado em novembro de 1997:

La diversidad de situaciones existentes entre los productores familiares se expresa también en un complejo y numeroso conjunto de organizaciones y en múltiples formas de expresar las demandas.

Convencidos de la importancia de tener una expresión representativa de carácter nacional, para lograr un mayor reconocimiento de los problemas y propuestas, a partir de 1993 algunas organizaciones se autoconvocan.

Así se crea en 1995 una MESA NACIONAL, como instancia autónoma –sin dependencia del gobierno, las ONG, las iglesias y los partidos políticos– pluralista y democrática, que busca hacer llegar a la sociedad nacional la voz de quienes, a fines del siglo XX, siguen en el campo, bregando por una vida más digna para ellos, para sus hijos y para todos los habitantes del suelo argentino. (MESA..., 1997a).

A importância que reveste a criação da Mesa Nacional é dada pelo fato de ser a primeira iniciativa nacional de envergadura visando à articulação entre organizações e movimentos sociais rurais ocorrida ao longo da década de 1990. O período pós-1983, pós-ditadura militar, havia sido dedicado à reconstrução das organizações rurais, dizimadas pelo aparato repressivo. A questão da unificação – ou a construção de unidade – entre as organizações e movimentos sociais rurais argentinos é uma questão que perpassará todo este período, desde o início da década de 1990 até os dias atuais. A questão fica expressa na declaração com a afirmação de que: “La diversidad de situaciones existentes entre los productores familiares se expresa también en un complejo y numeroso conjunto de organizaciones y en múltiples formas de expresar las demandas” (MESA..., 1997a). O tema já compunha o diagnóstico da situação levantado por ocasião do Primer Encuentro Nacional de Organizaciones... (1995). Consta da síntese do encontro: “Falta de organización o división de los pequeños productores; no están organizados o **no adhieren a una sola entidad nacional**, lo lleva a una gran dispersión de esfuerzos” (PRIMER..., 1995, grifos nossos).

No decorrer do capítulo, abordaremos tanto a dimensão e a diversidade das organizações e movimentos presentes na Mesa Nacional quanto o permanente esforço de ampliação da representação da Mesa, contudo, regularmente, com a constituição de posições dissidentes. No período, compõe um elemento que polariza posições a relação de parte destas organizações e movimentos rurais com a Federación Agraria Argentina. Os posicionamentos de parte a parte constituirão um ponto de tensão, levando ou à ampliação de representação da

Mesa ou ao encolhimento dessa representação, seja ela numérica seja de capacidade de incidência política (quando do afastamento da FAA da Mesa). Este processo surge neste momento, mas se manterá presente em outras iniciativas de construção de unidade, realizadas ao longo dos anos 2000. O processo é perpassado pela própria dinâmica interna e externa à FAA, considerando que, mesmo propondo-se a uma representação nacional de pequenos e médios agricultores, a ela é associada a característica de uma organização rural pampiana. A representação extra-pampiana será um desafio permanente para a Federación Agraria.

No caso do Brasil, podemos considerar que esta questão foi, talvez, minimizada, dada a intervenção estatal por meio da legislação sindical estabelecida no primeiro governo de Getúlio Vargas, ainda nos anos 1930, com inspiração na legislação da Itália fascista.

Como afirma Medeiros (2010):

Após o golpe militar, por decisão do Ministério do Trabalho, o sindicalismo rural adequou-se aos padrões da legislação sindical brasileira, que estabelecia a existência de um sistema sindical para patrões e outro, paralelo, para empregados. As associações rurais de base municipal, as respectivas federações de base estadual e a Confederação Rural Brasileira foram transformadas em sindicatos rurais, federações rurais e, no plano nacional, na Confederação Nacional da Agricultura. No outro polo, as categorias de enquadramento criadas em 1962, por ocasião da regulamentação do direito à sindicalização no campo (*lavradores, trabalhadores agrícolas, trabalhadores na pecuária e trabalhadores na indústria extrativa*), foram unificadas no sindicato de trabalhadores rurais, que passou a representar a diversidade de situações concretas existentes. Esses sindicatos se organizavam em federações estaduais que, por sua vez, se unificavam na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Como aponta Palmeira (1985), o sindicato de trabalhadores rurais agregou uma enorme diversidade de categorias do campo pelo que elas tinham em comum: dependerem do trabalho seu e de sua família para sobreviver. Nas disputas políticas que conformaram a gênese do sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros, a opção do grupo político que assumiu a direção sindical nacional, após um período de intervenção, foi a de fazer um esforço político de unificação dessa diversidade, contra algumas tendências que se esboçavam e que iam na direção quer de enquadramento dos pequenos produtores nos sindicatos rurais patronais, quer de se formar um sindicalismo que organizasse só os *pequenos agricultores* (Ricci, 1999; Houtzager, 1997; Palmeira, 1985)^[106]. (MEDEIROS, 2010, p. 135, grifos nossos [itálico]).

As alternativas organizativas que se desenvolveram no Brasil durante os anos 1980 e 1990, em oposição a esta estrutura oficial representada pela Contag – tal como o MST, DNTR/CUT (Fetraf, posteriormente), ou, ainda, o MPA –, fizeram-se enfrentando desde seu

¹⁰⁶ Medeiros (2010) faz referência a: RICCI, Rudá. **Terra de ninguém. Representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; HOUTZAGER, Peter. **Caught between State and Church: popular movements in the brazilian countryside, 1964-1989**. Michigan: UMI Dissertation Service, 1997. (Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley); e PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: Paiva, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

início o desafio de nacionalizar-se. E, mesmo com implantações diferenciadas nos estados, acabaram por adquirir uma feição nacional. Este não é o caso do processo argentino. Na Argentina, o exercício de uma maior autonomia de organização ante o Estado – pelo menos em termos formais – não reproduziu a experiência brasileira de uma unificação da organização (sindical) “de cima para baixo”, unicidade essa determinada por um Estado autoritário. Então, os caminhos para a busca de uma unidade de ação acabam sendo muito mais complexos frente à experiência brasileira, pois exigem um esforço constante para renovar cotidianamente os acordos e os consensos básicos firmados entre organizações e movimentos rurais – não apenas de corte sindical –, geralmente com expressão local ou provincial.

Assim, a Mesa Nacional apresenta sua visão sobre este desafio:

A partir de la convicción de que las experiencias, visiones y culturas distintas constituyen la principal riqueza de los productores familiares en Argentina, superando las distancias, los desconocimientos y desconfianzas se fue avanzando en una organización que hasta 1995 sólo alcanzaba el nivel local, zonal o provincial y mostraba múltiples organizaciones con muy diversas características entre sí. (MESA..., 2001a, p.2)

De a poco a poco fuimos conociendo y organizando, y a partir de 1995 algunos comenzamos a coordinar mejor nuestros esfuerzos. Formamos una “Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares” democrática, respetuosa de todas las ideas e independiente de los partidos políticos, los gobiernos, las iglesias y las ONG, que nos permitió empezar a tener voz a nivel nacional. Viejas y nuevas organizaciones provinciales, cooperativas, asociaciones locales de distinto tipo, comenzamos a caminar juntas para expresar a quienes hasta ese momento no tenían voz a nivel nacional. (MESA..., 2000)

Questão interessante abordada pela Declaração de 1997 diz respeito à defesa da autonomia da Mesa Nacional frente a governos, ONGs, igrejas e partidos políticos. Considerando que a constituição da Mesa é uma iniciativa que possui fortes vínculos com a atuação da RIAD¹⁰⁷, a referência sobre sua autonomia perante as ONGs demonstra uma possível superação do posicionamento de diversos integrantes da RIAD (ONGs, principalmente) quando da criação da Coprofam, oportunidade em que parte desses se colocaram contra a criação de uma instância organizativa reunindo apenas representantes dos agricultores, questão abordada no capítulo 2.

Carlos Carballo, assessor da Mesa Nacional, e que cumpriu importante papel na constituição e fortalecimento dessa instância, sendo o representante da RIAD na Argentina,

¹⁰⁷ O documento síntese do Segundo Encuentro Nacional de Organizaciones de los Agricultores Familiares traz em sua última página – com caráter de expediente – uma apresentação da RIAD, expondo seus compromissos e valores, objetivos, métodos propostos e o contato na Argentina (CEPA).

afirma que as reuniões da Mesa (oficinas e encontros de capacitação) foram desenvolvidas com o apoio e financiamento da RIAD¹⁰⁸.

Foi intenso o processo de debate proporcionado pela Mesa Nacional durante os dois primeiros anos de sua existência (1995-1997), permitindo a convergência de posições entre as diferentes organizações e movimentos. Neste período, foram realizados quatro encontros nacionais, e o quinto foi realizado depois de três anos, no segundo semestre do ano de 2000. Abaixo, expõe-se a lista dos eventos, sua data e local de realização (cidade e província):

- a) *1º Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Productores*, 9 e 10 de novembro de 1995, Rosário (Santa Fé);
- b) *2º Encuentro Nacional de Organizaciones de los Productores Familiares*, 7 e 8 de maio de 1996, Rosário (Santa Fé);
- c) *3º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*, 6 a 8 de novembro de 1996, Oberá (Misiones);
- d) *4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*, 18 a 21 de novembro de 1997, Buenos Aires;
- e) *5º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*, 17 a 20 de setembro de 2000, Buenos Aires;
- f) *[6º Encuentro] [Asamblea] Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*, 25 e 26 de setembro de 2001, Parque Pereyra (Berazategui, Província de Buenos Aires).

Deste período inicial de atividade da Mesa Nacional, os resultados dos debates e discussões foram expressos em dois documentos: o primeiro, um documento de trabalho, de caráter interno às organizações, denominado *Los productores familiares en Argentina* (1996); o segundo, visando à divulgação do acúmulo realizado pela organização e ao seu posicionamento sobre a situação de seu público, intitulado *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina* (novembro de 1997).

Permito-me reproduzir a introdução de “Lineamientos Estratégicos...”, pois, parece-me, dela consta o núcleo da visão da Mesa Nacional sobre a situação enfrentada pelos

¹⁰⁸ Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017.

agricultores familiares¹⁰⁹ na Argentina, demonstrando grande convergência com os termos do debate em andamento, à época, no movimento sindical rural brasileiro.

Las sociedades del mundo y por lo tanto también sus agriculturas están sometidas a un **acelerado proceso de transformación**, como consecuencia de la revolución tecnológica, la globalización económica, la integración regional y más recientemente por el interés en la preservación de los recursos naturales.

En este contexto la **modernización de las agriculturas familiares** constituye un proceso contradictorio: es una **condición para lograr la permanencia en la tierra** y en la producción de al menos 250.000 familias en Argentina –y cinco millones en el MERCOSUR– pero al mismo tiempo incrementa su exclusión. La masiva migración a un mundo urbano que ya no le ofrece trabajo estable, o la búsqueda de nuevas opciones o nuevas tierras, donde vivir y alimentarse, son claros ejemplos de ello.

Sin embargo, múltiples experiencias demuestran la **notable capacidad de adaptarse** y el importante margen de progreso de los productores familiares, **si se dan las condiciones necesarias para su desarrollo**. Este desafío pretende ser enfrentado en igualdad de oportunidades con otros sectores productivos, sin discriminaciones que, como hasta el presente, los marginen.

La agricultura familiar, al ser definida como línea estratégica de desarrollo rural sustentable, tendrá condiciones reales para responder por la creación de puestos de trabajo, abastecimiento alimenticio y creación de excedentes exportables, constituyéndose en un **actor de primera línea en el proceso de desarrollo. Esto lo hicieron los países desarrollados**.

Para avanzar en el **proceso de modernización con democratización** es necesario **garantizar el acceso al desarrollo**, incorporando las ventajas de la modernización sin crear desempleo ni marginalización. Para ello debemos tomar en consideración algunos temas que consideramos sustantivos: **la importancia de la agricultura familiar para la sociedad argentina**; la revalorización del medio rural; la necesidad de garantizar el abastecimiento y la seguridad alimentaria y el poblamiento del territorio; la creación y garantía de empleo; la necesidad de mejorar las condiciones de vida de la familia rural y en especial la de las mujeres y jóvenes; el rol de la agricultura familiar en la preservación de los recursos naturales y la biodiversidad; etc. (MESA..., 1997b, grifos nossos).

Não cabe, neste momento, explorar todos os sentidos que a passagem do documento acima pode ensinar. Por ora, destacarei algumas ideias ali presentes que nos parecem deveras importantes.

Primeiramente, a visão de que as sociedades e suas agriculturas passam por um acelerado processo de transformação, em que a **modernização** da agricultura familiar é a condição para a sua permanência.

Em segundo lugar, a ênfase na capacidade de adaptação da agricultura familiar caso lhe sejam dadas as condições para isso, para o seu **desenvolvimento**.

¹⁰⁹ Esta é a denominação adotada na introdução de “Lineamientos Estratégicos...”.

Em terceiro lugar, a defesa da agricultura familiar como base, como “linha estratégica” de um desenvolvimento rural sustentável, indicando “funções” que ela cumpriria no desenvolvimento do conjunto da sociedade – proposta em acordo com o caminho já trilhado e conhecido pelos países desenvolvidos (!)¹¹⁰.

Finalmente, em consequência, a defesa de um “processo de **modernização com democratização**”, em que é demandado o “acesso ao desenvolvimento” e reafirmada “a importância da agricultura familiar para a sociedade argentina”.

Tal como desenvolvido no capítulo anterior, na análise do caso brasileiro, aqui aparece o esforço de estabelecer um processo de “fazer viver” para aqueles identificados enquanto agricultura familiar, em que a chave para o *alinhamento* do projeto desses atores sociais com o da sociedade nacional é dada pela adesão – ou reforço – à ideologia modernista, expressa enquanto um acesso ao desenvolvimento: a modernização com democratização.

Há, então, o desejo do desenvolvimento, a modernização da agricultura familiar como condição do seu aceite pelo conjunto da sociedade argentina.

Modernizar-se para fugir da marginalização social expressa no estigma.

O cumprimento de funções macroeconômicas para o reconhecimento de sua contribuição ao conjunto da sociedade nacional.

O documento “Lineamientos Estratégicos...” (novembro de 1997) responde aos anseios expressos no Segundo Encontro (maio de 1996) e avança no sentido de precisar a posição da Mesa Nacional em relação à definição de “produtor familiar”.

Las explotaciones familiares constituyen el principal medio de supervivencia de una familia rural, mediante la aplicación del trabajo del productor y su familia a una parcela de tierra. No obstante, todos los productores familiares del país no son iguales, lo que debe ser tenido en cuenta en la definición y ejecución de las políticas públicas.

Por eso, algunos de los elementos indicadores a tener en cuenta a la hora de caracterizar a los productores familiares destinatarios son:

- a. **Cuantificación de la relación mano de obra familiar/mano de obra asalariada.** El trabajo familiar no debería ser inferior al 50% de la totalidad

¹¹⁰ Nesta época, a Contag discutia o “projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável”, constituindo-se em indicativo do diálogo em andamento. Conforme Santos (2001): “A busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento motivou os delegados e delegadas do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, **realizado em 1995**, a iniciar o debate e a afirmar a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este debate teve continuidade em várias iniciativas de âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Os seminários regionais de desenvolvimento alternativo, promovidos pela Confederação em 1996, e a realização do projeto de pesquisa e formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/CONTAG, foram momentos ímpares de elaboração e sistematização de propostas. O 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, **realizado em 1998**, aprovou os pontos centrais que deveriam nortear a construção e implementação do PADRS [...]”. (SANTOS, 2001, p. 225, grifos nossos).

requerida en la exploración durante el año y no deberían existir asalariados permanentes.

- b. **Residencia en el predio, centro rural o urbano cercano**, ya que es la condición imprescindible para atender directamente la explotación.
- c. **Nivel de ingresos anual de la familia**. Se debería tomar en cuenta un nivel máximo para poder ser beneficiario de políticas de corte económico productivos, y un mínimo, por debajo del cual, se debería acceder también a políticas sociales a fin de atenuar las distintas situaciones de pobreza existentes.
- d. **Origen de los ingresos obtenidos**. Se debería considerar una proporción de ingresos provenientes de la actividad agropecuaria, que no debería ser inferior al 50% del total de los ingresos del grupo familiar durante el año.
- e. **Cantidad y calidad de los recursos disponibles: tierra y capital**. Se propone tomar como referencia una dotación crítica de factores, con un mínimo y un máximo: este último podría estar dado por aquellos valores que podrían permitir “vivir de la renta” producida, sin trabajar directamente.

Se entiende que ninguno de los indicadores aisladamente resume las características definitivas de los destinatarios, por lo que se proponen a título indicativo y sujeto a variaciones y ajustes, según la naturaleza de los programas o proyectos particulares. (MESA..., 1997b, grifos no original).

Os cinco elementos listados mantêm forte relação de semelhança com aqueles em discussão no Brasil, quando do debate sobre os critérios de enquadramento da agricultura familiar às políticas públicas diferenciadas¹¹¹ – caso do Pronaf.

Pode-se observar, no diagnóstico da situação apresentado pela Mesa Nacional, um posicionamento em relação à caracterização dos produtores familiares (conforme os termos da Mesa) que, parece-nos, apresenta similitudes com aquelas caracterizações presentes no debate ocorrido no Brasil, especificamente no que concerne aos resultados oriundos da Pesquisa FAO/INCRA, e que também conformam as pesquisas posteriores desenvolvidas na Argentina.

Para tanto, apresentamos dois extratos de documentos produzidos pela Mesa Nacional:

Algunos siempre fuimos pobres, otros nos fuimos empobreciendo por las políticas desfavorables. Algunos siempre vivimos de la agricultura, otros vemos en la agricultura un camino para completar nuestros ingresos y mejorar la alimentación de nuestros hijos.

[...]

La exclusión provocada por la política macroeconómica no alcanza a ser atenuada por la multiplicidad y superposición de Programas dirigidos a los productores familiares y pobres rurales. (MESA..., 1997a, grifos nossos).

Algunos siempre fuimos pobres (“pobres estructurales”) y otros se fueron empobreciendo como consecuencia de políticas que privilegiaron el mercado y las finanzas y desatendieron el trabajo, la producción, el bienestar y la esperanza de

¹¹¹ Como referência, por exemplo, podemos observar esta relação de semelhança com a definição de “pequeno produtor” decidida pela Contag em seu 5º Congresso Nacional, realizado em novembro de 1991. (CONGRESSO..., 1991, p. 85).

un futuro construido y compartido por todos. Distinta disponibilidad de recursos productivos, distintas condiciones ecológicas, diversas culturas y experiencias explican la diversidad y heterogeneidad que se encuentra entre quienes se organizan alrededor del trabajo del grupo familiar. (MESA..., 2001a, p. 1, grifos nossos).

A referência àqueles que sempre foram pobres – os pobres estruturais – e àqueles que foram se empobrecendo – resultado das políticas macroestruturais – parece, aqui, possuir uma base comum com as categorias adotadas na Pesquisa FAO/INCRA, correspondendo ao que foi denominado como agricultores familiares “periféricos” e aqueles agricultores familiares em “transição”.

O período entre os anos de 1995 e 2001¹¹² foi utilizado pelos dirigentes das organizações para desenvolvimento de dois grandes campos de atuação. Primeiramente, para conformar um conjunto de posições comuns sobre o diagnóstico da situação, o aprofundamento do conhecimento mútuo entre as organizações e movimentos sociais rurais, o balanço crítico das políticas públicas existentes, a construção de um entendimento comum sobre a caracterização dos “produtores familiares” e para a elaboração de propostas e reivindicações. Em segundo lugar, apresentando-se perante a sociedade argentina por meio da divulgação da existência e do acúmulo realizado pela Mesa e, também, por meio de mobilizações localizadas na capital federal (Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA) e nas capitais das províncias com maior inserção das organizações participantes da Mesa Nacional.

A leitura do documento *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares – Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001*, publicado em agosto de 2001, permite-nos a identificação dos dois grandes momentos desse período.

O primeiro, dedicado ao debate interno e à constituição da Mesa Nacional, englobando os quatro primeiros Encontros Nacionais de Organizações de Produtores Familiares, tem o seu ápice na publicação do documento *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina*, quando da realização do 4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares (novembro de 1997). O segundo momento é inaugurado com a própria realização do 4º Encontro, dedicado às manifestações públicas e contatos com o Congresso Nacional (deputados e senadores, comissões) e com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação, órgão setorial vinculado ao Ministério da Economia, além de com o estreitamento de relações com

¹¹² Época em que se concentra a documentação consultada sobre a Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, abarcando quase sete anos de existência da Mesa.

organizações e regiões argentinas e de outros países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México). Nos termos do documento *Síntesis de sus objetivos...*:

Se hicieron presentaciones públicas en el Congreso de la Nación y Legislaturas provinciales; se gestionó y propuso ante distintos organismos del Poder Ejecutivo Nacional (Agricultura, Desarrollo Social, Medio Ambiente, etc.); estuvo representada en eventos del MERCOSUR y en reuniones del IICA, FAO, CEPAL, etc.); se apoyó y solicitó también solidaridad de otras organizaciones de campesinos de América y Europa; se presentaron proyectos solicitando financiamiento y asistencia para emprendimientos de diversa índole a nivel provincial y nacional. (MESA..., 2001a, p.2).

Entre os anos de 1997 e 1999 foram realizadas manifestações públicas com o objetivo de dar visibilidade à Mesa Nacional e ao conjunto de suas reivindicações. Em 1997, concomitante à realização do 4º Encontro Nacional, houve o contato com deputados e senadores nacionais, bem como comissões de trabalho e a promoção de um Ato Público na Plaza Congreso.

O *Clarín Rural*, suplemento do jornal *Clarín*, registrou o evento atribuindo o título “Políticas Diferenciadas” à matéria.

Los **pequeños productores** pusieron su mesa en la Capital Federal. Esta semana la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares de la Argentina realizó su Cuarto Encuentro Nacional. Tuvieron tres días movidos. La citada Mesa, que reúne a más de **30 asociaciones y organizaciones de pequeños productores de todo el país**, fue creada hace dos años y está coordinada por el Movimiento Campesino Santiagueño (MOCASE), el Movimiento Agrario Misionero (MAM) y la Federación Agraria Argentina (FAA). (IGLESIAS, 1997, grifos no original).

No ano de 1998, coincidindo com a data comemorativa do Dia do Agricultor – 8 de setembro –, a Mesa Nacional promoveu a *Jornada Nacional de Lucha por la Tierra, el Hábitat y el Desarrollo*. Uma mobilização foi realizada na Plaza de Mayo, Buenos Aires, e, em outras trinta localidades do país, foram realizadas diversas atividades, tais como assembleias, marchas, exposições, conferências. O evento foi uma promoção da Mesa Nacional e da *Federación de Tierra y Vivienda* da Central de Trabajadores Argentinos – CTA, indicando, para aquele momento, a confluência de atuação entre estas duas organizações. (MESA..., 2001a, p.8).

O jornal *La Nación* retrata o evento com uma matéria intitulada *Reclamo por una política agropecuaria*.

Sin incidentes: se realizó ayer un acto en la Plaza de Mayo que reunió a unas 300 personas, convocado, entre otras entidades por la Federación Agraria.

En reclamo por “la falta de una política agropecuaria nacional” y la difícil situación en la que se encuentran los pequeños productores, diferentes entidades del agro realizaron ayer un acto en la Plaza de Mayo.

[...]

La convocatoria efectuada por la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, de la cual forma parte la Federación Agraria Argentina, contó con el apoyo del Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA) tuvo el apoyo de cerca de 300 personas.

Luego del acto el diputado frepasista Humberto Volando [ex-presidente da FAA, 1971-1996, 25 anos] comentó a La Nación que “miles de pequeños productores han perdido sus tierras, otros las tienen hipotecadas y si no reciben ayuda también las perderán”. (RECLAMO..., 1998).

O documento de síntese da atuação da Mesa Nacional, assim representou este evento:

El 8 de setiembre de 1998. Día del Agricultor, constituyó la primera “Jornada de Lucha” en todo el país; en la Plaza de Mayo de la ciudad de Buenos Aires y en más de 30 lugares de todo el territorio, los productores y sus familias estuvieron presentes para hacer oír sus reclamos. La solidaridad ante las amenazas de expulsión de la tierra y la necesidad de políticas más justas unió a los santiagueños de La Simona, con los misioneros de El Soberbio y Wanda, los jujeños de Tumbaya, los bonaerense de Parque Pereyra Iraola, los crianceros de Neuquén, etc. (MESA..., 2001a, p.2).

Manzanal (2002), evidenciando a importância da participação de representantes da Mesa Nacional nos diferentes fóruns de discussão de políticas públicas e nas manifestações e protestos, destaca eventos ocorridos no ano de 1999.

Por ejemplo en el paro nacional y marcha del 21 de julio de 1999, donde la clave simbólica era llegar a la Capital Federal, a la Plaza de Mayo, para mostrarse y sensibilizar a los referentes nacionales de la difícil realidad del campo argentino y de las economías regionales, siempre ausente de las políticas nacionales. **La presencia de la Mesa en esta manifestación llevó consigo la representatividad de las organizaciones y de los movimientos sociales más alejados y con mayores dificultades para acceder a la Capital Federal.** (MANZANAL, 2002, p. 581, grifos nossos).

A síntese das atividades realizadas pela Mesa Nacional durante estes anos (1995-2001) permite observar a relação estabelecida com os agentes estatais localizados nas estruturas governamentais responsáveis pela política setorial. No legislativo, o contato, reuniões e debates com deputados e senadores do *Congreso de la Nación*; no executivo, reuniões com dirigentes de órgãos e com responsáveis de programas nacionais, que pareciam ter a Mesa Nacional como um interlocutor que representaria as populações com que atuavam. Entre outras atividades relatadas na síntese, destaco a reunião ocorrida em 10 de maio de 2000, com

deputados e seus assessores, para discutir a necessidade de uma lei de “Política diferenciada para los productores familiares”.

5.4 PRINCIPAIS PROPOSTAS DA MESA NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAMILIARES

A análise do conjunto das proposições realizadas pela Mesa Nacional ao longo dos seus anos de funcionamento, permitem-nos identificar quatro grandes campos de atuação. São eles:

- a) reivindicação principal: estabelecimento de **políticas diferenciadas** para os produtores familiares/agricultores familiares, com a criação de **registros** que contribuíssem para a identificação e o (re)conhecimento desses beneficiários;
- b) processo de formulação e execução da política pública: **participação** das organizações representativas dos produtores/agricultores familiares na decisão e na execução da política pública diferenciada;
- c) diagnóstico sobre a ação governamental: crítica à estrutura governamental existente, com a identificação da **superposição** dos diferentes programas e a proposição de criação de uma **estrutura específica**;
- d) instrumentos: apresentação de um rol de diferentes **instrumentos** visando à execução da política diferenciada.

No mês de novembro de 1997, por ocasião do *4º Encuentro Nacional de Organizaciones de Productores Familiares* e do lançamento do documento intitulado *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina*, este conjunto de proposições já se encontrava configurado.

Sobre os três primeiros itens acima mencionados, consta do documento *Declaración*:

La exclusión provocada por la política macroeconómica no alcanza a ser atenuada por la multiplicidad y superposición de Programas dirigidos a los productores familiares y pobres rurales¹¹³. Sobran iniciativas, pero falta una **Política Diferenciada** coherente, de largo plazo, que reconozca y potencie nuestras capacidades, nuestras posibilidades de adaptación y las características propias de un trabajo que no busca la ganancia ciega sino el bien común. (MESA..., 1997a, grifo nosso).

¹¹³ À época, a referência é realizada, principalmente, aos seguintes programas: Programa Social Agropecuário, Câmbio Rural, Unidade de Minifúndio, Pró-Horta. O primeiro programa listado sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, e os três programas seguintes sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA).

Em consequência, a Mesa Nacional propõe a alteração do marco institucional:

En la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, la creación de:

- Un organismo de coordinación de los diversos Programas de Intervención existentes.
- Un mecanismo de elaboración y ejecución de **Políticas Diferenciadas** que coordine su aplicación adaptada a las distintas realidades, en el marco de Planes Regionales de Desarrollo. (MESA..., 1997a, grifos no original).

As organizações integrantes da Mesa Nacional reivindicavam a criação de um **Programa Nacional**¹¹⁴ voltado aos produtores familiares, implementando políticas diferenciadas para este setor social. Este Programa Nacional deveria ser coordenado a partir de uma estrutura específica, localizada na Secretaria de Agricultura do Ministério da Fazenda.

La lógica de establecer **Políticas Diferenciadas** en el marco de un Programa Nacional y proyectos específicos en su contexto permite llegar más directamente a los productores familiares, facilitando la evaluación y corrección continua de las acciones, cuantificando las relaciones costo/beneficio para los productores y para el conjunto de la sociedad, etc. Por eso la participación de éstos a través de sus organizaciones representativas es un requisito básico para corregir la marcha de los proyectos.

Si lo anterior se comparte, resulta indiscutible la importancia de contar en primer lugar con una identificación muy precisa de la “población objetivo”, para lo cual se proponen [...] un conjunto de elementos base a tener en cuenta en la caracterización de un sector que, como el de los productores familiares, es sumamente heterogéneo. (MESA..., 1997b, grifo no original).

O documento *Lineamientos Estratégicos...* (MESA..., 1997b) é mais preciso na explicitação das propostas dirigidas ao governo:

[...] Solicitar la creación en el ámbito de la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de una **Comisión de Políticas Diferenciadas** (con integración de las organizaciones de productores familiares representativas) que discuta y elabore una propuesta de:

- a. **Elementos para la caracterización de la producción familiar y un sistema nacional de inscripción o registro**, con sus equivalentes provinciales. Teniendo en cuenta su heterogeneidad, el mismo deberá solicitar la información básica para una adecuada caracterización de los distintos tipos de productores familiares.

¹¹⁴ No ano de 2001, nos documentos da Mesa Nacional esta reivindicação surge como demanda de um “Programa Nacional de Desarrollo”: “La necesidad de un enfoque integral de la problemática específica de los productores familiares y la exigencia de propuestas coordinadas desde el sector público, requiere pensar en POLITICAS DIFERENCIADAS enmarcadas en un Programa Nacional de Desarrollo. El hecho de que ninguno de los organismos ni de los programas actualmente en ejecución se encuentra en condiciones de abarcar la complejidad y heterogeneidad de las demandas de los productores familiares requiere pensar en una nueva institucionalidad a fin de promover el desarrollo rural.” (MESA..., 2001a, p. 4, grifo no original).

- b. Un **Programa Nacional de Políticas Diferenciadas** para los Productores Familiares.
 - c. Una **base institucional para la ejecución del Programa en forma coordinada** a fin de responder a las diversas realidades provinciales, evitando superposiciones de cualquier índole con otros programas de carácter nacional, regional o provincial.
- [...] **Crear un Banco de Datos** donde se incluya esa información a fin de facilitar el planeamiento y la adecuada distribución de los recursos dirigidos a los productores familiares. (MESA..., 1997b, grifos nossos).

Ressalto a proposta de criação de um sistema nacional de registro, pois ela indica o surgimento do que virá a ser o **registro de agricultores familiares**. Presente neste documento de 1997, a proposta de registro ressurgirá no âmbito das ações da REAF, uma década mais tarde.

[...] la implementación y seguimiento de estas Políticas Diferenciadas impone la creación de un registro de explotaciones agropecuarias permanentemente actualizado, confeccionado en base a declaraciones juradas y sujeto a control mediante mecanismos de inspección rigurosa, con participación de las organizaciones representativas de los productores. (MESA..., 1997b, grifos nossos).

A descrição da proposição acima reproduzida, poderíamos questionar, não se aplicaria a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP “brasileira”¹¹⁵? Mais uma vez, ao que tudo indica, não é simples coincidência. O contato entre as diversas organizações de agricultores familiares, em andamento, à época, no âmbito da Coprofam, é a origem da troca de ideias e informações sobre as políticas públicas em execução ou em gestação nos países constituintes do Mercosul, bem como a base para a formulação de propostas conjuntas entre as organizações rurais desses países.

Tal como abordado no capítulo anterior, a reivindicação das organizações rurais para a caracterização da produção familiar e o estabelecimento de um sistema de registros nacional, reforçam o anteriormente tratado em relação a pesquisa FAO/INCRA, enquanto uma demanda para a *produção de legibilidade*, não sendo esta, no caso, expressão unilateral de um Estado centralizado (Schuch, 2015, p. 123). Nos anos 2000, vários estudos serão produzidos pelos organismos estatais visando a caracterização e quantificação da agricultura familiar na Argentina, a exemplo de Soverna *et al.* (2008) e Obschatko (2009).

Por fim, em atenção ao item 4 anteriormente apontado, a proposição de instrumentos para a execução da política diferenciada também expressa o diálogo com o movimento

¹¹⁵ Alberto Broch faz referência à Carta de Aptidão ao Pronaf, que antecedeu à DAP, e que tinha por função, entre outras, garantir que apenas agricultores familiares tivessem acesso à política pública, evitando que os recursos obtidos pela mobilização não fossem desviados para os “grandes”. (Alberto Broch, comunicação pessoal, 15 de julho de 2017).

sindical rural brasileiro. Nos documentos da Mesa Nacional publicados nesta época (MESA..., 1997a; MESA..., 1997b), são listados:

- a) política de terras;
- b) política de preços;
- c) política de investimento e financiamento;
- d) política de geração e transferência de tecnologia;
- e) política de educação e capacitação;
- f) política de apoio fiscal;
- g) política de seguro agrícola e emergência agropecuária;
- h) política de fomento à organização dos produtores familiares.

Para evidenciar este diálogo, no qual a Coprofam foi o espaço privilegiado de discussão, cabe esclarecer que, nesta época, a Coordenadora promovia ao menos duas reuniões anuais, além de seminários tratando de temas específicos. Tendo sido formalizada a sua criação em agosto de 1994, em sua reunião de maio de 1996 – dezoito meses depois –, em Rosário, ao tratar de seu plano de ação, a Coprofam expressava a necessidade de “[a]vanzar con urgencia en la definición de agricultura familiar y su caracterización. Plazo máximo de 6 meses para coordinar una propuesta compartida”¹¹⁶. Na reunião seguinte, realizada na mesma cidade de Rosário, em 16 de outubro de 1996, a Coprofam emite a *Declaración de Rosario*, onde consta:

Desde su creación hasta el presente, la Coordinadora ha desarrollado múltiples actividades de elaboración y gestión de propuestas, participación en instancias oficiales, formación de dirigentes e intercambios dentro y fuera de la región, culminando con la preparación del Documento que hoy se presenta **‘Caracterización de la agricultura familiar y propuesta de políticas diferenciadas’**. (COPROFAM, Declaración de Rosário, 1996, grifos nossos¹¹⁷).

Saliente-se que para subsidiar esta decisão a Contag apresentou à reunião o documento intitulado “Políticas diferenciadas para la Producción Familiar en la Integración Regional”, explicitando que ele era fruto do acúmulo do Grupo de Trabalho sobre Mercosul da CUT e da Contag. (CONTAG, 1996)

Note-se, a Coprofam conforma seu entendimento sobre agricultura familiar, formalizando-o em um documento e divulgando sua existência em uma Declaração, menos de

¹¹⁶ COPROFAM. **Conclusiones de los grupos de trabajo del día 10 a la tarde y día 11 a la mañana**. Rosario, maio de 1996. (Registro de reunião, arquivo eletrônico).

¹¹⁷ COPROFAM. **Declaración de Rosario**. Rosário, 16 de outubro de 1996. (Declaração, arquivo eletrônico).

quatro meses após a edição do decreto do Pronaf, que havia sido publicado no dia 28 de junho de 1996. Esses movimentos demonstram a estreita relação de diálogo entre as organizações rurais no âmbito do Mercosul, ocorridas no espaço da Coprofam, e sua incidência sobre as iniciativas políticas dirigidas à sociedade e aos governos nacionais. Esse acúmulo da Coprofam orientará a formulação pela Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares da Argentina, no ano de 1997, de seu documento *Lineamientos Estratégicos e Instrumentos Específicos de Apoyo a la Producción Familiar en el Agro de Argentina*, contendo o conjunto de propostas apresentadas na primeira parte deste item.

Nas palavras de Carlos Carballo;

Nosotros adoptamos, sentimos que seguir hablando de campesinos, minifundistas, pequeños productores y todo eso, que lo que hacía era dificultar la visibilización de una problemática que era compleja pero que tenía muchos aspectos familiares y que hacía el conjunto de la sociedad mucho más claro, más visible. La propuesta de presentarlo como un sector uniforme que tenía como característica fundamental tal, tal y tal... más allá de las diferencias internas. Y ahí ese es el momento en que asumimos, varios otros países también sintieron, pensando en el conjunto de la sociedad más que en el propio sector, que era útil, **que era funcional esto que Brasil se estaba discutiendo en este momento. Lo estaba discutiendo la Contag, lo estaba discutiendo la CUT. Y nosotros tuvimos todos estos documentos de discusión.** (Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017, grifos nossos)

5.5 A MESA NACIONAL, A FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES RURAIS

Há registros de atividades relacionadas à Mesa Nacional ou publicações em que a filiação à Mesa é expressa, até o ano de 2003¹¹⁸. No entanto, Carlos Carballo, assessor dessa instância, registra o seu funcionamento até o ano de 2001¹¹⁹.

¹¹⁸ São os casos, por exemplo, de *Coordinadora... (2002)* e *Biodiversidad... (2003)*. O primeiro documento trata-se de um texto de apoio a um curso de formação, intitulado “Políticas diferenciales positivas para los productores familiares”, publicação conjunta do Movimiento Agrario Misionero, da Federación Correntina de Asociaciones y Organizaciones de Productores Familiares, e do Movimiento Campesino de Formosa, enquanto organizações componentes da Coordinadora Campesina del Nordeste, que se reivindicam enquanto membro da Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares. Plumed-Méndez (2004) aborda a saída das organizações do nordeste argentino MAM, MOCAFOR e APPC de Corrientes da Mesa Nacional, que teria ocorrido em 2002, “como consecuencia de diferencias metodológicas de construcción” (p. 43). No segundo caso, trata-se da convocação de uma Jornada de Encontro e Resistência da Mesa Nacional, marcada para o dia 12 de outubro de 2003, nos marcos da campanha intercontinental do Grito dos Excluídos. Aqui, mais do que a referência aos produtores familiares ou agricultores familiares, a ênfase é nos campesinos e indígenas. As consignas rechaçam a ALCA e a OMC, defendendo a segurança alimentar e a soberania nacional.

¹¹⁹ Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017.

Como referido anteriormente, nos sete anos de funcionamento da Mesa Nacional houve diferentes composições das entidades participantes. O esforço de ampliação de sua representatividade, com a busca de adesão de novas organizações, foi acompanhado pelo afastamento de outras, resultado de divergências surgidas em razão do posicionamento político adotado por estas – ou a falta deste posicionamento (atribuído pelas organizações que ficaram).

O processo de constituição de organizações duradouras, que fossem representativas dos produtores, agricultores e/ou camponeses argentinos, tem sua expressão primeira na fundação da Federación Agraria Argentina, ocorrida no ano de 1912. Portanto, há mais de cem anos. Depois deste período, o mais expressivo movimento de organização de agricultores e camponeses ocorre na primeira metade dos anos 1970, com a formação das Ligas Agrárias. Essa experiência abrangeu principalmente as províncias do nordeste argentino (Chaco, Corrientes, Formosa, Santiago del Estero, Misiones) a partir de uma atuação do Movimento Rural de Ação Católica. Também na região pampiana (exemplo de Santa Fé e Córdoba) foram constituídas Ligas Agrárias¹²⁰. A ditadura militar implantada em março de 1976 promoveu uma forte repressão sobre este movimento, que praticamente dizimou as Ligas. Com o fim do regime ditatorial, em 1983, iniciou-se um lento processo de reconstrução das referências movimentistas dos anos anteriores. Então, o quadro existente a partir da primeira metade da década de 1990 foi composto por organizações e movimentos de diferentes origens e tradições: primeiramente, pela presença da Federación Agraria Argentina, que se manteve ativa no período militar; em segundo lugar, por organizações herdeiras do processo das Ligas Agrárias, reivindicando ou não esta origem; em terceiro lugar, por organizações de agricultores e camponeses engajados em trabalhos promovidos por organizações não governamentais (ONG); e, mais recentemente, organizações rurais resultantes da ação de políticas governamentais, sejam aquelas de promoção ao associativismo e ao cooperativismo, sejam políticas que pressupunham a existência de uma associação ou cooperativa como condição para o acesso à política pública. Exceto a Federación Agraria, com forte inserção na

¹²⁰ Com a participação ativa de militantes sociais cristãos franceses, a partir da província de Santa Fé, também se desenvolveu a experiência da Escola Família Agrícola (EFA), iniciada durante a primeira metade dos anos 1970, e contando com o apoio das *Maison Familiar Rural*. “A partir de las primeras experiencias, se pide ayuda desde los movimientos eclesiásticos de base, a través de la curia local, a Francia, con el fin de lograr una mayor y mejor formación de los docentes: ahí aparecen en escena dos pedagogos franceses, Jean y Maggie Charpentier” (ROTMAN, 2015, p. 313). Com o engajamento do casal Charpentier, a “pedagogia da alternância” praticada pelas EFAs ganha impulso na Argentina. Rio (2011, p. 13) identifica Jean Charpentier como funcionário da União Nacional das Maisons Familiares da França, responsável por promover as escolas de alternância na África e na América do Sul. O autor também registra iniciativas de formação de Escola Família Agrícola no Brasil, no Espírito Santo, ainda no início dos anos 1960 (RIO, 2011, p. 12-13). Para o caso do Brasil, ver Pessotti (1975).

região pampiana, as demais organizações e movimentos rurais têm uma forte presença e inserção na região nordeste e na região noroeste da Argentina.

Carballo (2017)¹²¹ assinala que a constituição da *Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares*, em 1995, foi antecedida por um esforço e acúmulo prévio que teve a duração de três anos. Logo, desde o ano de 1992. Esse trabalho partiu de antigas relações estabelecidas entre militantes sociais e organizações do nordeste argentino, relações forjadas tanto no processo de constituição da Ligas Agrárias quanto no processo de reconstrução dessas organizações sociais no pós-1983.

Ao que parece, a constituição de uma instância como a *Coordinadora Campesina del Nordeste*, reunindo, entre outras organizações, o *Movimiento Agrario Misionero (MAM)*, a *Federación Correntina de Asociaciones e Organizaciones de Productores Familiares*, o *Movimiento Campesino de Formosa (Mocafor)*, reflete este processo de articulação regional e busca de incidência na política nacional.

Segundo Carballo (2017)¹²²:

Porque acá hay un proceso de encuentro de las pequeñas organizaciones, las viejas recuperadas y las nuevas, de conocimiento, acuerdo, por ahí había algo de Formosa que decía coordinadora del Nordeste.

[...] Y después hacen la pregunta “¿y en región pampeana qué?”

[...] Y ahí investigan quienes están en región pampeana, qué características tienen, como hacemos, como no hacemos. Y en esto el MAM, que creo que tenía ya la relación más acordada con la Federación Agraria, de alguna forma hace de representante de todo este colectivo y viene el acercamiento al... [Federación Agraria]

[...]

Sí, eso es muy complejo y me parece que algunas de esas complejidades aparecen en la década del 90 cuando empezamos a trabajar el tema de la agricultura familiar, ahí aparece esa complejidad. Porque nosotros nos acercamos a la Federación Agraria a proponerle a la Federación Agraria que integre una mesa de organizaciones.

[...]

La propuesta era que Federación Agraria más una, dos, tres, diez, doce organizaciones que eran básicamente las organizaciones vinculadas a Ligas Agrarias en proceso de recuperación después de la represión y otras nuevas organizaciones que habían ido creciendo en muchos casos como consecuencia también de políticas públicas constituir un espacio que de alguna forma expresara la demanda de necesidades de lo que le empezamos a llamar agricultura familiar. Y Federación Agraria aceptó eso, una situación de debilidad, de desgastes muy importantes por conflictos internos, el reconocer de que los sectores más capitalizados de Federación Agraria ya se sentían más representados por otras instituciones. Entonces la visión de Federación Agraria que sus posibilidades de crecer a nivel nacional pasaba por sumar, incorporar a todos los otros. Mientras la discusión de todos estos, de cada uno de estos y este pequeño conjunto era “¿por qué nos hace falta la Federación Agraria acá dentro?”, porque era lo único pampeano que había y era imposible pensar una política para agricultores familiares sin pensar región pampeana.

[...]

¹²¹ Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017.

¹²² Carlos Carballo, comunicação pessoal, 3 de maio de 2017.

Bueno, esto pasa por las grandes políticas nacionales y las grandes políticas nacionales no pueden ni excluir región pampeana. Entonces quiénes son los actores de región pampeana que están expresando, podrían llegar a expresar la problemática de los que están expulsados de la tierra, los que no acceden a los créditos, al capital. Y era, y creo que sigue siendo así, salvo en los cordones hortícolas, era la Federación Agraria. Y la Federación Agraria pensó a su vez que formar parte de esto le permitía ser más visualizada y reconocida en las economías regionales, y que lo que le permitía era reconstruir ese tejido de entidades adheridas que ella comandaba, que ella coordinaba. (Carlos Carballo, comunicação pessoal, 28 de julho de 2017)

A primeira cisão na Mesa Nacional ocorre com o afastamento da Federación Agraria. Carballo analisa o processo de afastamento da seguinte maneira:

René Bonetto se hace cargo de la Federación Agraria en un momento en el que la Federación Agraria empieza a atravesar una crisis muy profunda [gestão 1996-2000]. La Federación Agraria como consecuencia del avance de la soja, la modernización capitalista, la incorporación muy rápida de los transgénicos, etc., dentro de la Federación Agraria se da un proceso de diferenciación muy fuerte. Productores que tienen la posibilidad y que se suman a ese proceso modernizador se capitalizan muy rápido, y otros que no tienen posibilidad de hacerlo. Bonetto es el presidente en esa etapa donde se agudiza la contradicción entre los dos mundos de Federación Agraria. Y entonces él ve como que la posibilidad, en esa situación de tensión interna, de mantener una cierta presencia, representatividad a nivel nacional pasa por una alianza con los sectores más campesinos. (*desenha em uma folha*) Entonces si esto es más o menos Argentina, así, esto es Buenos Aires, el corazón de Federación Agraria es esto, aquí es donde le explota la crisis a Federación Agraria. Entonces creo que, no sé si fue una estrategia pensada y desarrollada con mucho planeamiento, pero me parece que fue lo resultante, me parece que lo que Bonetto pensó es que podía replicar el modelo que había generado con el movimiento agrario de Misiones. [...] Entonces la Federación Agraria, por sus estatutos, tiene filiales que son como grupos de base de la propia Federación Agraria y tiene entidades adheridas. El MAM, en cuya reconfiguración tuvo un rol muy fuerte Federación Agraria... Entonces a mí me parece que el modelo que intentaron fue algo así similar. Como hacer una red con entidades adheridas a Federación Agraria en todo el país.

[...]

Para mantener presencia, poder nacional, capacidad de negociación, etc. Bueno, esto de trabajar en red no es fácil y Federación Agraria de hecho no era un integrante más de la red, era el más poderoso de la red. Era realmente. La sede que tenía en Rosario la Federación Agraria era casi un palacio. Muchas de estas organizaciones no tenían ni sede. Ni un vehículo, ni un peso, ni personería, ni absolutamente nada. Eran como los parientes pobres y el pariente rico. No es fácil de manejar esa relación. Aquí Federación Agraria logró que algunas organizaciones, por ejemplo, de Patagonia, se adhieran a Federación Agraria. Y esto que pudo haber sido la estrategia en algún momento Federación Agraria lo tuvo que abandonar o desatender o considerar secundaria porque acá dentro se le potencia la crisis. Tenía un nivel muy, muy alto de crisis, que también era una crisis política, de representación, pero más una crisis económica, muy, muy, muy dura, porque mucha de esa gente que se había capitalizado no se sentía representada y se iba. Entonces perdió muchísimos socios, como que fue un momento especialmente duro y aún más era un momento en que el gobierno nacional era profundamente neoliberal. Y Federación Agraria tenía un discurso populista, estatista, el rol del Estado, etc. O sea, había una contradicción fuerte con las políticas públicas y una crisis muy profunda en sus bases. Y Federación Agraria no lo pudo manejar. Creo que eso fue muy rápido, muy, muy rápido, muy explosivo, no consiguió resolverlo, entonces estas organizaciones que estaban acá dijeron: “este no es un socio, no es un aliado, no podemos hacer camino juntos, no es un aliado estratégico pero tampoco es un aliado táctico”, como a lo

mejor se veían en alguno momento, “no tenemos nada que hacer juntos, sigamos nuestro camino separados”. Y eso se dio, no fue público, no se explicitó en ningún lado, no fue resultado de un debate, de una asamblea, o de una polémica, sino que eso fue algo natural. Es decir, las organizaciones decidieron seguir juntas como mesa, y Federación Agraria no se sintió ni molesto, ni incómodo por eso, sino que quizá se sacó un peso de encima. (Carlos Carballo, comunicação pessoal, 28 de julho de 2017)

Ryan e Bergamín (2011) abordam este processo indicando, primeiramente, a saída da FAA, e, alguns anos mais tarde, a divisão das organizações que compunham a Mesa Nacional em dois campos.

Tres años después [da fundação da Mesa Nacional], la articulación asume sus profundas diferencias, decidiendo seguir su camino solas, sin el lastre que significaba la falta de compromiso de la Federación Agraria Argentina. Años después “la Mesa” se fragmenta, conformándose dos núcleos ideológicos o estratégicos principales, a los que no adhirieron la totalidad de las organizaciones participantes en aquel momento. Uno de ellos se alineó dentro de la órbita de la Central de Trabajadores Argentinos –en la que también estaba la FAA– otras conformaron posteriormente el “Movimiento Nacional Campesino e Indígena”; algunas fueron perdiendo identidad. (RYAN; BERGAMÍN, 2011)

Ryan e Bergamín (2011) identificam os dois campos como sendo, de um lado, os pró-campesinistas e, de outro, os pró-agricultura familiar. Os autores não aprofundam a caracterização desses campos ou a sua gênese¹²³.

A experiência da Mesa Nacional de Organizações de Produtores Familiares, com a complexa relação estabelecida entre seus componentes ao longo dos anos de funcionamento, em que uma pequena parte foi aqui explorada, demonstra o potencial para sua apreensão a partir da sua análise enquanto *rede de atores*. Na década seguinte, o processo torna-se mais complexo...

Tal como abordado no início do capítulo, a dinâmica deste processo adquirirá características diferentes a partir do governo de Néstor Kirchner e, na sequência, no governo de Cristina Kirchner. O embate entre o governo de Cristina e as entidades patronais agropecuárias (FAA presente) levará a busca de uma aliança privilegiada com organizações e movimentos sociais rurais, articulados no Foro Nacional de la Agricultura Familiar, primeiramente, e, após, na Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar, que reúne mais de meio milhar de organizações e movimentos sociais rurais.

¹²³ O documento final da “Asamblea 2001” da Mesa Nacional, realizada no mês de setembro de 2001, inicia afirmando: “Nosotros y nosotras, mujeres y hombres **campesinos e indígenas...**”, indicando, parece-me, o alinhamento de sua coordenação – à época – ao campo pró-campesinista, nos termos de Ryan e Bergamín (2011). (MESA..., 2001b, grifos nossos)

6 A IGREJA CATÓLICA E O DESENVOLVIMENTO

“[Y]o tuve una entrevista con Juan XXIII, personal [en el período del Concilio Vaticano], éramos tres o cuatro dirigentes en el movimiento, con Juan XXIII. Entonces Juan XXIII nos leyó un discursito que le había escrito algún cardenal, después dobló el papel, lo metió en el bolsillo y “¡Eh! ¿De dónde vienen?”, entonces nos preguntaba de dónde venías tú, y “¿qué haces?” y “¿cómo vive?” y “¿qué familia tienes?”, pero éramos tres o cuatro. Entonces yo le digo: “yo vengo del campo, del norte, Uruguay”. Él conocía muy bien Uruguay Juan XXIII porque había estado como nuncio apostólico acá. Entonces le digo, “soy de Salto, de una colonia” [...]. Pero que había trabajado en el movimiento de juventud y que etc., etc. Y que ahora estaba en actividad gremial, yo que sé qué. Me dijo: “(Onomatopeya negativa) Lei dove andare a la casa di mio fratello Inocencio, che lui est presidente de la Associazione Coltivatori Diretti di Italia”. ¿Comprenden mi mal italiano? Pero fue la frase textual que me dijo. Yo me fui a la casa de Inocencio Roncalli, a la casa donde nació Juan XXIII, ahí me recibió sus sobrinas e Inocencio, que tengo foto con él, y estuvimos charlando un largo rato, pero a mí me quedó una sola frase, yo me olvidé de lo demás que hablé, y hoy me la sigo colgando a la frase. Él me dijo: “para que las instituciones o las organizaciones sindicales tengan éxito, tienen que elaborar propuestas”, y lo mejor, a lo más posible, con el mejor apoyo técnico, porque los campesinos somos campesinos, no somos capaces de escribir. Sabemos lo que queremos, pero no lo sabemos decir. “Hay que escribir propuestas, hay que presentárselas a los políticos, hacerlas grandes”, grande, es decir, un texto largo, “y decir hasta tres veces la misma cosa con distintas palabras”. [...] Que no parezca la misma cosa. No, no, ¡pero me lo dijo! Justamente, con distintas [palabras], lo escribe que diga distintas cosas. Y después explico porque me dijo. Entonces se las tienes que llevar a los políticos, a los diputados, a los senadores, a los ministros. Sobre todo a los asesores de los ministros. Y empezar a trabajarlas con ellos, pero no pedir las para mañana. “Estamos planteando esto, estamos buscando esto”. No pidan nunca nada para mañana, porque les van a decir que no. Trabajar con ellos y empezar a negociar. Entonces si se puede llegar a elaborar un texto con ellos, que sea tres veces más chico y que ustedes hayan renunciado a dos cosas de cada tres que pidieron. En este momento el ministro o el asesor se cree que la propuesta es de él. Entonces ustedes lo felicitan, y ahí sale la propuesta. [...] Y ustedes saben que nunca más me olvidé de eso.”

(Silvio Marzaroli, comunicação pessoal, 30 de junho de 2017)

No depoimento citado, em que o Papa João XXIII orienta o então jovem militante católico Silvio Marzaroli a procurar e conversar com seu irmão, em sua terra natal, na propriedade da família na localidade de *Sotto il Monte*, região de Bérghamo, interior da Itália, bem como o significativo conteúdo dessa conversa, a qual Silvio mantém retida na memória e tem como orientação para sua atuação política através das décadas seguintes, parece bem expressar a relação esperada – em “clima” de Concílio Vaticano II¹²⁴ – por setores progressistas da Igreja Católica para atuação dos leigos: o engajamento no mundo terreno, buscando a realização da transformação das relações entre os homens (e mulheres!).

¹²⁴ O Concílio Vaticano II foi realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, sob a condução dos papas João XXIII e, após, de Paulo VI.

Os anos 1960 foram significativos pelo reposicionamento da Igreja Católica em um mundo de grandes transformações: sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas. Em pleno contexto de Guerra Fria e movimentos de contestação social e cultural, a década começa com a iniciativa de responder a esses desafios por meio da convocação do Concílio, e termina com a constituição de um campo com forte engajamento político e social, expresso pela Teologia da Libertação, fruto das reflexões empreendidas por intelectuais e teólogos católicos latino-americanos.

O objetivo deste capítulo será buscar retomar, em perspectiva panorâmica, alguns momentos do debate empreendido por setores da Igreja Católica ao longo deste processo, para enfatizar elementos que expressem o seu posicionamento sobre o tema do desenvolvimento, presente no período pós-guerra, em que setores mais progressistas da Igreja se dedicaram a conformar uma terceira via, que fosse distinta das alternativas capitalistas e socialistas, expressas nos polos que empreenderam a chamada Guerra Fria. A práxis e a elaboração (teórica e teológica) empreendidas ao longo dos anos 1960 e 1970 – tendo de dar conta de um contexto de regimes militares no cone sul da América do Sul – levou a uma aproximação com populações rurais, identificadas como camponeses ou pequenos proprietários.

Então, a partir do tema do desenvolvimento (ou libertação!), buscaremos indagar sobre as bases da constituição/surgimento da categoria agricultura familiar no âmbito dos países do Mercosul como expressão da atuação de militantes católicos em diferentes espaços sociais (grupos de base, lideranças e dirigentes de organizações e movimentos rurais, assessores de ONGs, agentes do Estado), orientados por valores, crenças e ideias que têm no pensamento cristão e humanista a sua base mais profunda.

Consideraremos que a região conformada pelo sul do Brasil, Uruguai e o pampa da Argentina, com uma base social constituída por descendentes de imigrantes europeus (com destaque aos italianos) dedicados à agricultura em áreas de pequenas e médias dimensões, desenvolveu uma experiência de lutas por terra, condições de produção e direitos sociais e políticos, em que, independentemente das várias denominações *êmicas*, políticas ou estatais para se referir a este setor social diverso, a designação *agricultura familiar* impôs-se como uma categoria política que melhor expressaria o sentido de “unidade na diversidade”. Ao simplificar, com a adoção de uma única referência linguística, potencializava-se a ação desses agentes sociais para tornar visível, ao conjunto das sociedades nacionais, as questões afetas a um setor específico, embora diverso.

É certo que outros setores políticos tiveram incidência sobre esse processo, principalmente aqueles de extração marxista, bem como experiências desenvolvidas em outras

regiões desses países, caso do nordeste brasileiro e do norte e nordeste argentino, para sublinhar aqueles com maior evidência nacional. No entanto, a região considerada desenvolveu uma atuação, nos marcos da ação católica para o rural, que manteve um relacionamento regional entre seus dirigentes nos primórdios desse trabalho – anos 1960 e início dos anos 1970 –, relacionamento que foi retomado, em outras bases, por meio de organizações e movimentos rurais (bem como ONGs), a partir da redemocratização dessas sociedades, no início dos anos 1990¹²⁵.

Tal como na conformação da experiência latino-americana do “cristianismo da libertação”¹²⁶, quando teóricos e pensadores católicos franceses exerceram uma influência sobre a reflexão desenvolvida na América Latina, a França também colaborará para a constituição e a propagação da categoria agricultura familiar, assente na contribuição de pesquisadores do rural –mantendo relação com pesquisadores da universidade brasileira –, mas que também contará com o apoio de setores católicos franceses, localizados nas universidades e em organizações de apoio à mudança social no “terceiro mundo”.

Embora já houvesse o emprego esporádico do termo agricultura familiar na região – caso do Uruguai¹²⁷ –, surpreende-nos a rapidez da adesão à expressão, tanto por parte das lideranças do sindicalismo rural quanto de estudiosos do rural e de setores governamentais. Tendo iniciado pelo Brasil, o termo espalha-se entre lideranças de organizações rurais da Argentina e do Uruguai, ainda na metade da década de 1990.

Dirá Silvio Marzaroli, à época, com o acúmulo de mais de três décadas de militância junto a organizações e movimentos rurais latino-americanos:

¡Impresionante! Yo no podía creer la rapidez con que avanzó la expresión, el término “agricultura familiar”.

E, ao responder ao questionamento da origem, do porquê dessa adesão tão rápida ao termo, recorrerá à metáfora:

Como todo río, nace de varias puntas.
[...]

¹²⁵ Setores do “protestantismo histórico” também desenvolveram uma atuação próxima a esta perspectiva. Guimarães (2012) atribui o termo “protestantismo histórico” às igrejas formadas há mais tempo, tais como a Anglicana, a Luterana, a Presbiteriana, a Batista e a Metodista, e o termo “pentecostalismo” às igrejas formadas recentemente, já no século XX, a exemplo da Congregação Cristã do Brasil e da Assembleia de Deus. (GUIMARÃES, 2012, p. 10).

¹²⁶ Termo empregado por Löwi (2016), “por ser um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática”. (LÖWI, 2016, p. 74).

¹²⁷ Referência já citada, livros de Astori (1982) e Piñeiro (1985).

Los procesos yo los veo como los ríos: se van alimentando de varios arroyos o de varios ríos más pequeños. Nunca nada empieza por una sola cosa. Una semilla no brota si no está en contacto con la tierra. Y, si no hay humedad, no crece. Siempre hay varios... (Silvio Marzaroli, comunicação pessoal, 30 de junho de 2017).

Consideramos que a rápida expansão da adoção do termo agricultura familiar entre organizações e movimentos rurais da região de abrangência do Mercosul é resultado do processo recente – mas intenso – de relação estabelecida entre as diferentes organizações e movimentos nacionais. Por outro lado, essa expansão é rápida, pois se assenta sobre ideias, crenças e visões de mundo desenvolvidas desde o início dos anos 1960, no trabalho de setores da Ação Católica da Igreja dos países da região, mais especificamente a atuação junto aos jovens rurais (lideranças e jovens militantes universitários), promovendo um pensamento cristão e humanista que embasava a busca pela libertação dos mais pobres. Trataremos disso no item que segue.

6.1 A AÇÃO CATÓLICA E A IGREJA DO SÉCULO XX

Ao longo do século XIX, a Cúria Romana empreendeu um esforço no sentido de voltar a ocupar o “lugar central da humanidade”, abalado desde o final da Idade Média e do processo revolucionário que se seguiu à Revolução Francesa. (MANOEL, 1999, p. 208)

Para Manoel (1999), este movimento demonstra o sentido reacionário da política do período:

Recuperar o lugar central do mundo significava que o vetor do movimento católico não era em direção a um futuro que suplantasse o momento presente, mas um futuro que readquirisse as características da Idade Média, mais especificamente entre os séculos VIII e XIV. (MANOEL, 1999, p. 208)

Para tanto, era necessário “preservar a doutrina católica das contaminações do materialismo, do racionalismo e do liberalismo como também, mais tarde, do comunismo”. (MANOEL, 1999, p. 208)

Segundo este autor,

Leão XIII [período 1878-1903] foi o primeiro papa pós-Revolução Francesa e pós-Comuna de Paris a se debruçar sobre a sociedade capitalista, não tanto para entender suas relações e contradições internas, mas para declarar a sua incompatibilidade com a verdadeira doutrina católica [...]. (MANOEL, 1999, p. 208)

Manoel (1999) afirma que o projeto católico era recuperar o controle sobre o conjunto da sociedade, que se paganizara, e então empreender a recristianização da humanidade. Para

tanto, os papas do período estabeleceram uma estratégia centrada na própria Igreja, com ênfase no trabalho discursivo. O autor divide as iniciativas da época em três áreas distintas e complementares. A primeira, com o Concílio Vaticano I (1869-1870), tinha na Cúria Romana a concentração do poder decisório em questões político-administrativas e doutrinárias, fortalecido com o estabelecimento da infalibilidade do papa. Com isso, buscava, também, o afastamento de setores do clero adeptos das ideias iluministas e liberais. A segunda área tinha como objetivo reformar seu próprio clero, constituindo um novo clero “afinado e consoante com a política conservadora ou ultramontana^[128], ou ainda romanizada da Igreja Católica” (p. 209). O autor identifica neste período o início da criação de seminários fechados no Brasil, já recomendados pelo Concílio de Trento (1545-1563, o “Concílio da Contrarreforma”, em alusão à Reforma Protestante), e a revisão do sistema de ensino (estruturas curriculares, expurgos na bibliografia utilizada, etc.). A terceira área, ao contrário das anteriores, que tinham um caráter interno à Igreja, propunha-se a envolver o conjunto de seus fiéis. Para Manoel (1999), “a Cúria Romana se apoiava em um pressuposto que denominamos de Teoria dos Círculos Concêntricos, isto é, entendia que o processo reformador e de recristianização partia do indivíduo, desse para a família, dela para a sociedade e da sociedade para o Estado” (p. 209). Assim, com uma pastoral voltada para o individual, enfatizou o trabalho discursivo e a formação individual. Entretanto, o autor identifica que as encíclicas, cartas pastorais e bulas redigidas à época, ao tentar convencer que os verdadeiros católicos não deveriam aceitar o “mundo moderno” e seus males associados, acabavam por ter uma função mais negativa do que positiva. (MANOEL, 1999, p. 209)

Foi o papa Leão XIII quem indicou outra estratégia para a Igreja: que ela se afastasse do risco do isolamento desenvolvendo um processo de recristianização que pressupunha um agir no interior da sociedade, a partir de cada fiel católico. Primeiramente, a Cúria Romana busca a formação individual como maneira de atingi-lo. Para tanto, empreende ações em duas grandes direções: desenvolvendo a piedade e a caridade individuais e atuando na educação escolarizada. Ainda no século XIX, esta estratégia centrada apenas no indivíduo mostrou-se infrutífera, principalmente em função da atuação dos partidos políticos. (MANOEL, 1999, p. 210)

Ficava evidente, portanto, que o sucesso da proposta católica de recristianização da humanidade exigia que o próprio laicato fosse organizado e coordenado para formar

¹²⁸ Nos termos de Caldeira (2009), “‘Ultramontano’ na sua acepção etimológica significa aqueles que estão ‘detrás os montes’, ou seja, aqueles que estão aquém dos Alpes, estão com Roma e todas as decisões do Sumo Pontífice”. (CALDEIRA, 2009, p. 31)

quadros militantes em contraposição à militância dos partidos e dos movimentos operários [...]. (MANOEL, 1999, p. 211)

No final do século XIX, propõe-se, no caso do Brasil, a formação de um Partido Católico, mas, a experiência da Ação Católica, desenvolvida já no século XX, com resultados considerados positivos, afasta a continuidade daquela possibilidade. Então, a “estratégia de organização do laicato foi consubstanciada na Ação Católica” (MANOEL, 1999, p. 212).

[...] distinguem a Ação Católica de qualquer outra associação religiosa: 01) a de ser um apostolado, isto é, um trabalho de propagação da Fé e difusão do Cristianismo; 02) a de ser um apostolado organizado, ou seja, exercido por um grupo de pessoas entre cujas atividades apostólicas existam nexos de subordinação e nexos de coordenação; 03) a de ser um apostolado organizado oficial, isto é, formalmente reconhecido e aceito pela Igreja como colaboração ao seu ministério evangelizador. (ARRUDA, 1936¹²⁹, p. 31, *apud* MANOEL, 1999, p. 212).

Para Manoel (1999), a singularidade da Ação Católica era mais profunda e se encontrava em suas estratégias:

A Ação Católica, exatamente porque se propunha a abarcar todos e em todos os momentos de suas vidas, organizou uma estratégia de acompanhamento do Homem, do nascimento à morte, tendo esse acompanhamento um sentido globalizante. (MANOEL, 1999, p. 212).

Assim, desde criança, iniciava-se essa educação religiosa no catecismo, compondo os ritos e condições para o ingresso na Ação Católica; seguia-se, então, a Primeira Comunhão e o ingresso na Cruzada Eucarística. A Ação Católica apresentava “duas vertentes de ação”: Ação Católica de caráter geral e Ação Católica especializada. Em síntese, a Ação Católica de caráter geral formava o que seria a “elite paroquial”. Por outro lado, a Ação Católica especializada, à qual queremos dar destaque,

se destinava a congregar os jovens e a característica fundamental dessa modalidade de Ação Católica era a de ser preparatória, visando formá-los para o apostolado leigo: As agremiações de moços denominadas JAC, JEC, JIC, JOC e JUC¹³⁰ têm antes um fim formativo do que executivo [...].
A divisão da Ação Católica Especializada em segmentos específicos, JAC, JEC, JIC, JOC, JUC, obedecia a um conceito muito particular de sociedade e de classes sociais

¹²⁹ Arruda, A. M. (Pe.). *Ascética*: preâmbulo da Ação Católica. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1936.

¹³⁰ “**JAC**: Juventude Agrícola Católica – destinada a jovens trabalhadores rurais, com uma finalidade, de muita relevância, de fixar esse jovem à zona rural, dificultando a migração para a cidade. **JEC**: Juventude Estudantina Católica – destinada a estudantes secundaristas. **JIC**: Juventude Independente Católica – destinada a jovens profissionais liberais ou filhos de classe média ou burguesa, não estudantes. **JOC**: Juventude Operária Católica – destinada a jovens trabalhadores urbanos, especialmente os jovens operários das indústrias, com a máxima finalidade de se contrapor ao crescente movimento operário de inspiração anarquista ou marxista. **JUC**: Juventude Universitária Católica – destinada aos estudantes das escolas superiores.” (MANOEL, 1999, p. 213; grifos nossos).

– ao mesmo tempo em que reconhecia e sacramentava a divisão social, entendia serem classes sociais aquilo que, na verdade, eram agrupamentos técnico-profissionais [...]. (MANOEL, 1999, p. 213)

Esses poucos parágrafos pretendem tão somente resenhar o contexto no qual se insere a convocação do Concílio Vaticano II, possibilitando uma melhor compreensão do debate que ali se instala. Em síntese, recorrendo a Caldeira (2009), temos que o autor considera que o embate entre as duas formas de interpretar os “sinais dos tempos” delineadas no século XIX, a tendência liberal e a tendência conservadora, ocorrerá no Concílio Vaticano II.

Essa divisão tomou contornos mais claros e radicais no decorrer do século XX, chegando ao paroxismo no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na sua recepção imediata. Dessa forma, o Concílio demonstrou-se como um campo de lutas simbólico-normativas no qual se encamparam na defesa de suas concepções e ideais os herdeiros dos primeiros combates oitocentistas e da primeira metade do século XX, principalmente da espinhosa *crise modernista*. (CALDEIRA, 2009, p. 58)

6.2 O CONTEXTO DA IGREJA NOS ANOS 1960: O CONCÍLIO VATICANO II

Primeiramente, cabe ressaltar a posição de Caldeira (2009), que enfatiza que a atuação da Igreja Católica no século XX, expressa nas iniciativas papais (encíclicas, cartas pastorais, etc.), oscilou entre os polos *modernidade/antimodernidade*, representadas pelo autor na ideia de um processo de *acomodação*. Para Caldeira,

buscar enquadrar todo um pontificado em conceitos como *antimoderno* ou *progressista* é recusar o lugar de cada um deles no complexo e contínuo processo de *acomodação*. É renunciar a perceber que cada um lançou novas perspectivas, buscando, ao mesmo tempo, conservar e defender o patrimônio da fé. Como demonstra Menozzi (2006), “‘modernização antimodernista’ pilotada pelos papados novecentistas, até ao esforço de integrar princípios e valores do mundo moderno considerados compatíveis com a ortodoxia católica e antes atribuídos, ao menos pelas suas origens, às influências do cristianismo”. (p. 11) É nesse percurso, para o historiador italiano, que deve ser lido o Vaticano II. Assim, tanto o *conservadorismo* quanto o *progressismo católico* devem ser lidos pressupondo que são linhas que transcorrem a partir de um mesmo problema. Duas compreensões que andam lado a lado e que objetivam alcançar uma hegemonia no centro de poder: o papado e suas decisões.

Pensar a história da Igreja do século XX é situá-la dentro desta *complexidade*. Aqui, se deve entender o conceito de *complexidade* como a reflexão acerca de como cada pontificado do século abordado emoldura-se no jogo *modernidade-antimodernidade*, ou seja, como cada pontificado reagiu frente aos novos movimentos que se embriam de aspectos modernos ou aqueles que se firmavam no pensamento conservador. (CALDEIRA, 2009, p. 60, grifos no original)

Segundo Caldeira (2009), o próprio Concílio Vaticano II deve ser lido a partir dessa chave. Assim, diferentemente de leituras que enfatizam o Concílio como “um evento no qual a Igreja teria se transformado profundamente e de uma vez por todas em direção à aceitação

dos valores modernos” (p. 61), o autor propõe que “o ponto fulcral dessa leitura metodológica em que deve ser inserido o ‘evento Vaticano II’ é o da *longa duração*” (p. 62) – em referência à contribuição de Fernando Braudel –, representado pelo ciclo *modernidade/antimodernidade*. Tanto é que o autor identifica, alguns anos após a realização do Concílio, “a persistência de um característico modelo intransigente do catolicismo antimoderno e antiliberal” (p. 63).

Partindo dessa referência, penso que podemos considerar que a instituição da Ação Católica no ano de 1923, sob o pontificado de Pio XI (período 1922-1939), possa ser considerada como inserida na polarização *modernidade/antimodernidade*, fornecendo sua contribuição ao processo de *acomodação*. Por outro lado, parece inegável a “liberação de forças progressistas” proporcionadas pela ação social cristã e a reflexão empreendida por setores intelectuais católicos e setores da hierarquia eclesiástica.

Caldeira (2009) identifica o que podemos considerar como o ponto de inflexão nessa trajetória conservadora, a condenação do movimento *Action Française* pelo papa Pio XI, em 1926.

É possível sugerir que é no pontificado de Pio XI que as forças latentes e oprimidas à centralização levada a cabo desde Gregório XVI (período 1831-1846) vêm à tona, desempenhando cada vez mais um papel de influência. O fato que liberta essa latência [...] foi a condenação do movimento *Action Française*, em 1926. A *Action Française* surge no final do século XIX, e tem seu principal impulso com a entrada em sua direção de Charles Maurras [...], dando a sua face nacionalista, monárquica e integralista [...]. As ideias do grupo caracterizaram-se por combate ao socialismo, ao liberalismo, à democracia, ao racionalismo, ao individualismo e ao protestantismo, além de exaltar os princípios da tradição, da autoridade, da ordem e da hierarquia [...]. Todos esses ideais estavam em consonância direta com as sementes do pensamento contra-revolucionário, ultramontano e conservador semeadas por diversos intelectuais do século XIX. (CALDEIRA, 2009, p. 69)

Em outra parte da tese de Caldeira (2009):

A condenação do movimento de Maurras liberta as forças latentes do interior do catolicismo francês que influenciará gerações com o surgimento de novas correntes intelectuais que buscam uma aproximação com a modernidade e são marcadas por forte empenho social e tom progressista. A condenação de Pio XI “liberou as forças do mundo católico que depois se empenharam na Ação Católica e na ação social cristã; permitiu a virada religiosa que se traduziu numa maior vitalidade das obras sociais das dioceses e no aumento das vocações sacerdotais” (Zagheni, 1999, p. 287)¹³¹.

Essas forças, então, desenvolvem-se e passam a ter nas décadas seguintes importante influência no âmbito eclesiástico e na formação da sensibilidade da maioria dos padres no Concílio do século XX. Pode-se mesmo dizer que a partir da condenação da *Action Française* “houve um parcial sucesso da esquerda sobre a direita do catolicismo francês [...] ainda que não houvesse certeza nas intenções de Pio XI de favorecer, com sua tomada de posição, a esquerda católica” (Verucci, 1999, p. 72)¹³². (CALDEIRA, 2009, p. 70)

¹³¹ Trata-se de ZAGHENI, G. **A idade contemporânea**: curso de história da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

¹³² O autor se refere a VERUCCI, Guido. **La Chiesa nella società contemporanea**. Roma: Laterza, 1999.

Creio importante sublinhar a perspectiva de Caldeira (2009), que identifica na “liberação das forças latentes” o impulso para a constituição de novas correntes intelectuais, conformadas por intelectuais católicos franceses – com destaque para os padres dominicanos –, pois elas terão uma fundamental importância no processo brasileiro e latino-americano.

Segundo Michael Löwi,

desde o final do século XIX a França é um país onde se desenvolve, dentro do catolicismo, uma corrente crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo, que vai de Charles Péguy à CFDT^[133] dos anos 1960, passando por Emmanuel Mounier, pelos Cristãos Revolucionários da Frente Popular, pelo “Testemunho Cristão”, pela revista *Esprit*, pela JEC e JUC etc. Na década de 1950 houve uma grande efervescência na Igreja francesa, que viu surgir as correntes teológicas que levam ao Vaticano II (Henri de Lubac, Yves Congar, Christian Duquoc), bem como outras tendências com sensibilidade social como os padres operários ou “**Economia e Humanismo**”. Nada comparável (salvo exceções) ocorreu na Espanha ou Itália. Por isso não é de admirar que a Igreja latino-americana, mais próxima do catolicismo francês, seja também a que chegou à maior abertura e radicalização. (LÖWI, 2016, p. 234, grifos nossos)

Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Louis Joseph Lebret, Yves Congar, Marie-Dominique Chenu, entre outros, são nomes que influenciaram os rumos do pensamento católico francês no período entre as décadas de 1930 e 1960. O pensamento desses intelectuais católicos esteve representado no Concílio Vaticano II, havendo inclusive atuação direta de alguns deles como consultores e peritos do evento, casos de Yves Congar e Marie-Dominique Chenu, padres dominicanos.

A ampliação do papel dos leigos na Igreja é reforçada no período do pontificado de Pio XII (período 1939-1958), constituindo um espaço de atuação que reverberava as posições mais progressistas do clero, mas também um tema de reflexão para esses setores progressistas.

Outra perspectiva que Pio XII parece avançar é em relação ao papel dos leigos na Igreja. Inserido na mesma dinâmica de seu antecessor e reafirmando o direito da Igreja interferir na esfera pública com o objetivo de construir uma nova ordem cristã, Pio XII aponta para a importância e a força do laicato católico nessa empresa. Assim, o papa oferecia aos leigos a possibilidade de colaborar diretamente com a construção dessa nova ordem, contudo subordinados diretamente à hierarquia eclesiástica e respeitando determinados limites na aproximação com as forças políticas seculares. (CALDEIRA, 2009, p. 77)

¹³³ CFDT: *Confédération Française Démocratique du Travail*. Até 1964, seu nome era *Confédération Française des Travailleurs Chrétiens* (CFTC). Ver: <www.cfdt.fr>.

Caldeira (2009) busca situar o pontificado de Pio XII inserindo-o na difícil conjuntura em que ele assume o papado (ameaça de guerra na Europa) e a característica do período em que exerce o pontificado – período da II Guerra Mundial e do Pós-guerra. Mesmo com uma ênfase antimoderna, também assume uma “certa modernização ao deixar claro que a Igreja romana aceita a legitimidade do Estado moderno e a separação das esferas civis e religiosas” (p. 73). (CALDEIRA, 2009, p. 72-73; 82)

Como enfatiza o autor,

[p]ode-se tomar como um pontificado paradigmático da leitura *complexa* o papado de Pio XII. Além dos vários exemplos oferecidos por ele, o reinado de Eugenio Pacelli (1939-1958) é o último antes da convocação do Concílio Vaticano II, o que fornece elementos para a compreensão da conjuntura eclesial anterior ao evento conciliar. Nele é possível perceber claramente a lógica *modernidade/antimodernidade* que marcou toda a história da Igreja no século XX. O período em que Pio XII esteve à frente da Santa Sé é visto por alguns estudiosos como o último da “era antimoderna”. De fato, sua relutância frente a algumas questões que pudessem colocar em risco a identidade católica concebida como marcadamente conservadora foi constante em seu papado. Por outro lado, encerrá-lo apenas nessa categoria seria usurpá-lo de sua condição particular e ambivalente dentro da lógica da *acomodação*. (CALDEIRA, 2009, p. 72)

A morte de Pio XII e a polarização presente no interior da Igreja levam à opção por um papado com características de transição, representado pela escolha de Angelo Roncalli (papa João XXIII, período 1958-1963), de perfil diplomático e idade avançada, indicando um papado não muito longo. A grande surpresa apresentada já no início do pontificado de João XXIII, em janeiro de 1959, foi a convocação do Concílio Vaticano II¹³⁴. Para Caldeira (2009), teria sido uma iniciativa pessoal de João XXIII, valendo-se da prerrogativa da posição. (CALDEIRA, 2009, p. 108)

O inusitado da iniciativa é reforçado pela própria história dos concílios. De um total de vinte e um concílios promovidos pela Igreja Católica em seus dois mil anos de história, o penúltimo havia ocorrido há quatrocentos anos (Concílio de Trento, 1545-1563), e o último há noventa anos da convocação desse novo concílio (Concílio Vaticano I, 1869-1870). Com o detalhe de que o Concílio Vaticano I era um concílio inconcluso, dado que foi interrompido pelo processo de lutas de unificação da Itália e pela vulnerabilidade do Estado Pontifício em

¹³⁴ Cabe registrar que no início desse mesmo mês de janeiro de 1959 houve o desfecho da Revolução Cubana, com a destituição do ditador Fulgêncio Batista. Esse fato teve grande impacto na conjuntura internacional dominada pela Guerra Fria, ampliando as preocupações dos setores conservadores da Igreja Católica. A Revolução Cubana acabou exercendo grande influência nos movimentos políticos e culturais dos anos 1960 ao redor do mundo e, em particular, inspirou as lutas antissistema desenvolvidas no continente latino-americano.

função da retirada das guarnições francesas de Napoleão III que o protegiam. Não foi mais retomado. (CALDEIRA, 2009, p. 37; 109)

A surpresa geral, que se apossou não só dos cardeais, mas da catolicidade como um todo, adveio “não só da ausência de clima e de expectativa de um Concílio [...] mas também e não menos da repressão antimodernista dos inícios do século XX e do renovado clima de desconfiança, que se difundira sobretudo na segunda parte do pontificado de Pio XII, por qualquer fermento de renovação” (Alberigo, 1996, p. 25). (CALDEIRA, 2009, p. 109)

Diferentemente dos outros concílios, este não tinha por objetivo a discussão sobre questões doutrinárias e disciplinares, mas tratar da relação da Igreja com o mundo moderno, com ênfase em um caráter pastoral. (CALDEIRA, 2009, p. 110)

Caldeira (2009) tratará como “paradoxo João XXIII” as atitudes do pontificado que identifica como contraditórias, em que, partindo de uma trajetória pessoal associada ao catolicismo antimoderno – que se expressou em decisões tomadas em seu pontificado, tal como medidas disciplinares contra religiosos que compunham a *nova teologia* –, também tomou iniciativas que fortaleceram o polo progressista do debate. (CALDEIRA, 2009, p. 112)

Com o objetivo de possibilitar que a Igreja absorvesse a proposta e se preparasse para o evento, João XXIII inaugurou uma fase antepreparatória do Concílio, que foi seguida da fase preparatória.

O Concílio teve quatro sessões, quatro momentos entre os anos de 1962-65, período de sua duração, e desde o início do processo de sua preparação, as forças modernas e antimodernas começaram a articular-se para influenciar os rumos do Concílio. As primeiras, desconfiadas das reais intenções da iniciativa papal, mas esperançosas na possibilidade da Igreja se abrir para as experiências pastorais e reflexões teológicas em curso, sempre sujeitas a censuras e condenações de Roma; as segundas, também desconfiadas da iniciativa papal, principalmente pelo risco que, consideravam, a Igreja incorria com a iniciativa de desfecho incerto. Estas contavam, para minimizar os riscos envolvidos, com o controle da condução do Concílio nas mãos da Cúria Romana, sob total hegemonia das forças antimodernas. João XXIII, por um lado, confirma a expectativa dessas forças antimodernas, mantendo a condução do processo de preparação do Concílio com integrantes da Cúria, mas, por outro lado, intervém no sentido de que o conteúdo da preparação não direcione o desfecho do Concílio, abrindo-o à possibilidade de contribuição dos bispos de todas as regiões e posições. Frustrando as expectativas das forças antimodernas, que trabalharam para um Concílio de

curta duração, o debate em torno dos rumos da Igreja abarcou um período de sete anos, desde o seu anúncio até o seu encerramento (janeiro de 1959-dezembro de 1965).

Ianko Bett (2011) destaca a importância e o significado de duas encíclicas de João XXIII – *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) – tanto para a compreensão daquele momento vivido pela Igreja e pelo catolicismo quanto para a influência sobre os rumos do Concílio (BETT, 2011, p. 1171). Sobre essas encíclicas, Bett (2011) escreverá:

A encíclica *Mater et Magistra* (publicada em 15 de maio de 1961) aprofundou uma discussão, que pode ser remetida à Encíclica *Rerum Novarum* (1891), acerca do desenvolvimento da doutrina social da Igreja Católica. Para Beozzo (1993)¹³⁵, a Encíclica de João XXIII abordou dois pontos que estavam no centro daquele momento histórico: **os países subdesenvolvidos e o problema do campo**. Nesse sentido, trouxe para o debate, de modo bastante preciso, **a questão da terra e da reforma agrária**.

Por seu turno, a encíclica *Pacem in Terris*, publicada na Quinta-Feira Santa de 1963, pode ser considerada uma última mensagem do Papa João XXIII ao mundo. João XXIII, ciente de que em função de seu estado enfermo não chegaria ao final das atividades conciliares, deixou essa sua última encíclica, a qual versou sobre a paz [...]. Nascida no contexto da denominada “crise dos mísseis” em Cuba, a referida encíclica “chamou atenção do mundo sobre a necessidade de respeito e colaboração entre os diferentes regimes sociais e políticos” (BEOZZO, 1993, p. 118). Quer dizer, especificamente no caso da América Latina, significou o direito a Cuba desenvolver a sua experiência política e social, portanto, em certa medida, também significou uma resposta acerca da “liceidade da colaboração, no terreno do social, do político, da justiça, entre cristãos e movimentos históricos vindos de outros horizontes doutrinários e ideológicos” (BEOZZO, 1993, p. 118). (BETT, 2011, p. 1171-1172, grifos nossos)

Refletindo o “paradoxo João XXIII”, tratado por Caldeira (2009), ainda na fase preparatória do Concílio, sob a condução de membros antimodernos da Cúria Romana, o papa nomeia, entre os peritos do evento, integrantes das forças modernas, inclusive teólogos anteriormente censurados pela Santa Sé (caso de Yves Congar, Henri de Lubac e Karl Rahner). (CALDEIRA, 2009, p. 126)

Para Caldeira (2009), ainda na fase preparatória,

[o]s dois eixos que entrariam em embate no Concílio já estavam formados: o primeiro [*modernos*], **que vai se firmar como a maioria**, caracterizados, principalmente, pelos padres dos episcopados alemão, francês, austríaco, holandês, belga e suíço, e o segundo [*antimodernos*], marcado fortemente pelo episcopado italiano, espanhol e, com o início das discussões conciliares, reforçados pelos de países latinos. (CALDEIRA, 2009, p. 127, grifos nossos)

¹³⁵ Referência a BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Puebla**. Petrópolis: Vozes, 1993.

Sem buscar um maior aprofundamento na dinâmica do Concílio, é importante ressaltar a correlação de forças interna ao Concílio durante este período. Segundo Caldeira (2009), após a instalação do Concílio Vaticano II, seu primeiro período possibilitará a aglutinação e a organização das tendências que buscarão influenciar seu rumo, mas será no segundo período em que a maioria conciliar, de perfil moderna e progressista, assume o controle e direção do Concílio.

Caldeira (2009) aborda elementos das articulações em curso:

É importante notar que a articulação dos bispos em redes de relações para influir na dinâmica conciliar foi fundamental para a própria organização dos padres em maioria e minoria. Beozzo (2005)¹³⁶ cita redes preexistentes e redes constituídas no calor do Concílio. As primeiras poderiam ser exemplificadas com as Conferências episcopais como a brasileira, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a latino-americana, Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), as redes organizadas tendo como base famílias religiosas, nacionalidade e língua e aquela dos bispos que possuíam relações estreitas com movimentos leigos, como a JOC (*Jeunesse Ouvrière Catholique*), [o] MIJARC (*Mouvement International de la Jeunesse Agraire Catholique*), a JEC (*Jeunesse Étudiante Catholique*). (CALDEIRA, 2009, p. 131, grifos nossos)

A passagem acima atribui relevância às articulações de bispos progressistas com movimentos leigos. No caso, destaco o MIJARC (Movimento Internacional da Juventude Agrária Rural Católica) para evidenciar o contexto em que Silvio Marzaroli, dirigente da juventude agrária uruguaia, viajará para Roma, participando das movimentações em torno do Concílio, e tendo a oportunidade de um encontro pessoal com o papa João XXIII, situação relatada na passagem reproduzida na abertura deste capítulo.

Bastante doente, João XXIII falece em meio ao Concílio, entre o primeiro e o segundo período conciliar, no mês de junho de 1963. Em um rápido conclave, ainda em junho de 1963, é escolhido como papa Giovanni Montini, que utilizará o nome de Paulo VI (período 1963-1978), e que dará continuidade aos trabalhos conciliares, respeitando a vontade da maioria, que teria sido expressa através das votações ocorridas na escolha do novo papa. (CALDEIRA, 2009, p. 156-157)

O trabalho de Caldeira (2009) indica que, no terceiro e quarto períodos do Concílio, as forças antimodernas, em franca minoria, teriam conseguido algumas vitórias significativas. Se não de aprovar suas posições na íntegra, pelo menos de influenciar passagens dos textos propostos pela maioria conciliar, que abriria todo um debate no processo posterior de recepção do Concílio, mais uma vez consolidando a polarização modernos/antimodernos.

¹³⁶ O autor se refere a BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

Apenas a título de exemplo das posições antimodernas defendidas no Concílio Vaticano II, e tomando os temas debatidos no quarto e último período, têm-se os “temas da liberdade religiosa, da relação dos católicos com os judeus e da Igreja no mundo moderno” (CALDEIRA, 2009, p. 223). O campo antimoderno admitia apenas a *tolerância* religiosa frente à liberdade religiosa, acusando o campo moderno, que propunha a liberdade religiosa, a defesa da igualdade entre todos os credos, abdicando da “verdadeira” religião e da “verdadeira” Igreja – a Católica; o tratamento dado a outras tradições religiosas, como protestantes, ortodoxos, judeus, muçulmanos, budismo e hinduísmo, confluía para o embate com os judeus, em que os antimodernos não aceitavam a proposta de texto em que não era evidenciada a culpa dos judeus pela morte de Cristo; por fim, no debate acerca da visão da Igreja sobre o mundo moderno, a principal atuação do campo antimoderno – com destaque para bispos brasileiros conservadores – foi para a explícita condenação do comunismo pelo Concílio. Para a frustração dessas forças, o assunto foi tratado apenas em uma nota e sem uma referência explícita ao comunismo – nem o termo foi citado. (CALDEIRA, 2009, p. 229; 233; 245)

Caldeira (2009), ao investir o seu trabalho no estudo da participação brasileira no polo antimoderno do Concílio, dedica-se a acompanhar a trajetória de alguns bispos – especificamente Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, e Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos – na articulação de um *partido* conciliar, com destacada importância na conformação deste polo, nomeado *Coetus Internationalis Patrum* (Grupo de Padres Internacionais). No Brasil, este movimento ocorre em estreita relação com setores leigos conservadores. Aqui, o destaque recai sobre o nome de Plínio Correa de Oliveira e da Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP. Inclusive, Sigaud havia indicado o nome de Plínio para atuar como auditor do Concílio durante o último período, destacando sua especialização em *comunismo*, sugestão não aceita pela Cúria Romana. E alguns integrantes da TFP viajaram para Roma para apoiar e oferecer suporte às articulações deste setor. (CALDEIRA, 2009, p. 226-227)

Caldeira (2009), buscando resgatar as percepções ao final do Concílio, afirma:

O clima no encerramento do evento conciliar é de incertezas e receios [...]. Mesmo entre aqueles que tiveram papel crucial entre os peritos do Concílio e que lutaram em vista de uma Igreja mais aberta ao mundo demonstravam desilusão frente ao Concílio. (CALDEIRA, 2009, p. 250)

Logo após o final do Concílio, ocorrido no início de dezembro de 1965, o papa Paulo VI expressava seu temor por futuras interpretações equivocadas e desvirtuamentos do Concílio (p. 250). Em conclusão, Caldeira (2009) afirma: “O tempo da recepção e interpretação dos frutos do Vaticano II estava aberto [...]. O futuro do Concílio estava nas mãos daqueles que iriam recepcioná-lo, colocá-lo em prática nas suas dioceses, interpretá-lo”. (CALDEIRA, 2009, p. 250)

E essa interpretação aconteceu a partir dos posicionamentos adotados ao longo do Concílio – e mesmo anteriormente –, a partir dos dois grandes polos conformados: modernos e antimodernos; progressistas e conservadores.

Para os casos do Brasil e da Argentina, segundo Bett (2011), “o processo de divisão do catolicismo suscitado a partir do Concílio aumentou consideravelmente no momento em que os religiosos de ambos os países se engajaram nos debates e nas lutas políticas que cercaram os momentos de rupturas institucionais...” (p. 1174) – o autor se refere aos golpes militares no Brasil (1964) e na Argentina (1966).

Nos dois países, os bispos expoentes do antimodernismo mantiveram estreita relação com os militares e os regimes ditatoriais de ambos países. No Brasil, a TFP, expressão leiga do conservadorismo católico, não apenas apoiou o Golpe de 1964 como, posteriormente, na pessoa do bispo Sigaud, buscou, no ministério brasileiro da aeronáutica e das relações exteriores do governo militar, o apoio para o envio de membros brasileiros da organização para Roma, visando fortalecer as posições do campo antimoderno nos embates do Concílio Vaticano II, sob o argumento de combate à propagação do comunismo (CALDEIRA, 2009, p. 227-228).

Na Argentina, a hierarquia da Igreja Católica manteve estreita relação com o General Juan Carlos Onganía, após o golpe de 1966. À época, o Cardeal Antonio Caggiano – “chefe maior da Igreja argentina no período” – também era o Vigário Geral das Forças Armadas (BETT, 2011, p. 1176). Para Bett (2011), ocorreu a “divisão entre a hierarquia conservadora, que apoiou o governo de Onganía, e os quadros médios do clero, os quais foram, gradualmente, se separando dos grupos mais tradicionais, buscando uma revalorização do legado peronista empurrados pelo clima de renovação que acompanhou o desenvolvimento do Concílio” (p. 1175).

Pablo Ponza (2008) aborda elementos do processo que leva à radicalização de parte da juventude católica, com sua adesão à luta armada e à organização político-militar *Montoneros*.

Desde la óptica de una parte de la juventud católica renovadora, seminaristas y sacerdotes, la pobreza, la proscripción peronista y, desde 1966, la intervención universitaria y la clausura de toda práctica político-cultural disidente –por parte de la dictadura de Onganía–, no sólo eran vistas como cargas injustas producto de una violencia sistémica, sino además contradictorias con el mensaje evangélico propuesto por el Concilio Vaticano II. (PONZA, 2008, não paginado)

Ainda, o texto do autor sustenta que:

[...] en Argentina la renovación conciliar fue articulada con las nociones *liberacionistas* propias de la época, impulsando concepciones y repertorios de violencia que fueron legitimados fundamentalmente por un esquema moral crítico de la miseria, la represión y la privación de los derechos políticos que sufría el peronismo.

Si es posible hallar componentes mesiánicos y de misticismo revolucionario en los grupos mencionados, es aquí donde debemos buscarlos. Es decir, debemos buscarlos en aquellos lugares donde se alude a una práctica religioso-secular de la organización política, y en aquellos fundamentos que creían en la existencia de una violencia justa. Utilizando esta argumentación muchos jóvenes católicos consideraron que debía darse lucha a la dictadura, y que ésta lucha debía tener lugar en el terreno de las injusticias, donde la paz estaría subordinada a la justicia social bajo las formas del socialismo. (PONZA, 2008, não paginado)

A radicalização política de parte da juventude católica argentina, incluindo sacerdotes, tem sua expressão no âmbito do rural com a adesão de parte dessa juventude ao trabalho de apoio à organização de camponeses e agricultores empobrecidos. A constituição das Ligas Agrárias na região do nordeste argentino encontra nesses militantes sociais um apoio fundamental.

Se as forças antimodernas que atuaram no Concílio Vaticano II detinham um forte enraizamento na estrutura eclesial da Igreja da Itália e Espanha – com forte incidência sobre a Argentina, por exemplo –, as forças modernas contavam com vínculos mais ao norte da Europa, com destaque para a França, Bélgica e Alemanha. Não sendo esses dois polos blocos monolíticos, observa-se que se formaram grupos distintos no interior de cada campo. O grupo nomeado *Coetus Internationalis Patrum*, anteriormente referido, e com forte atuação no polo antimoderno, tinha entre seus nomes de expressão dois bispos brasileiros – Sigaud (Diamantina) e Castro Mayer (Campos) – e um francês – Marcel Lefebvre, um dos principais nomes do campo antimoderno. Após o Vaticano II, Lefebvre radicalizará suas posições, não aceitando nem se submetendo às decisões do Concílio. Mayer o acompanhará nesse processo; Sigaud se afastará do rumo por eles tomado. Em decorrência, Lefebvre e Mayer serão excomungados pelo papa João Paulo II, no ano de 1988. O desfecho deste caso ocorrerá em janeiro de 2009, quando, no pontificado de Joseph Ratzinger (papa Bento XVI) – componente

das forças progressistas à época do Concílio –, serão revogadas as excomunhões perpetradas contra os bispos. (CALDEIRA, 2009, p. 16; 145; 178; 252).

Entre as forças progressistas, o grupo interno que se constituiu com mais força foi aquele que ficou conhecido como *Aliança Centro-Europeia* (ou *Aliança Universal*). No caso do Brasil, tornou-se uma referência o *partido* conciliar nomeado *Grupo Igreja dos Pobres*, que tinha entre suas principais lideranças Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. (CALDEIRA, 2009, p. 130-131; 187).

Para a Argentina, Ponza (2008) indica a fundação, em agosto de 1967 – logo, pós-Concílio Vaticano II –, do *Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo* (PONZA, 2008, não paginado). O movimento surge na Argentina em adesão ao *Manifiesto de 18 Obispos del Tercer Mundo*, apresentado naquele mesmo ano e assinado por bispos de diferentes países e continentes do denominado Terceiro Mundo, sendo Dom Hélder Câmara um dos principais articuladores do documento. O Manifesto se propunha a ser “una aplicación del *Concilio Vaticano II* y de la *Encíclica Populorum Progressio*, para los países del tercer mundo” (CATOGGIO, 2008, p. 172).

Para Bett (2011),

[...] a publicação, em março de 1967, da primeira Encíclica do Papa Paulo VI, denominada *Populorum Progressio*, vai dar continuidade ao debate que perpassou o Concílio, como, de certa forma, vai oferecer um novo redimensionamento ao processo da “guinada” social da Igreja Católica nos países foco da pesquisa [Brasil e Argentina]. (BETT, 2011, p. 1179).

O impacto da publicação da Encíclica e sua relação com a elaboração do Manifesto, é apresentada por Costa (2013):

Por seu turno, o aparecimento, em março de 1967, da *Populorum Progressio*, a mais importante encíclica social do papa Paulo VI, motivou a publicação de outro Manifesto, agora por parte de um coletivo bem mais amplo, que incluiu dezessete bispos de diversos países da África (Argélia e Egito), América Latina (Brasil e Colômbia), Ásia (China, Indonésia, Laos e Líbano), Leste Europeu (Iugoslávia) e Oceania. Uma vez mais capitaneado por dom Hélder Câmara, o “Manifesto dos Bispos do Terceiro Mundo”, datado de 15 de agosto daquele ano, trazia nada menos que cinco (ou seja, 30% do total) bispos proféticos nordestinos [...], defendendo uma postura bem mais radical:

Tomando consciência de certas necessidades para alguns progressos materiais, a Igreja, há um século, tolerou o capitalismo com o empréstimo a interesse legal e seus outros usos conformes à moral dos profetas e do Evangelho. Mas ela só pode alegrar-se vendo aparecer, na Humanidade, um outro sistema social menos afastado dessa moral. [...] Os cristãos têm o dever de mostrar que o verdadeiro “socialismo” é o cristianismo integralmente vivido, a justa divisão dos bens e a igualdade fundamental de todos. Longe de aborrecê-lo, saibamos aderir a ele com alegria, como uma forma de vida social melhor adaptada a nosso tempo e mais conforme ao espírito dos Evangelhos. Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e a religião com

os opressores do mundo, dos pobres e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo (MANIFESTO dos Bispos do Terceiro Mundo, 1968, p. 210).

(COSTA, 2013, p. 1480)

Então, tendo-se inaugurado o “tempo da recepção e interpretação dos frutos do Vaticano II” (CALDEIRA, 2009, p. 250) – Concílio recém-concluído em dezembro de 1965 – , e após a publicação da Encíclica *Populorum Progressio* (26 de março de 1967), um grupo de bispos realiza uma interpretação particular desses documentos e publicam o “Manifesto dos Bispos do Terceiro Mundo”. Em adesão aos termos propostos nesse documento, surge na Argentina o Movimento dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo, que manteve uma atuação pública de quase uma década – 1967-1976 – até o Golpe Militar.

Para Catoggio (2008):

Este apoyo al manifiesto supuso un compromiso de actuar en la misma línea y una expresión de deseo de que los obispos argentinos manifestasen también su aprobación y compromiso. (CATOGGIO, 2008, p. 172)

[...]

Las relaciones con la Conferencia Episcopal Argentina (CEA) en términos generales fueron hostiles y, por momentos, tormentosas. A pesar de ello, el MSTM siempre se consideró dentro de la Iglesia Católica, y el Episcopado, a pesar de sus fuertes condenas, nunca lo definió por fuera del perímetro de la misma. (CATOGGIO, 2008, p. 173)

A radicalização de parte da juventude católica argentina, anteriormente referida, incluiu sacerdotes que participavam do *Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo* e que acabaram por participar da criação dos *Montoneros*.

Após a morte do papa João XXIII, tendo o papa Paulo VI dado continuidade à empreitada iniciada pelo seu antecessor e concluído o único Concílio realizado no século XX, o Concílio Vaticano II, seguindo o espírito inaugurado com o evento, publica a Encíclica *Populorum Progressio* (“Do Progresso dos Povos”). Na redação desta encíclica, cumpriu importante papel o padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret, que teve atuação destacada na América Latina – Brasil em particular. O seu pensamento, pesquisas e obras, juntamente com a Teologia da Libertação, que será sistematizada no período final que abordamos até aqui – 1971 –, oferecerá, acreditamos, a base das crenças e dos valores que o “cristianismo da libertação” aportará à organização dos “pobres do campo” e à constituição da categoria agricultura familiar. Mas, antes, resgataremos alguns elementos da trajetória e dos aportes do Padre Lebret.

6.3 DESENVOLVIMENTO E A CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: O PADRE LEBRET E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O jesuíta espanhol Fernando de la Iglesia Viguiristi, economista e teólogo, afirma, em artigo sobre o Padre Lebreton publicado no jornal *L'Osservatore Romano*, no cinquentenário de sua morte, que “[d]evemos em grande parte a ele a introdução de toda a **temática do desenvolvimento** na doutrina social da Igreja” (VIGUIRISTI, 2016, não paginado, grifos nossos). Essa afirmação antecipa o vulto do empreendimento levado a cabo pelo frade dominicano e o impacto que seu pensamento e obras exerceram sobre a Igreja, tanto a latino-americana – Brasil, em particular – quanto a própria Igreja romana pós-conciliar.

O Padre Lebreton foi o fundador do movimento *Economia e Humanismo*, em que, a partir da proposição de um *desenvolvimento integral*, que não restringisse o *desenvolvimento* a uma simples equivalência de *crescimento econômico*, propunha a ênfase na consideração dos aspectos humanos como eixo central do processo. Essa perspectiva foi elaborada nos anos de 1940 e 1950, antecipando, assim, em vários anos uma crítica à corrente *mainstream* que imperava no período pós-guerra, notadamente, aquela que orientava a geopolítica estadunidense. Para tanto, participou de diversas iniciativas de planejamento urbano e regional (*aménagement du territoire*), sempre com base em extensas pesquisas de diagnóstico (*surveys*), refletindo o *conhecer para transformar*. Tendo estabelecido uma forte ligação com o Brasil, e aqui consolidando seu método de trabalho, contribuiu para a formação de uma geração de planejadores urbanos, deixando estudos de referência – até os dias de hoje – sobre as favelas do Rio de Janeiro, ou o planejamento urbano de São Paulo e de Recife, ou, ainda, sobre a Bacia do Paraná, entre outros.

Mas, qual é a trajetória de Louis-Joseph Lebreton? Como, tendo saído das proximidades de Saint-Malo, na Bretanha (França), acabará por circular por diversos países do “Terceiro Mundo”, na América, África e Ásia, dedicando-se a uma forte atuação na área do desenvolvimento (com ênfase no planejamento urbano), e terminando por incidir no Concílio Vaticano II, onde atuou como perito conciliar; ou, ainda, representando a Santa Sé em organismos da ONU, tal como a FAO; e, por fim, deixando seu pensamento inscrito na encíclica *Populorum Progressio*.

Alfredo Bosi (2012) situa o contexto europeu e francês no qual *Economia e Humanismo* foi constituído, bem como aquele que, no Brasil, possibilitou o acolhimento dessa perspectiva por parte de intelectuais católicos e jovens militantes da Ação Católica especializada (JUC, JEC, JOC).

Trata-se de uma das matrizes da passagem que se operou, entre os anos 1950 e 1960, de um tímido catolicismo de centro (o da democracia cristã ocidental) para o vigoroso cristianismo de esquerda no Brasil.

O fato de a Província Dominicana de São Paulo estar vinculada aos dominicanos franceses conta entre aquelas circunstâncias felizes que mudam o rumo de uma instituição. A França dos anos 1930 aos 1950 foi um viveiro de intelectuais cristãos que se posicionaram contra as tendências de direita que rondavam o clero europeu e latino-americano. Em face da ocupação nazista, esses intelectuais elaboraram um pensamento político não só antifascista (como é o caso do grupo da revista *Esprit* fundada por Emmanuel Mounier e da militância democrática de Jacques Maritain), mas abertamente anticapitalista e anti-imperialista, de que é exemplo Economia e Humanismo criado pelo Pe. Lebrez no começo dos anos 1940. (BOSI, 2012, p. 250)

Privilegiando um resgate da trajetória do Padre Lebrez a partir da leitura de Bosi (2012), e, secundarizando outras leituras que enfatizam aspectos religiosos e espirituais ou elementos que evidenciariam aspectos “contraditórios” de sua trajetória, frente à importância que Lebrez adquirirá para o campo progressista do catolicismo – a exemplo de uma atuação pastoral anticomunista ou uma aproximação com o regime de Vichy –, o autor salientará elementos que, considera, acompanharam o percurso do frade dominicano.

Tendo nascido em uma localidade próxima ao porto de Saint-Malo (Minihic-sur-Rance), no ano de 1897, em uma região em que as principais ocupações eram ser pescador, marinheiro, padre ou militar, Louis-Joseph Lebrez ingressou cedo na Marinha, tendo participado da Primeira Guerra Mundial. Aos 26 anos de idade, opta por tornar-se dominicano. Como padre, passa a atuar junto aos pescadores de sua região natal. Ali, ajuda a fundar a Associação dos Jovens Marítimos, ramo da Juventude Operária Católica. Para Bosi (2012), “[t]ocamos aqui na experiência seminal, que orientaria toda a trajetória do militante Lebrez: o conhecimento empírico das condições de vida dos pescadores da Bretanha” (BOSI, 2012, p. 251). Identificando as relações econômicas e sociais que levavam à pobreza as famílias de pescadores, em função da concorrência de barcos japoneses, privilegia a organização dos pescadores tendo por base pequenas organizações de âmbito local e a rede multifamiliar. A organização será ampliada pela constituição de estruturas representativas de maior abrangência geográfica, à margem das grandes federações de sindicatos nacionais. Com a invasão alemã à França em 1940, para Bosi (2012), Lebrez assumiu uma posição pragmática e buscou o reconhecimento da organização dos pescadores junto ao governo de Vichy, do marechal Pétain e colaboracionistas. Mas, o autoritarismo do novo governo, que buscou nomear os dirigentes das organizações, levou-o a um afastamento sem retorno e seu investimento na constituição da *Economia Humana*. (BOSI, 2012, p. 253)

No caso da doutrina de Economia Humana do padre Lebret, a experiência da exploração da pesca por uma indústria estrangeira em prejuízo dos trabalhadores locais deu-lhe o conhecimento concreto da injustiça de um *sistema* que não se limitava aos problemas de uma determinada região. Era necessário pensar esse desequilíbrio de modo amplo, estrutural. A procura de um modelo abrangente o conduziu ao estudo do marxismo, avaliado como um robusto pensamento macroeconômico que não só *analisava* os dados do sistema (como já o fizera a economia política clássica), mas também os *denunciava* em nome da justiça e da igualdade entre os homens.

A partir dos fins da década de 1930 e ao longo dos anos 1940, Lebret estudou seriamente o marxismo, indo às fontes e recorrendo também aos escritos de Lenin. As suas anotações marginais à tradução francesa de *O capital* são numerosas e, algumas vezes, entusiásticas. Ele reconheceu que, em linguagem diferente da sua, muito o aproximava das análises que Marx e Engels fizeram da exploração capitalista. A teoria do imperialismo de Lenin o impressionou vivamente na medida em que equacionava as assimetrias sociais das formações capitalistas em termos internacionais: nações exploradoras e nações exploradas. (BOSI, 2012, p. 253, grifos no original)

Segundo Bosi (2012), Lebret passa a compreender os fundamentos da exploração capitalista – nos termos de Marx e Engels –, mas não incorpora a proposta político-partidária.

O seu caminho foi outro. Em vez da luta das massas conduzida por uma vanguarda operária, Lebret propõe a consolidação de comunidades de base capazes de se sustentarem mutuamente, conhecer as suas necessidades básicas e reivindicar a sua satisfação: junto às empresas (via participação nos lucros e, no limite, cogestão) e junto ao Estado, mediante a legislação do trabalho e mecanismos distributivos da renda nacional.

Um caminho reformista que deveria partir sempre da tomada de consciência dos injustiçados e oprimidos. (BOSI, 2012, p. 254)

Com a criação do movimento Economia e Humanismo, que havia sido pensado como um centro de formação de pesquisadores, Lebret participa dos esforços de reconstrução no imediato pós-guerra, desenvolvendo pesquisas e proposições em regiões afetadas pelos bombardeios. Torna-se um *expert* reconhecido. (BOSI, 2012, p. 255)

A sua primeira visita ao Brasil ocorreu no ano de 1947, quando ministra um curso sobre Economia Humana na Escola Livre de Ciências Políticas, tratando de “*uma economia voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade*, e avessa tanto ao puro jogo do mercado como ao planejamento férreo do Estado. Era a terceira via, que preconizavam então os líderes europeus da nascente democracia cristã [...]” (BOSI, 2012, p. 256). O contato de Padre Lebret com o Brasil, concretizado em várias visitas no período 1947-1966, quando implementou diversas pesquisas e propostas de políticas, teve um impacto profundo em sua trajetória e pensamento. O contato com um país do terceiro mundo, onde os problemas apareciam como muito diferentes daqueles que conhecia no ambiente europeu, permitiu-lhe uma nova percepção sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento e

possibilitou-o desenvolver e consolidar sua perspectiva teórica, legitimando sua trajetória de pesquisa junto ao público de seu país de origem ¹³⁷.

Sobre a contribuição do Padre Lebret ao Concílio e à *Populorum Progressio*, em seus últimos anos de vida, o teólogo Viguiristi (2016) nos informa:

Infelizmente, quando foi realizada a última sessão do Concílio, o padre Lebret estava gravemente doente. Ele estava reduzido apenas à sombra do que tinha sido. O próprio Paulo VI o aconselhou a não ir além das suas possibilidades. O esquema XIII tinha dado origem à *Gaudium et spes*. O padre Lebret cultivava a ideia de fundar um **Secretariado para a Justiça**, assim como era desejado no documento. Ele considerava que ele devia ter uma função doutrinal, uma vez que, como escrevera Paulo VI, **o desenvolvimento era o novo nome da paz**. A tarefa mais decisiva de tal secretariado seria o de pensar uma doutrina coerente do **desenvolvimento integral e harmonioso** ^[138]. Além disso, deveria promover uma ação que o transformasse em realidade.

O padre Lebret morreu antes que esse projeto se tornasse realidade, no dia 20 de julho de 1966. No ano após a sua morte, apareceu a *Populorum progressio*, no qual ele foi citado explicitamente por Paulo VI. A influência do padre Lebret na redação desse documento fundamental é captada praticamente em cada parágrafo.

Àqueles que tinham conhecido a sua obra escrita, o seu modo de se expressar e o seu vocabulário, foi muito fácil reconhecer não apenas a sua inspiração, mas também as citações de frases inteiras dele. A partir do seu diário, sabemos quando e como Paulo VI pediu-lhe a sua colaboração para a encíclica. Portanto, não surpreende que o próprio papa dissesse que sentia veneração e devoção pelo padre Lebret e que a encíclica sobre o **desenvolvimento dos povos** [*populorum progressio*] era uma homenagem à sua memória, à desse grande homem da Igreja. (VIGUIRISTI, 2016, não paginado, grifos nossos.)

Na América Latina, durante os anos 1960, em um contexto em que teólogos, intelectuais católicos e leigos militantes de movimentos sociais tinham acesso, por um lado, aos debates e às contribuições da Teoria da Dependência e, por outro, às elaborações sobre desenvolvimento proporcionado pelo Padre Louis-Joseph Lebret, bem como às orientações papais presentes na *Populorum Progressio* (1967), a “vanguarda” do polo progressista da Igreja propugnava uma *Teologia do Desenvolvimento*.

¹³⁷ Uma visão sobre a contribuição de Louis-Joseph Lebret ao planejamento urbano e regional brasileiro, bem como a incidência da experiência no Brasil sobre o seu pensamento, pode ser encontrada, entre outros, em Angelo (2010), Breuil (2006), Pontual (2017, 2015).

¹³⁸ No dia 17 de agosto de 2016, o papa Francisco editou Carta Apostólica de criação do **Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral**, reunindo as competências dos quatro seguintes Pontifícios Conselhos: Justiça e Paz (representando, talvez, a proposição do Secretariado para a Justiça); Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (agora em departamento sob a responsabilidade do próprio papa); “Cor unum” (caridade); Pastoral no Campo da Saúde. A implementação foi prevista para o dia 1º de janeiro de 2017. *Dicastério* é a designação dada aos organismos de governo da Igreja Católica. (FRANCISCO, 2016; PAPA FRANCISCO, 2016)

Mas, no final da década será conformada uma crítica à perspectiva de desenvolvimento até ali propagada por esses setores. Para tanto, a denúncia do desenvolvimento efetivamente praticado como aquele centrado apenas em seu aspecto econômico – na forma de *desenvolvimento econômico* – conformará a busca de outras direções. Então, sendo o termo desenvolvimento – daquela Teologia do Desenvolvimento – considerado muito *asséptico*, indicando uma expressão por demais neutra e que esconderia o movimento mais geral de acumulação do capital e o conseqüente aumento da desigualdade. Contra esta visão de desenvolvimento será proposta a busca da *libertação* e, assim, a proposição de uma *Teologia da Libertação*.

O livro *Teología de la liberación – perspectivas* (1971)¹³⁹, escrito pelo peruano Gustavo Gutierrez, teólogo e sacerdote dominicano, é considerada a obra fundadora da Teologia da Libertação. Outros títulos são citados como precursores da Teologia da Libertação¹⁴⁰, com destaque para dois trabalhos escritos pelo teólogo nascido no Rio Grande do Sul (município de Venâncio Aires), Hugo Assmann: o texto publicado na Revista Vozes, *Tarefa e limitações de uma teologia do desenvolvimento* (janeiro de 1968), e o livro publicado no Uruguai, *Opresión-liberación. Desafío de los cristianos* (1971).

Assmann (1968), buscando a conceituação de desenvolvimento, escreve:

A palavra “desenvolvimento” é empregada em sentidos variados: a) entendida como um processo contínuo, mais ou menos coincidente com a própria evolução constante do progresso econômico-social; b) **num sentido mais específico, como “arrancada do subdesenvolvimento para o desenvolvimento”**. Já no primeiro sentido podem, entretanto, distinguir-se fases de especial intensidade, decorrentes de novidades expressivas no processo de evolução econômico-social. A intensificação aguda do processo técnico que inaugura, em muitas partes do mundo desenvolvido, a terceira revolução industrial, a automação, redundando numa fase intensificada do desenvolvimento na sobredita acepção genérica. **Bem diversa, no entanto, é a problemática que caracteriza a fase inicial de arrancada para o desenvolvimento, a ponto de se dever falar em um conceito específico. É**

¹³⁹ Na introdução ao seu livro, Gutierrez refaz a trajetória de seu texto, situando a origem do trabalho em uma conferência ocorrida em julho de 1968 e publicada em 1969 (*Hacia una teología de la liberación*, Montevideu). Seu conteúdo será reelaborado e apresentado na Suíça (*Notes on theology of liberation*, em *In search of a theology of development*, novembro de 1969). Por fim, publicado em 1971 com o título *Hacia una teología de la liberación*. (GUTIERREZ, 1987, p. 11)

¹⁴⁰ No protestantismo, o presbiteriano Ruben Alves é um expoente da Teologia da Libertação. Segundo Guimarães (2012), sua tese de doutorado, elaborada e publicada nos Estados Unidos, no ano de 1969, foi defendida com o título “Towards a Theology of Liberation” (Por uma Teologia da Libertação), mas, o autor sofreu pressões e teve que alterá-la para possibilitar sua publicação, sendo então intitulada “A Theology of Human Hope” (Uma Teologia da esperança humana) (GUIMARÃES, 2012, p. 54; 70). Guimarães (2012) recorre a José de Souza Martins, e ao Prefácio que este escreveu para a obra de Mendonça (2008) [terceira edição], em que “[...] destaca Rubem Alves como o elaborador original da interpretação da Teologia da Libertação, tendo o mesmo reconhecimento vindo de um dos mais renomados teólogos da libertação, o padre Gustavo Gutiérrez” (GUIMARÃES, 2012, p. 72). [MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: EdUsp, 2008].

inegável que é êsse conceito de desenvolvimento, característico das áreas subdesenvolvidas, que está no centro das preocupações da *Populorum Progressio* [...] (ASSMANN, 1968, p. 14, grifos nossos)

A especificidade deste conceito de desenvolvimento abordado ganha relevância ao considerarmos uma observação anterior de Assmann (1968), presente nesse texto, que enfatiza a incapacidade de diversos teólogos europeus de “discernirem ao vivo a problemática específica do Terceiro-Mundo”, particularmente aqueles trazidos pelos Bispos da América Latina (ASSMANN, 1968, p. 13). Essa incapacidade, parece-me, antecipa a dificuldade de “recepção” pela Igreja europeia das preocupações que rondam a Igreja latino-americana nos anos 1960. No caso do tema do desenvolvimento, mesmo que, na concepção de Hugo Assmann (1968), “esse conceito [específico] de desenvolvimento, característico das áreas subdesenvolvidas, [esteja] no centro das preocupações da *Populorum Progressio*...” (ASSMANN, 1968, p. 14).

No livro *Teología de la liberación – perspectivas* (1971), Gustavo Gutierrez dedica um capítulo específico – capítulo 2 – para tratar do tema Libertação e Desenvolvimento (*Liberación y Desarrollo*): consagra uma seção para abordar a noção de desenvolvimento e outra para discorrer sobre o processo de libertação. (GUTIERREZ, 1987, p. 35-60)

Versando sobre a noção de desenvolvimento, Gutierrez (1987) escreve:

El término *desarrollo* es de introducción reciente en los textos del magisterio eclesial. El tema es tratado por primera vez, salvo una breve alusión de Pío XII, por Juan XXIII en la *Mater et magistra. Pacem in terris* le dedica atención especial. *Gaudium et spes* le consagra toda una sección, pero de escasa originalidad. Todos esos textos insisten en la urgencia de suprimir las injusticias existentes, y en la necesidad, para ello, de un desarrollo económico orientado al servicio del hombre. Finalmente, *Populorum progressio* hace del desarrollo su tema central, pero, además, lenguaje e ideas se precisan; el adjetivo *integral*, añadido a desarrollo, pone las cosas en un contexto diferente y abre nuevas perspectivas. (GUTIERREZ, 1987, p. 54, grifos no original).

Para Gutierrez (1987), o novo é encontrado ao qualificar o *desenvolvimento* com o adjetivo *integral* – logo, *desenvolvimento integral* –, pois, “põe as coisas em um contexto diferente e abre novas perspectivas”. Parece evidente que a presença de uma nova proposta de desenvolvimento na encíclica *Populorum Progressio*, consubstanciada no *desenvolvimento integral*, demonstra a participação ativa do Padre Louis-Joseph Lebret na redação do documento, tendo em vista que esta formulação é “marca” sua.

Creio podermos associar o conceito expresso nessa formulação – a dimensão do *integral* – a demandas de políticas dirigidas aos governos da região por parte de movimentos

sociais rurais que, de alguma maneira, articulam-se ao cristianismo da libertação. Especificamente, para o caso da Argentina, a pesquisa conduzida para esta tese possibilitou o contato com diversas reivindicações que incorporavam o adjetivo *integral*. Notadamente, chamo atenção para a insígnia de *Reforma Agrária Integral*.

Gustavo Gutierrez (1987) nos apresenta mais elementos sobre sua crítica ao desenvolvimento quando discorre sobre os “três níveis de significação [...] do termo libertação”. O trecho adiante transcrito, apesar de um pouco longo, sintetiza seu pensamento sobre desenvolvimento e libertação. A crítica ao primeiro termo conduzindo à proposição do segundo:

Podemos distinguir, resumiendo lo que llevamos dicho, tres niveles de significación, que se interpenetran recíprocamente, del término liberación. Tres aproximaciones al proceso así calificado.

1. Liberación expresa, en primer lugar, las aspiraciones de las clases sociales y pueblos oprimidos, y subraya el aspecto conflictual del proceso económico, social y político que los opone a las clases opresoras y pueblos opulentos. **Frente a esto, el término desarrollo y, sobre todo, la política llamada desarrollista, parecen algo asépticos y, por consiguiente, falseando una realidad trágica y conflictual. La cuestión del desarrollo encuentra, en efecto, su verdadero lugar en la perspectiva, más global, más honda y más radical, de la liberación**; sólo en ese marco, el desarrollo adquiere su verdadero sentido y halla posibilidades de plasmación.

2. Más en profundidad, **concebir la historia como un proceso de liberación del hombre, en el que éste va asumiendo conscientemente su propio destino**, coloca en un contexto dinámico y ensancha el horizonte de los cambios sociales que se desean. Situados en esta perspectiva aparecen como una exigencia del despliegue de todas las dimensiones del hombre. De un hombre que se va haciendo a lo largo de su existencia y de la historia. La conquista paulatina de una libertad real y creadora lleva a una revolución cultural permanente, a la construcción de un hombre nuevo, hacia una sociedad cualitativamente diferente. Esta visión permite pues una mejor comprensión de lo que está, en verdad, en juego en nuestra época.

3. Finalmente, el término **desarrollo** limita y nubila un poco la problemática teológica que se halla presente en el proceso así designado. Por el contrario, hablar de **liberación** permite otro tipo de aproximación que nos conduce a las fuentes bíblicas que inspiran la presencia y el actuar del hombre en la historia. En la Biblia, Cristo nos es presentado como aportándonos la liberación. Cristo salvador libera el hombre del pecado, raíz última de toda ruptura de amistad, de toda injusticia y opresión, y lo hace auténticamente libre, es decir, vivir en comunión con él, fundamento de toda fraternidad humana. (GUTIERREZ, 1987, p. 59-60, grifos nossos).

Löwy (2016) desenvolve análise sobre o posicionamento crítico da Teologia da Libertação a respeito do desenvolvimentismo e da ideologia modernizante das elites latino-americanas, concretizado na denúncia dos megaprojetos de investimento em infraestrutura, mas enfatiza que a *tecnologia* “não ocupa um lugar central nesse discurso crítico” (LÖWY, 2016, p. 114). Reproduzimos uma passagem de seu livro que sintetiza sua análise:

[N]o entanto, é verdade que o Cristianismo da Libertação não tem uma doutrina explícita sobre tecnologia. É sobretudo no contexto social e político que o uso das tecnologias modernas é rejeitado ou criticado. As técnicas modernas não são avaliadas pelos resultados econômicos que produzem – em termos de lucro, rentabilidade, produtividade renda de exportações ou moedas fortes – e sim em termos de suas consequências para os pobres. Se as consequências forem positivas – em termos de emprego ou condições de vida – são aceitas; se não o forem, podem ser recusadas. O que vemos aqui é um certo pragmatismo, combinado com uma atitude moral cuja inspiração é religiosa – a opção preferencial pelos pobres é o critério pelo qual avaliamos a tecnologia. (LÖWY, 2016, p. 115)

Considero a discussão aportada por Löwy (2016) como fundamental para contribuir em nossa análise sobre a relação entre agricultura familiar e ideologia modernista, nos termos apresentados por Scott (1998). Parece-me que é patente que grande parte das políticas diferenciadas demandadas pelas organizações e movimentos sociais rurais de agricultores familiares e, em consequência, aquelas implementadas pelos governos – o governo brasileiro, em particular –, estão imersas nesta ideologia modernista referida. O Pronaf é o melhor exemplo. Temos que considerar que o programa também serviu para a ampliação da inserção deste público ao circuito bancário e financeiro e no maior acesso aos insumos modernos que compõe o pacote tecnológico que costumam acompanhar a orientação da aplicação do crédito.

De outro lado, parece ser possível ponderar que a questão da rápida adesão de grande parcela dos agricultores familiares às novas tecnologias que surgem a cada dia – a exemplo dos organismos geneticamente modificados (transgênicos), sementes híbridas, agrotóxicos, etc. – pode encontrar na evidência proporcionada por Löwy (2016) – a crítica ao desenvolvimentismo realizado pelo cristianismo da libertação não vir acompanhada de um posicionamento sobre tecnologia – elementos para a compreensão da pouca problematização sobre o tema da tecnologia no cotidiano destes agricultores. Apenas uma pequena parcela dos agricultores familiares busca formas alternativas de lidar com o tema da tecnologia, a exemplo do movimento de agroecologia.

6.4 O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR: AFINIDADES ELETIVAS?

Michel Löwy, em seu livro *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* (2016) – reedição (ampliada) da tradução de *The War of Gods - Religion and Politics in Latin America* (1996) –, questiona o uso corriqueiro do termo Teologia da Libertação com referência a um movimento que vai muito além de uma corrente teológica.

Para tanto, proporá, então, que utilizemos *cristianismo da libertação* para nos referirmos a esse “amplo movimento social/religioso”. Em seus termos:

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como “Teologia da Libertação”, porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-la de *Cristianismo da Libertação*, por ser um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns. (LÖWY, 2016, p. 74).

Como sinalizado na literatura que conforma a Teologia da Libertação, não havendo a separação entre o âmbito religioso e o político, Löwy (2016) vai perguntar como se relacionam a religião e a política em um movimento como o cristianismo da libertação. Essa questão me parece importante, pois pode indicar uma direção para pensarmos a configuração da categoria agricultura familiar em um contexto de atuação de agentes sociais inseridos no movimento cristianismo da libertação.

Tratando das teorias da modernização, o autor constata:

[...] as teorias de “modernização” – que supõe uma especialização funcional cada vez maior e uma diferenciação institucional entre religião e política – não estão em contato com a realidade do continente. Tal modelo de interpretação só funcionaria se a “religião” pudesse ser reduzida ao culto e a “política” ao governo. No entanto, na América Latina, ambas têm um significado muito mais amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se um elo verdadeiramente dialético entre elas. Conceitos tais como “trabalho pastoral” ou “libertação” têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social. (LÖWY, 2016, p. 77-78).

Löwy (2016) aciona o conceito de *afinidade eletiva*, de Weber, “para entender como essas duas dimensões se relacionam na cultura do Cristianismo da Libertação” (LÖWY, 2016, p. 78).

Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904/05), vale-se deste conceito para explorar a relação entre os dois termos do título: uma forma religiosa – a ética protestante – e um *ethos* econômico – o espírito do capitalismo (LÖWY, 1989a, p. 8). E, como salienta Löwy (2011), “a utilização do conceito de afinidade eletiva é inseparável da perspectiva pluralista própria de Weber, de sua recusa de toda a monocausalidade e de todo o determinismo unilateral” (LÖWY, 2011, p. 138).

O conceito ocupa um lugar importante na “clássica” obra de Max Weber [...] precisamente por analisar a relação complexa e sutil entre essas duas formas sociais. Trata-se, para Weber, de ir além da perspectiva tradicional em termos de causalidade e de contornar o debate sobre a primazia do “material” ou do “espiritual”. (LÖWY, 2011, p. 131)

Nos termos de Weber (2004 [1904]):

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a *direção* geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material. (WEBER, 2004, p. 83, grifo no original)

Löwy (2014), analisando o empreendimento de Weber, considera que:

O que Weber tenta mostrar com o conceito *Wahlverwandtschaft* [afinidade eletiva] é, em primeiro lugar, a existência de elementos convergentes e análogos entre uma ética religiosa e um comportamento econômico: o ascetismo puritano e a economia do capital, a ética protestante do trabalho e a disciplina burguesa do trabalho, a valorização calvinista do ofício virtuoso e o *ethos* do empreendimento burguês racional, a concepção ascética do uso utilitário das riquezas e a acumulação produtiva do capital, a exigência puritana da vida metódica e sistemática e a perseguição racional do lucro capitalista. É a partir dessas analogias profundas, desses “parentescos íntimos”, que na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos, do século XVII ao XIX, vai se desenvolver uma relação de afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, graças à qual a concepção puritana da existência favorece a tendência a uma vida burguesa economicamente racional – e vice-versa. (LÖWY, 2014, p. 64)

No livro *A ética protestante...*, Weber não apresenta uma definição do conceito de *afinidade eletiva*. Michael Löwy elabora, nos textos em que aborda o conceito, algumas proposições de definição^{141, 142}. Para nossos propósitos, sua concepção sobre *afinidade eletiva* que consta de seu livro mais recente – *A Jaula de Aço* (2014) – parece a mais bem formulada.

[A] partir do uso weberiano do termo, proponho a seguinte definição: afinidade eletiva é o processo pelo qual a) duas formas culturais/religiosas, intelectuais,

¹⁴¹ Ver, por exemplo, Löwy (1989, p. 8; 2011, p. 142).

¹⁴² Desde o final dos anos 1960, Löwy desenvolve a reflexão sobre o possível diálogo entre as contribuições de Weber e de Marx. A apreensão do conceito de *afinidade eletiva* aparece em um ensaio que escreveu no ano de 1969, “Marx et Weber: notes sur un dialogue implicite” (revisto em **Dialectique et Révolution: essais de sociologie et d’histoire du marxisme**. Paris, Anthropos, 1973 [LÖWY, 2014, p. 11]). O tema é retomado em sua tese de doutorado sobre Lukács (1979) e, mais tarde, quando estuda a cultura judaica da Europa Central, resultando no livro *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central* (LÖWY, 1989b).

políticas ou econômicas ou b) uma forma cultural e o estilo de vida e/ou os interesses de um grupo social entram, a partir de certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo. (LÖWY, 2014, p. 71-72.)

Então, parece-nos promissor que nos valhamos do conceito de *afinidade eletiva* para explorar as estreitas relações que se estabeleceram – ou, se construíram – entre o *cristianismo da libertação* e os movimentos sociais rurais do cone sul da América Latina – em parte constituintes deste mesmo movimento político-religioso –, e que forjaram, em seus processos de lutas e relações além-fronteiras nacionais, a noção de *agricultura familiar* como expressão de projetos compartilhados. Aqui, parecem-nos operar “certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo” (LÖWY, 2014, p. 72).

Antes de trilharmos este caminho, porém, apresentaremos alguns elementos do itinerário reflexivo conduzido por Michel Löwy no resgate do conceito weberiano de afinidade eletiva –situado pelo autor no campo da sociologia da cultura.

Inicialmente, destaquemos parte da longa história do termo afinidades eletivas, “que vai da alquimia à literatura romântica e desta às ciências sociais” (p. 62). Segundo Löwi (2014), na alquimia medieval o termo “afinidade” foi utilizado para explicar a atração e fusão entre corpos, entre “elementos químicos”. Em seu exemplo, se o enxofre se une a determinado metal é em função de sua afinidade com este corpo. Em 1775, Bergman, químico sueco, publica o livro *De attractionibus electivis*, cuja tradução para o francês recebeu o título de *Traité des affinités chimiques ou attractions électives* (1778). Na publicação do livro *De attractionibus electivis* para o alemão, “atração eletiva” é traduzido como *wahlverwandtschaft*, ou, afinidade eletiva. Este termo será utilizado por Goethe como título de seu romance intitulado *Die Wahlverwandtschaften* (1809) – Afinidades Eletivas. No romance, Goethe faz referência à obra de Bergman. E, por fim, Max Weber “transmutará” o sentido do termo para conceito sociológico. (LÖWY, 2014, p. 62).

Para a melhor compreensão do conceito sociológico atribuído por Weber ao termo, Löwi (2014) enfatiza o sentido conferido por Goethe:

O termo se torna uma metáfora para designar o movimento passional pelo qual um homem e uma mulher são atraídos um para o outro – correndo o risco de se separarem de seus antigos companheiros – a partir da afinidade íntima entre suas almas. Essa transposição que Goethe faz do conceito químico para o terreno social da espiritualidade e do amor foi facilitada pelo fato de que, em vários alquimistas [...] o termo já era fortemente carregado de metáforas sentimentais e eróticas. Para Goethe, existe afinidade eletiva quando dois seres ou elementos “procuram-se um ao

outro, atraem-se, apropriam-se um do outro e, em seguida, ressurgem dessa união íntima numa forma renovada e imprevista”.

[...] Com o romance de Goethe, o termo ganhou direito de cidadania na cultura alemã como designação de um tipo particular entre duas almas. (LÖWY, 2014, p. 63.)

Destaco como de fundamental importância a observação de Löwi (2014) de que “[d]a acepção antiga, [o termo] conserva as conotações de **escolha recíproca, atração e combinação**, mas a dimensão da **novidade** parece desaparecer” (LÖWY, 2014, p. 63, grifos nossos).

Ao buscar precisar o sentido atribuído por Weber ao conceito de afinidade eletiva, Löwy (2014) realiza um movimento de crítica à leitura de outros autores/comentadores. Tratando dos limites da recepção do conceito weberiano pelo público anglófono, Michael Löwy apontará os limites da tradução da obra de Weber para o inglês realizada por Talcott Parsons, que por ele é caracterizada como um exemplo “quase caricatural”:

[...] pois *Wahlverwandtschaft* foi traduzido ora por *certain correlations* [certas correlações], ora por *those relationships* [essas relações]. O conceito weberiano remete a uma relação interna rica e significativa entre duas configurações, ao passo que a “tradução” de Parsons a substitui por uma banal correlação externa e vazia de sentido. (LÖWY, 2014, p. 65.)

O autor também buscará distingui-lo de outros conceitos tomados como sinônimos ou equivalentes, tais como parentesco interno, adequação, afinidade de sentidos, congruência. Para Löwy, eles são empregados por Weber para ajudar a compreender o fenômeno, mas não substituem o conceito de afinidade eletiva, pois lhes falta a dimensão ativa: “Para Weber, que é, antes de tudo, um sociólogo da ação, essa diferença entre a simples afinidade e a afinidade eletiva, entre uma analogia formal e uma relação ativa, não poderia passar despercebida” (LÖWY, 2014, p. 71).

Antes de seguir adiante, cabe retomar o início deste item e lembrarmos que em seu livro *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*, Löwy (2016) busca o conceito de afinidade eletiva para compreender como as dimensões religião e política se relacionam em um movimento como o cristianismo da libertação.

E, com a leitura de Löwy e sua compreensão sobre a contribuição de Weber, passamos a considerar o potencial que o conceito de *afinidade eletiva* pode nos proporcionar para “relermos” a trajetória dos movimentos sociais rurais do cone sul da América Latina – em parte desenvolvida até aqui – e a constituição da categoria/noção *agricultura familiar*, que ocorre em íntima relação com o movimento *cristianismo da libertação*.

Ao questionar diretamente ao ex-dirigente do MIJARC sobre o papel que a atuação da Igreja progressista teria jogado ao oferecer as bases das crenças e valores mais profundos que acabaram por conformar a categoria agricultura familiar como referência, assim respondeu:

Yo creo que hay unos principios humanistas detrás de eso, racionales, de dimensión humana, que creo que la agricultura familiar está hablando de una unidad productiva con dimensión humana donde se desarrolla la familia, y ahí tomamos producción, familia, hijos, valores, todo junto, y eso yo se lo dije muy al pasar, la agricultura familiar subsiste o el modo de empresa familiar de agricultura, dicho de otra manera, subsiste aunque el régimen sea comunista, capitalista, de monocultivo, policultivo, lo que sea, hay como un respeto y hay que, yo usaba la palabra hoy, viabilizar, de cualquier manera, porque ahí no solo en caso de guerra, en caso de una contaminación universal, en caso de cualquier hecatombes, sequía o lo que fuera, en casos raros, nos asegura la alimentación a poca distancia de la olla, es decir, al alcance casi de la mano. Y también en esa forma de producir hay determinados valores en la familia, las personas, los hombres de principios y valores humanos o cristianos, que no es solo por tener la comida cerca de la hoja, sino por tener ese tipo de gente que, si se nos va de ahí y se va a un barrio, a una favela, o adonde quiera, esos valores se los pierden de la noche a la mañana o muy rápidamente los pierde. El ambiente hace que los pierda. Yo creo que el tema de la agricultura familiar es una especie también, es un enfoque un poco conservador si se quiere, visto de un cierto punto de vista, pero que es como la única caja fuerte que nos queda para guardar valores humanos o personas con altos valores y producir alimentos a la vez. No sé mucho como expresar esto. No sé cómo expresar esto, no sé cómo expresar, yo lo siento. Es una cosa que la siento, la vivo. Yo digo que se la agricultura familiar no existiera, habría que crearla, por esas razones, por esos valores. Porque el concepto de agricultura familiar...

[...]

Pero estoy de acuerdo que hay un reconocimiento de la agricultura familiar más allá de lo que producen, sino como el valor humano que se encierra en ese modelo de producción. Porque, además, hay un montón de cosas, hay los valores, hay la familia, la familia convive, los hijos se educan en la casa, los padres terminan el trabajo y están en la casa, la madre está en la casa. Mientras que en otros lugares el padre trabaja de noche, la madre trabaja de día, los hijos se crean solos o con un empleado, es decir, se rompe la familia. Entonces la palabra familia acá toma otra fuerza y otra dimensión. Que la agricultura, yo diría la vivencia, la forma de vivir, o el modo familiar de producir, como te decía, yo creo que ahí hay un valor y eso está pegado a la iglesia cuando es alguien con valores cristianos, porque está muy cerca, o en países como el nuestro, donde hay un laicismo bastante más fuerte y arraigado, **en vez de decir cristiano, te dice humanista, pero terminamos en el fondo casi en lo mismo, porque, si nos vamos a Le Bret, y economía humana y todo eso, llegamos prácticamente a cerrar el círculo.** Entonces, yo creo que sí. La respuesta, sin ninguna duda, si entendí bien la pregunta, es sí. Ahora, claro, la iglesia en plural, así en general, también. Porque hay iglesias e iglesias, dentro de la iglesia yo diría que, por ejemplo, acá en el caso de Uruguay, Baccino^[143] fue un tipo que entendió eso. Él dijo: “si yo logro a formar a 200 dirigentes militantes cristianos en el sector social, en movimientos de juventud, movimientos de cooperativa, movimientos de educación, etc. etc., yo transformo el país en 40 años, en 30 años”. Y yo creo efectivamente que sí, eso se logra. Porque esos valores traspasan después a través de la... como que chorrean en la sociedad, pero siempre con ese valor familia, que, bueno, tenemos que reconocer que hay otra... tampoco podemos quedarnos en eso, porque esto lo he pensado mucho ese tema, y lo he defendido y he tratado de

¹⁴³ Monsenhor Luis Baccino, bispo uruguaio, responsável pela diocese de San José de Mayo. Desenvolveu um importante papel no fortalecimento do papel dos agentes laicos na ação da Igreja Católica do Uruguai (AZPIROZ, 2012).

expresarlo de la mejor manera que he podido a lo largo de mi militancia. (Silvio Marzaroli, comunicação pessoal, 30 de junho de 2017, grifos nossos)

Esta fala nos inspirou e, por fim, condensa o sentido que buscamos no caminho percorrido pela tese!

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado ao longo do trabalho, podemos afirmar que o surgimento, expansão e consolidação do uso do termo agricultura familiar teve a fundamental contribuição de organizações e movimentos sociais articulados no âmbito do cone sul da América do Sul. A área geográfica de atuação abarcada por esses movimentos é particularmente delimitada pela região que abrange o sul do Brasil e a Argentina – em sua porção pampiana e norte –, bem como o Uruguai, território cuja formação social apresenta como característica comum a recepção de levas de imigrantes europeus – de diversas nacionalidades, italianos em sua maioria, mas também muitos espanhóis (nos casos da Argentina e Uruguai) e alemães (caso do sul do Brasil e nordeste da Argentina). É também característica partilhada nesta região uma forte referência religiosa associada ao catolicismo e à presença marcante da Igreja Católica.

Vale lembrar que, desde o Concílio Vaticano I – inconcluso e contemporâneo da emigração italiana para o Novo Mundo –, essa mesma Igreja Católica, que sempre resistira à inserção no mundo moderno, passa, em um processo de “adaptação conservadora”, a estender a ação católica aos leigos, atribuindo-lhes papel crescente ao longo da primeira metade do século XX. Setores modernos do clero e da intelectualidade católica, em diálogo com as cada vez mais influentes contribuições do marxismo e de movimentos socialistas, empreenderam um esforço de elaboração teológica de incidência sobre o mundo terreno, fortalecendo o papel dos leigos na Igreja.

Foi nesse quadro que forças antagônicas viriam a se enfrentar no Concílio Vaticano II, que ocupou a primeira metade dos anos 1960 e que reconheceu a contribuição dos progressistas. A partir de então, muito embora os resultados desse Concílio tenham tido recepção desigual entre os polos que haviam se enfrentado, na América Latina eles criaram as condições para a constituição da Teologia da Libertação. Tal corrente teológica se formou com forte crítica ao desenvolvimento, entendido como equivalente a crescimento econômico, denunciando-o enquanto perpetuador das desigualdades no “terceiro mundo”. Essa teologia, que defendia a emancipação do homem a partir de sua própria ação no mundo terreno e o consequente fortalecimento da atuação dos leigos na ação católica especializada, forneceu as bases para a constituição do *cristianismo da libertação* (LÖWI, 2016) enquanto movimento social e religioso.

Como fenômeno latino-americano, no cristianismo da libertação, religião e política possuem significado que não pode ser reduzido, por exemplo, a culto e governo. Nos termos

de Löwy (2016), aqui, “[c]onceitos tais como ‘trabalho pastoral’ ou ‘libertação’ têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social” (p. 78). Ou seja, no cristianismo da libertação as dimensões religião e política mantêm entre si relação de *afinidade eletiva*.

Esse mesmo conceito de afinidade eletiva possibilita uma melhor apreensão das estreitas relações construídas entre cristianismo da libertação e movimentos sociais rurais do cone sul da América Latina – estes, talvez, como expressão daquele –, onde foi forjada a noção de *agricultura familiar*, em processos de lutas e relações estabelecidas no além-fronteiras, na construção de projetos compartilhados a partir de uma base de crenças e valores comuns. Consideramos, então, que aqui se operam “certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, de escolha ativa, de convergência e de reforço mútuo” (LÖWY, 2014, p. 72) entre cristianismo da libertação e movimentos sociais rurais da região.

Como manifestação inicial deste processo, na segunda metade dos anos de 1960, em diversos países latino-americanos, o movimento de jovens rurais católicos (articulados em torno do MIJARC) organizou a juventude rural para a mudança social. Envolvendo jovens agricultores e contando com o apoio de jovens universitários, foi incentivada a criação de movimentos rurais como ferramenta para a transformação social.

Após um período de reconstrução social pós-ditaduras e orientados pela perspectiva de uma grande reestruturação econômico-produtiva, sinalizada pela criação do Mercosul, organizações e movimentos rurais da Argentina e Brasil – casos estudados –, bem como do Uruguai e Paraguai, empreenderam, durante os anos 1990, uma relação crescente de proximidade e diálogo. Consideramos, como exposto ao longo do trabalho, que esse diálogo serviu para definir campos de possibilidades, unificar compreensões, estabelecer eixos e bandeiras para atuação junto às estruturas governamentais nacionais e regional. Essas organizações, articuladas e fortalecidas pelo projeto comum que desenharam, empreenderam ações dirigidas aos governos nacionais e regional, articulando a atuação interna com a externa, dirigida ao Mercosul.

No caso do Brasil, no que se refere a resultados esperados na constituição de políticas diferenciadas, cabe destaque à criação do Pronaf, iniciativa que se tornaria referência para as organizações de agricultores familiares dos demais países, na medida em que demonstrava ser, sim, possível a execução de uma política que respondesse aos interesses expressos/formulados pelos movimentos sociais naquele momento. O sucesso da iniciativa

brasileira, protagonizada pelo sindicalismo rural, fortaleceu tanto o processo regional quanto os processos em andamento em cada país.

À mesma época, na Argentina, o processo iniciava pela busca de construção de unidade entre organizações e movimentos rurais. Partindo, para essa unificação, da região norte do país, em decorrência da ação do movimento de juventude rural católica, região de origem comum dessas organizações, foram sendo agregados parceiros na região pampiana, de modo a constituir uma incidência nacional mais efetiva – leia-se, FAA. A complexidade desse movimento, com idas e vindas, adesões e exclusões, teve como saldo a conformação, entre este conjunto de organizações, de uma posição majoritária com forte referência na noção de agricultura familiar, cabendo destacar a incorporação do termo pela Federación Agraria. O embate do governo com as organizações agropecuárias patronais, reforçadas, no que ficou conhecido como Conflito do Campo, pela adesão da FAA, levou à decisão do centro de governo pelo avanço da institucionalização da agricultura familiar, do que decorreram a constituição de estruturas, o fortalecimento de programas e projetos e alocação de recursos humanos e financeiros.

Tal como a análise conduzida quando tratamos do processo de constituição da categoria agricultura familiar no Brasil, quando defendemos a ideia dos movimentos sociais rurais produzindo Estado a partir de suas margens, consideramos que tal processo, de transformar o “deixar morrer” – processo de exclusão – em “fazer viver” – com a implementação de políticas diferenciadas, tal como o Pronaf –, corresponde à *colonização* do Estado por suas *margens*, movimentos e organizações de agricultores familiares. E, no momento em que o ministro do Desenvolvimento Agrário brasileiro propõe, em iniciativa simultânea à desses movimentos, a constituição de uma instância como a REAF, com o diferencial fundamental da garantia de participação dessas organizações e movimentos, não estaria o próprio ministro – ainda que ocupando posição de agente de Estado – expressando o processo de *colonização* do Estado por suas *margens*, agricultores familiares organizados? A resposta positiva coloca-se em decorrência do que foi desenvolvido ao longo da tese.

A conclusão deste trabalho atribui relevância fundamental à atuação das organizações e movimentos sociais rurais na *construção* da categoria agricultura familiar no âmbito do Mercosul, expressando crenças e valores comuns engendrados no âmbito do movimento social e religioso aqui denominado cristianismo da libertação, contendo uma crítica ao desenvolvimento, mas, ainda assim, portador de uma ideologia modernista.

A título de considerações finais, arrisco afirmar que este movimento forja uma categoria própria – agricultura familiar – e, inclusive, coloca-a em oposição a outras – tal qual

campesinato –, cujos agentes sociais a elas associados não reivindicam a ideologia modernista (sem ponderações se a praticam ou não).

Neste processo, agentes sociais situados em universidades ou instituições de pesquisa, enquanto pesquisadores-pensadores, exerceram importante papel, assessorando os movimentos sociais em suas formulações e aportando contribuições originárias de pesquisas e do diálogo com outras comunidades acadêmicas, a exemplo das relações com a França. De outro lado, o contexto de governos mais abertos à participação social, propiciando o engajamento de agentes de Estado sensíveis à demanda social e ao diálogo com a academia, assegurou o suporte institucional para a configuração da política pública.

A partir da pesquisa realizada, é possível caracterizar dois grandes períodos no processo de construção da categoria agricultura familiar no âmbito do Mercosul.

O primeiro corresponde, grosso modo, à década de 1990, quando é empreendido o esforço de reunião e articulação entre organizações e movimentos sociais rurais para incidência sobre o Mercado Comum. Como resultado, temos a convergência sobre a caracterização e nomeação dos representados – agricultura familiar/agricultores familiares; quando *foi dado nome a algo que já existia* – e a conformação de um conjunto de princípios, orientações e reivindicações para o estabelecimento de políticas públicas diferenciadas. Nesse momento de articulação e discussão, o Uruguai (juntamente com a Argentina) cumpriu papel fundamental na viabilização do processo de debates, inclusive aportando o termo agricultura familiar, que inicialmente deparou-se com resistências por parte da representação brasileira. Assim, ainda que o “caso do Uruguai” não tenha sido objeto desta pesquisa, cabe enfatizar que a contribuição de agentes sociais que conduziram o processo nacional uruguaio foi imprescindível para a construção da categoria agricultura familiar no âmbito do Mercosul.

O segundo período tem início na metade da década de 2000, sendo caracterizado pelo momento em que os Estados passam a institucionalizar, a partir da criação da REAF, a agricultura familiar enquanto diretiva, processo que resulta de iniciativa do Brasil, MDA em particular – Estado colonizado pelo movimento social. A legitimidade fornecida pela iniciativa dos Estados da região – Mercosul e REAF – propiciou as condições para a proposta de agricultura familiar ser aceita pela estrutura governamental de outro Estado, Argentina, no caso.

Ao contrário do senso comum estabelecido em relação ao tema, é apenas com referência a este segundo momento, que pode ser atribuído à ação do Brasil papel determinante na constituição, em âmbito do Mercosul, da categoria agricultura familiar. Penso que a análise que atribui relevância ao Brasil nesse processo é pertinente quando a atenção é

concentrada no papel desempenhado pelo(s) governo(s). Mas, quando buscamos as origens deste posicionamento de governo, a quem, efetivamente, representam, quais processos sociais simbolizam, devemos notar o fervilhar de movimentos em um ambiente de diálogo e aproximação entre as organizações de agricultores familiares da região.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/04.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.
- ABÍNZANO, Roberto Carlos. Los movimientos sociales en las regiones de frontera: algunas experiencias en el proceso de integración. *In*: CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 9., 2008, Posadas. [Ponencias...] Posadas: UNAM, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-080/291.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- ABÍNZANO, Roberto Carlos. Antropología de los procesos transfronteirizos: conocer y actuar en la región de fronteras. **Cuadernos de la Frontera**, Posadas, año 1, n. 1, p. 1-44, mar. 2004.
- ABÍNZANO, Roberto Carlos. Integración regional en áreas de frontera. Argentina, Brasil y Paraguay: los movimientos sociales. **Revista del Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Varsovia (CESLA)**, [S.l.], n. 2, p. 195-233, 2001. Disponível em: <http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/358>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- AGUILAR, Jasmíne. La Red Interamericana Agricultura y Democracia RIAD. *In*: DPH. **Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial**. [S.l.], 1996. Não paginado. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-4406.html>. Acesso em 31 jul. 2017.
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Alex.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- ANGELO, Michelly Ramos de. **Les Développeurs**: Louis-Joseph Lebre et a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-06032012-095810/pt-br.php>. Acesso em: 09 out. 2017.
- AZPIROZ, Andrés. La Iglesia Católica y la realidad económico-social en el Uruguay de los tempranos sesenta: una visión desde el accionar de Monseñor Luis Baccino en la Diócesis de San José de Mayo. *In*: FHUCE/Udelar. **Avances de investigación**: estudiantes, 2011-2012. Montevideu: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion, Universidad de la Republica, 2012. p. 11-26. Disponível em: http://www.fhuce.edu.uy/images/biblioteca/avances_investigacion/2011-2012/FHCE-AvancesDeInvestigaci%C3%B3n-Estudiantes-webO.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.
- ASSMANN, Hugo. Tarefa e limitações de uma teologia do desenvolvimento. **Revista Vozes**, [S.l.], n. 62, p. 13-21, 1968.

ASTORI, Danilo A. **Neoliberalismo y crisis en la agricultura familiar uruguaya**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1982.

BELEM, Régis da Cunha. **Seguro agrícola subsidiado no Rio Grande do Sul**: análise de uma experiência em política pública para a agricultura familiar. 2004. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BELEM, Régis da Cunha; MENASCHE, Renata. A constituição da agricultura familiar como categoria política: uma leitura a partir das lutas do sindicalismo rural do sul do Brasil. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 27, n. 44, p. 126-143, 2018.

BELEM, Régis da Cunha; RADOMSKY, Guilherme. La constitución de la categoría “agricultura familiar” en Brasil a partir de la perspectiva de la legibilidad y de los márgenes del Estado. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, [Buenos Aires], v. 3, n. 5, p. 92-113, 2018. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/357>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo; Botucatu: Finep; Unesp, 1986.

BERNSTEIN, Henry. **Food regimes and food regime analysis**: a selective survey. [S.l.]: BRICS Initiatives in Critical Agrarian Studies (BICAS), 2015. (Working paper 2).

BETT, Ianko. Concílio Vaticano II e o anticomunismo católico no Brasil e na Argentina. **Horizonte**, [S.l.], v. 9, n. 24, p. 1169-1196, dez. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4396419.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BIDASECA, Karina Andrea. **Colonos Insurgentes**: discursos heréticos y acción colectiva por el derecho a la tierra. Argentina, 1900-2000. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2005.

BIODIVERSIDAD en América Latina y el Caribe. **Argentina**: encuentro de campesinos y productores. Jornada de Encuentro y Resistencia de la Mesa Nacional de Productores Familiares. [S.l.], 3 oct. 2003. Disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Noticias/Argentina_Encuentro_de_campe-sinos_y_productores. Acesso em: 16 fev. 2018.

BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p. 57-103.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/17.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural**. Brasília: MAARA, 1994.

BREUIL, Mathilde Le Tourneur. **Le Père Lebret et la construction d'une pensée crétienne sur le développement**: dans le sillage de modèles politiques et intellectuelles émergents au Brésil, 1947-1966. 2006. Mémoire (Diplôme de Master II), Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2006.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 124-142, 1990.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição**: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CASADO, Deise Donatoni. **Análise da definição da agenda do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no governo FHC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, [S.l.], n. 6, p. 153-172, 2007.

CATOGGIO, María Soledad. Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo y Servicios de Inteligencia: 1969-1970. **Sociedad y religión**: sociología, antropología e historia de la religión en el Cono Sur, v. 20, n. 30-31, p. 171-189, 2008.

CENTRO DE ESTUDIOS Y PROMOCION AGRARIA - CEPA. **La Red Interamericana de Agriculturas y Democracia - RIAD**. Buenos Aires, s/d.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – CRAB. América Latina: Fazer nossa a Integração. **A Enchente do Uruguai**, Erechim (RS), n. 37, set./out. 1991.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 5., 1991, Brasília. **Anais**. Brasília: Contag, 1991.

COORDINADORA Campesina del Nordeste. **Políticas diferenciales positivas para los productores familiares**. Curso de Formación 2002. MAM/FAC/Mocafor, [S.l.], 2002. (Texto de apoio).

COPROFAM. COORDINADORA DE PRODUCTORES FAMILIARES DEL MERCOSUR. **Memória da III Assembleia Ordinária**. Brasília: Contag, dic. 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/RIO GRANDE DO SUL - CUT/RS. Secretaria Rural. **Texto de avaliação da luta dos agricultores**. Porto Alegre, 1987.

ENCONTRO FRONTEIRIÇO DE ORGANIZAÇÕES RURAIS, 22-24 mar. 1991, Santo Cristo (RS). **[Relatório]**. Porto Alegre: CUT Nacional; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: comparative ethnographies. *In*: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 3-33.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). *In*: IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise – vinte anos da Constituição Federal**. Brasília: IPEA, 2008. p. 155-223.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANCISCO cria novo dicastério e assume pessoalmente o departamento dedicado aos migrantes. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 1 set. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/559581-novo-dicasterio-papa-se-ocupara-dos-migrantes>. Acesso em: 20 maio 2018.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. **Research in Rural Sociology and Development**, [S.l.], v. 11, p. 227-264, 2005.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 29, n. 2, p. 93–117, 1989.

GRUPO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AGRÁRIA - GEA. III Congresso da CUT-RS: um balanço do trabalho. **Terragente**, Porto Alegre, n. 40, p. 5-7, 1986.

GRUPO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AGRÁRIA – GEA. Rurais entram com tudo na CUT. **Terragente**, Porto Alegre, n. 41, p. 12-13, 1987.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth C. S. (coord.). **novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GNACCARINI, José César; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, 1983.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **A teologia da libertação sob o discurso de lideranças**

protestantes durante a Ditadura Militar (1964-1985) em Londrina – PR. 2012.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teología de la liberación: perspectivas.** 5. ed. Lima (Peru): Centro de Estudios y Publicaciones, 1987 (1971).

IGLESIAS, Jorge. Políticas diferenciadas. **Clarín Rural**, Buenos Aires, 23 nov. 1997. Disponível em: <http://edant.clarin.com/suplementos/rural/1997/11/23/nota7.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

JASANOFF, Sheila. Biotecnologia e império: o poder global das sementes e da ciência. *In*: MARQUES, Ivan da Costa *et al.* Sheila Jasanoff: localizing the global. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 19, n. 3, 2012.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'État en action: politiques publiques et corporatismes.** Paris: PUF, 1987.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano.** São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-142, 2011.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, p. 5-21, 1989a.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva).** São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

MANOEL, Ivan Aparecido. A ação católica brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999.

MANZANAL, Mabel. Instituciones y gestión del desarrollo rural en Argentina. **Economía, Sociedad y Territorio**, [S.l.], v. 3, n. 12, p. 557-591, 2002.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Integração regional, negociações coletivas e organização sindical: desafios para a agricultura familiar.** 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

McMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions.** Winnipeg: Fernwood, 2013.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

McMICHAEL, Philip. A global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, [S.l.], v. 11, p. 265-299, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 7-31, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *In*: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo (comp.). **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: Ciccus, 2010. p. 131-152.

MENASCHE, Renata. **Percepções e projetos**: agricultura familiar em mudança – o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul. 1996. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. **DECISÃO N° 04/91**. Regimento interno do Grupo Mercado Comum. Brasília, 1991. Disponível em: [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E3379D003E8E7F5F032581D10065938B/\\$File/DEC_004-1991_PT_Traduccion%20A2n_RegInteGMC.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/E3379D003E8E7F5F032581D10065938B/$File/DEC_004-1991_PT_Traduccion%20A2n_RegInteGMC.pdf). Acesso em: 07 nov. 2017.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. **DECISÃO N° 59/00**. Reestruturação dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul. Florianópolis, 2000. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3189/2/innova.front/decisiones-2000>. Acesso em: 07 nov. 2017.

MERCOSUL. Grupo Mercado Comum. **ATA N° 04/04**. LVI Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum. [S.l.], 2004. Disponível em: <https://gestorweb.mercosur.int/>. Acesso em: 06 nov. 2017.

MERCOSUL. REAF. **ATA N° 01/04**. I e II Reunião Especializada da Agricultura Familiar. Foz do Iguaçu; Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.reatfmercosul.org/biblioteca/actas/item/32-acta-y-anexos-i-y-ii-reatf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

MERCOSUR. REAF. **ACTA N° 01/05**. III Reunión Especializada de la Agricultura Familiar. Asunción, 2005. Disponível em: <http://www.reatfmercosul.org/biblioteca/actas/item/33-acta-y-anexos-iii-reatf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Declaración**: 4° Encuentro Nacional. Buenos Aires: MAM/Mocase/FAA/Carpa/APF, nov. 1997a.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Lineamientos estratégicos e instrumentos específicos de apoyo a la producción familiar en el agro de Argentina**. [Buenos Aires:] CEPA/RIAD, nov. 1997b.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Periódico**, ano 1, n. 1, sept. 2000.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares: tierra, trabajo y justicia. **Síntesis de sus objetivos, propuestas y principales actividades: 1995-2001**. Buenos Aires, agosto 2001a.

MESA Nacional de Organizaciones de Productores Familiares. **Asamblea 2001**. Parque Pereira, sept. 2001b.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004 (1990).

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 211-270.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar (verbetes). *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-26.

NIEDERLE, Paulo André. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre governos e movimentos sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 569-603, 2016.

NOVAES, Regina Reyes. A CUT no campo: dissolver a neblina. **Teoria & Debate**, São Paulo, n. 6, abr./jun. 1989.

OBSCHATKO, Edith Scheinkerman. **Las explotaciones agropecuarias familiares en la República Argentina: un análisis a partir de los datos del Censo Nacional Agropecuario 2002**. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación; Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura-Argentina, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: INCRA, 1994.

PAPA FRANCISCO. **Carta Apostólica em forma de “Motu Proprio” do Sumo Pontífice Francisco com a qual se institui o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 17 ago. 2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio_20160817_humanam-progressionem.html. Acesso em: 22 jul. 18.

PESSOTTI, Alda Luzia. **Escola da família agrícola: uma alternativa para o ensino rural**. 1975. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 204-236, 2014a.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 63-84, 2014b.

PIÑEIRO, Diego E. **Formas de resistencia de la agricultura familiar**: el caso del Noreste de Canelones. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985.

PLUMED MÉNDEZ, Jorge. **Análisis de la gestión de los recursos hídricos en la cuenca del río Pichanas**. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyers de Camins, Canals i Ports de Barcelona (Enginyeria de Camins, Canals i Ports), 2004. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099.1/3310/32052-8.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 16 fev. 2018.

PONTUAL, Virgínia. Lebret, intérprete da América do Sul: um enigma decifrado e um conceito construído. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 231-243, 2017.

PONTUAL, Virgínia. Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph Lebret e Antônio Bezerra Baltar no Brasil. **Cuadernos del CLAEH**, Montevideo, v. 34, n. 101, p. 195-214, 2015.

PONZA, Pablo. El Concilio Vaticano II y el *ethos* revolucionario en la Argentina de los *sesenta-setenta*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, [S.l.], 2008.

PRIMER Encuentro Nacional de Organizaciones de Pequeños y Medianos Agricultores. Rosario, nov. 1995.

RECLAMO por una política agropecuaria. **La Nación**, [S.l.], 9 sept. 1998. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/109956-reclamo-por-una-politica-agropecuaria>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA - RIAD. **Propuesta para la re-definición estratégica de la RIAD**. Memoria de la reunión de la comisión encargada. Lima, dic. 2003.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. **Argentina al día** (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 11, feb./marzo 1996.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. **Argentina al día** (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 8, feb./marzo 1995.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA - RIAD. **Argentina al día** (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 4, feb./marzo 1994a.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. **Argentina al día** (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 5, abr./mayo 1994b.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA - RIAD. **Argentina al día** (Separata para Argentina del Boletín de la Red Interamericana de Agriculturas y Democracia), Buenos Aires, n. 6, agosto/sept. 1994c.

REDE INTERAMERICANA AGRICULTURA E DEMOCRACIA – RIAD. **RIAD al día**. Boletín de la Red Interamericana Agricultura y Democracia, [S.l.], n. 5-6, nov./93-marzo/1994.

RIO, Javier. La Alternancia: un modelo educativo para la producción agropecuaria. **Vías**. Revista del Centro Universidad Nacional de San Martín de Estudios de Educación y Formación para el Trabajo de la Universidad Nacional de San Martín, [S.l.], n. 4, p. 11-15, abr. 2011.

ROTMAN, Joaquín. Escuela de la Familia Agrícola: lo que excede a la innovación educativa. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA, 7.; JORNADAS DE INVESTIGACIÓN, 22.; ENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN PSICOLOGÍA DEL MERCOSUR, 11.; 2015, Buenos Aires. Anais...* Buenos Aires: Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires, 2015. p. 212-215.

RYAN, Silvia Laura; BERGAMÍN, Gerardo. Estudio sobre la institucionalidad y las políticas públicas de agricultura familiar y desarrollo rural en Argentina. *In: UNC/FCA. Compendio Bibliográfico de Extension Rural*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba/Facultad de Ciencias Agropecuarias, 2011. (Working Paper).

SANTOS, Manoel José. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. *In: NAVARRO, Zander (org.). Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 189-226.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHUCH, Patrice. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. *In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (org.). Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p.121-145.

SCOTT, James. **Seeing like a state**. New Haven; London: Yale University Press, 1998.

SEGUNDO Encuentro Nacional de Organizaciones de los Agricultores Familiares. Rosario: FAA, mayo 1996.

SILVA, Marcelo Kunrath. Atores, espaços e repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. *In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (org.). Movimentos sociais e engajamento político:*

trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora UFSC, 2015. p. 133-160.

SOVERNA, Susana; TSAKOUMAGKOS, Pedro; PAZ, Raúl. **Revisando la definición de agricultura familiar**. Buenos Aires: Secretaría Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, 2008.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Sindicalismo rural: limpar o terreno. **Teoria & Debate**, São Paulo, n. 6, abr./jun. 1989.

VIGUIRISTI, Fernando de la Iglesia. **Cinquenta anos da morte do padre Louis Lebret, profeta da doutrina social da Igreja**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 22 ago. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559155-cinquenta-anos-da-morte-do-padre-louis-lebret-profeta-da-doutrina-social-da-igreja-artigo-de-fernando-de-la-iglesia-viguiristi>. Acesso em: 22 jul. 18.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p. 23-56.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília, 1990.